

JULIANA DE CASTRO PRADO

PATERNIDADE: um estudo psicanalítico sobre pesquisas desenvolvidas no contexto
brasileiro

ASSIS

2013

JULIANA DE CASTRO PRADO

PATERNIDADE: um estudo psicanalítico sobre pesquisas desenvolvidas no contexto
brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Profº Drº Jorge Luís Ferreira Abrão.

ASSIS

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

P896p Prado, Juliana de Castro.
Paternidade: um estudo psicanalítico sobre pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro / Juliana de Castro Prado. – Assis, 2013.
140 f. ; il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr. Jorge Luís Ferreira Abrão

1. Pai. 2. Paternidade. 3. Psicanálise. I. Título.

CDD 155.6462

*Aos meus pais, Wilson e
Marialba, que com amor,
carinho, dedicação, confiança e
paciência, me
conduziram até aqui.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, que até aqui tem me ajudado e me amparado na conquista de meus sonhos, mostrando-se sempre fiel em Seus propósitos para minha vida.

Ao professor e orientador, Dr^o Jorge Luís Ferreira Abrão, pela amizade, carinho e dedicação ao longo dos últimos anos. Por todo o conhecimento e admiração que fez despertar em mim.

À professora Dr^a Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro, pela atenção e carinho, e por se mostrar sempre à disposição para ajudar e complementar a compreensão dos estudos winnicottianos.

Aos meus pais, Wilson e Marialba, por todo amor, carinho, paciência, confiança, amizade e principalmente, modelo de vida.

À minha grande amiga e companheira de Mestrado, Larissa Bergamo Zanardo, por cada momento de descontração e alegria que me proporcionou ao longo da pós-graduação, e pelo carinho, amor e amizade que carregarei em meu coração para sempre.

À amiguíssima Larissa Melaine, pelo carinho, amizade e amor, mas principalmente, pela compreensão nos momentos difíceis e disposição em caminhar comigo em cada uma das etapas para a conclusão deste sonho.

Ao meu grande amigo Waldir Périco, pelo carinho, amizade e principalmente, por se mostrar sempre disponível em ajudar na compreensão da psicanálise laciana, e por despertar em mim uma paixão por esta vertente psicanalítica. Fica aqui a minha admiração.

Ao querido Fernando Laguilla Bonifácio, que, ainda que participado do final desta jornada, pôde contribuir com todo carinho e dedicação, complementando de maneira singular este trabalho.

Ao grupo da Biblioteca Acácio José Santa Rosa, especialmente aos queridos Auro Mitsuyoshi Sakuraba e Sérgio Henrique Rocha Batista, por toda ajuda e disposição, e principalmente pela atenção e carinho.

Ao grupo da Seção Técnica de pós-graduação, em especial ao Ricardo Francelino da Silva e à Sueli Aparecida Franco, por toda a disponibilidade, carinho e atenção.

Aos demais amigos e familiares, que entre tantos, colaboraram com apoio e carinho durante mais este sonho que se realiza. A todos, o meu muitíssimo obrigado!

“A família tradicional parece corresponder a uma idealização que não se aproxima do que é realmente vivenciado” (Scaglia, 2012, p. 220).

PRADO, J. C. PATERNIDADE: um estudo psicanalítico sobre pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMO

Fruto de todas as transformações que a configuração familiar sofreu ao longo dos tempos, a figura e o papel do pai se encontram hoje em processo de mudança. Através da combinação entre os métodos “Estado da Arte” e da Historiografia da Psicanálise, o presente estudo visa uma investigação de caráter histórico relativa à produção de dissertações, teses e artigos psicanalíticos pertencentes às três últimas décadas, tendo como tema principal a paternidade no Brasil, e como objetivos específicos, identificar a produção teórica psicanalítica a respeito da Paternidade na sociedade brasileira e os autores brasileiros que se dedicaram a estudar a Paternidade utilizando-se do enfoque psicanalítico; compreender quais as concepções de Paternidade vigentes na família contemporânea; e reconhecer as principais influências teóricas entre as diferentes correntes psicanalíticas que prevalecem nos estudos sobre paternidade. Esta pesquisa consiste em um estudo quantitativo e qualitativo de dissertações, teses e artigos concernentes à produção intelectual sobre a Paternidade no Brasil, considerando não apenas o que se tem produzido sobre o tema, como também a forma como este tema vem sendo trabalhado pelos autores. Foi possível verificar com este trabalho que o pai continua sendo o responsável por seu papel simbólico de interditar a relação incestuosa mãe-filho e inserir o indivíduo na cultura e sociedade. Para a Psicanálise, o pai é aquele a quem a mãe o nomeia, e não necessariamente aquele quem participou na origem do filho. Uma vez que a paternidade vem se configurando cada vez mais como um intercâmbio entre a função materna e paterna, tudo parece caminhar para um modelo de pai mais próximo e nutridor.

Palavras-chave: Pai. Paternidade. Psicanálise.

PRADO, J. C. FATHERHOOD: a psychoanalytic study about Brazilian researches developed in Brazil. [PATERNIDADE: um estudo psicanalítico sobre pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro]. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

ABSTRACT

The present study is an historical investigation about Brazilian psychoanalytic publications related to the Fatherhood in Brazil during the last three decades. This research consists of quantitative and qualitative studies regarded to the intellectual production of fatherhood in Brazil, taking into consideration not only what is being published about this subject, but also considering the way this subject is being elaborated by Brazilian authors. It was possible to verify with this study that the father is still responsible for the mother-son relationship prohibition, considered his symbolic function by Psychoanalysis, and also important to introduce the individual in society and culture. According to Freud and Lacan's Psychoanalysis, fatherhood is associated to the paternal function, not necessarily being connected to the male character, but to its symbolical function of the Name of the Father, active metaphor in the incest prohibition, and the insertion of the individual in the Law and culture. As result from all the changes that the family configuration has suffered over the years, the picture of the father is found in process of transformation. Everything seems to be changing to a model of a nurturing father once fatherhood has been seen as an exchanging between the maternal and paternal functions.

Key-words: Father. Fatherhood. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. AS TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA NA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL.....	12
2. PATERNIDADE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	24
2.1. O declínio do poder do pai.....	26
2.2 O pai contemporâneo.....	35
2.2.1 O pai ausente.....	40
2.2.2 O pai nutridor.....	42
3. A PATERNIDADE NA PSICANÁLISE.....	48
3.1. A paternidade em Freud.....	48
3.1.1 Freud: do Totem ao Pai.....	49
3.1.2 O Complexo de Édipo e sua relação com o Totemismo e a Fobia de Animais.....	55
3.1.2.1 O complexo de Édipo: do Totemismo à função do Pai.....	58
3.2 A função do Pai em Lacan.....	61
3.2.1 Uma breve introdução.....	61
3.2.2 O Complexo de Édipo e a função Paterna.....	63
3.2.3 O fracasso da função paterna e a psicose.....	67
3.3. A função do pai em Winnicott.....	69
4. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	79
4.1 Objetivos.....	79
4.1.1 Objetivo Geral.....	79
4.1.2 Objetivos Específicos.....	79
4.2 Considerações sobre o método.....	79
4.2.1 Historiografia da Psicanálise: pressupostos metodológicos.....	80
4.2.2 O método “Estado da Arte”.....	82
4.2.3 Delimitação da pesquisa.....	86
5.PATERNIDADE: SOBRE AS PESQUISAS PSICANALÍTICAS DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	88
6. PATERNIDADE: um intercâmbio entre a Função Materna e Paterna.....	96
6.1. Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social.....	100
6.2. Representações da paternidade na atualidade.....	110
6.3. Função Paterna e a constituição da saúde mental.....	115
6.4. Outros.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	135

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, de caráter bibliográfico, buscou investigar e sistematizar as produções psicanalíticas produzidas a respeito do conceito de Paternidade na sociedade brasileira durante as últimas três décadas. Para alcançar este objetivo, utilizou-se a combinação das metodologias Historiografia da Psicanálise e “Estado da Arte”, através da qual esta traz como desafio mapear, delimitar e discutir o que vem sendo produzido sobre um determinado tema e área de conhecimento – a Paternidade através do viés da Psicanálise.

A Paternidade é um fenômeno que foi pouco abordado pelos pesquisadores durante muito tempo, vindo a ser estudada apenas a partir da década de 1980, como consequência das diversas alterações ocorridas na sociedade durante este período. A luta das mulheres por seus direitos e liberdade durante a Revolução Feminina, em especial, contribuiu significativamente com a conquista da mulher no mercado de trabalho, colocando em cheque o lugar social do homem, bem como o modelo familiar patriarcal.

Sendo praticamente impossível discorrer sobre a figura do pai sem levar em consideração o modelo familiar ao qual ele se encontra inserido e as respectivas influências que este modelo sofreu com o passar do tempo, foi reservado nesta pesquisa um primeiro capítulo, intitulado “**As transformações da família na civilização ocidental**” que percorre as diversas alterações sofridas no âmbito familiar e na própria sociedade, dando ênfase para as influências responsáveis por modificar tanto o núcleo familiar quanto o papel ocupado pelo homem neste ambiente, buscando a compreensão do psiquismo do sujeito nas diferentes configurações familiares.

O capítulo seguinte, nomeado “**Paternidade: uma perspectiva histórica**” preocupa-se em colocar em foco os diferentes papéis desempenhados pela figura paterna ao longo da história da família, considerando a autoridade e poder que este

detinha inicialmente, até o momento em que, decorrente às transformações incididas sobre a sociedade e conseqüentemente à família, sua soberania se viu confrontada a assumir novos papéis dentro do âmbito familiar.

Uma vez elegida a Psicanálise como linha teórica para esta pesquisa, o terceiro capítulo, “**Paternidade na Psicanálise**”, discute a Paternidade através da perspectiva de grandes autores psicanalíticos, tais quais Sigmund Freud, Jacques Lacan e Donald Winnicott, compreendendo como a figura do pai é enxergada e vista como importante pela Psicanálise. A escolha destes modelos teóricos se fez na intenção de abranger as referências mais recorrentes, encontradas nos artigos pesquisados.

O quarto capítulo compreende a “**Delimitação da Pesquisa**”, englobando o objetivo geral, os objetivos específicos e o método escolhido e utilizado nesta pesquisa. O capítulo quinto traz através do título “**Paternidade: sobre as pesquisas psicanalíticas desenvolvidas no contexto brasileiro**” os resultados obtidos, priorizando a sistematização das pesquisas encontradas, as diversas categorias através das quais estes estudos foram considerados, e a análise quantitativa dos respectivos trabalhos.

O capítulo sexto, denominado “**Paternidade: um intercâmbio entre a Função Materna e Paterna**” analisa qualitativamente, a partir das temáticas desenvolvidas em cada estudo encontrado, o que vem sendo produzido sobre a Paternidade, a partir da teoria psicanalítica.

Finalizando, é apresentado nas “**Considerações Finais**”, o que se pôde concluir com este estudo, relacionando os fundamentos teóricos desta pesquisa com os resultados obtidos.

1. AS TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA NA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Ao abordarmos o tema da Paternidade faz-se necessário um percurso sobre a história da família e suas respectivas transformações ao longo do tempo, buscando compreender como tais modificações interferiram no papel ocupado pela figura do pai no modelo da família contemporânea.

Este capítulo abordará algumas das principais transformações ocorridas no modelo familiar ocidental, além de apontar alguns dos novos arranjos familiares encontrados no modelo de família contemporânea.

Para falar sobre a Família, Elisabeth Roudinesco (2003), autora do livro intitulado “A Família em Desordem”, nos aponta duas possibilidades de abordagem deste tema: a abordagem antropológica e a abordagem sociológica, histórica ou psicanalítica.

A primeira considera que a família é pautada na união entre um homem e uma mulher, de maneira que a origem desta família dependa de mais duas outras famílias que sejam responsáveis por fornecer estes “seres” do sexo feminino e masculino.

Já a segunda abordagem busca o estudo vertical das filiações e das gerações, dando ênfase nas continuidades ou distorções entre pais e filhos, bem como na transmissão de saberes e comportamentos passados de uma geração para outra. Esta será a abordagem utilizada no decorrer deste trabalho.

Lévi-Strauss (1986), no prefácio do livro “*Histoire de la famille*” evidencia que uma família não poderia existir sem que houvesse uma sociedade formada por outras pessoas além daquelas unidas consanguineamente. Segundo Levis-Strauss (1986) e Roudinesco (2003), as famílias devem se unir umas às outras, e não filiarem-se entre si. Além da diferença anatômica, a proibição do incesto seria condição necessária para a constituição familiar.

Foi no seio das duas grandes ordens do biológico (diferença sexual) e do simbólico (proibição do incesto e outros interditos) que se desenrolaram durante séculos não apenas as transformações próprias da instituição familiar, como também as modificações do olhar para ela voltado ao longo das gerações. (Roudinesco, 2003, p. 17).

Não basta, então, definir a família apenas do ponto de vista antropológico. Deve-se considerar a história e as mudanças que contribuíram para que ela se transformasse nesta instituição moderna dos dias atuais (Roudinesco, 2003).

Ao falar das mudanças ocorridas no âmbito familiar, Roudinesco (2003) cita três grandes tipos de modelos familiares decorrentes da evolução da família, estando, cada um deles, dividido em três fases. A primeira delas, a família “tradicional”, era formada com a intenção de se assegurar patrimônios. Com casamentos arranjados pelos pais dos jovens que comporiam o casal, garantia-se a segurança da riqueza das famílias. Neste modelo de família tradicional, o domínio patriarcal operava rigidamente, como uma verdade divina e absoluta.

Em uma segunda fase temos a família “moderna”, agora baseada no amor romântico e nas relações afetivas, de maneira que os casamentos começam a acontecer de forma recíproca. Tem-se a valorização da divisão do trabalho e a participação no cuidado do filho por ambos os cônjuges. Nas palavras de Vieira (2011, p. 89):

A família conjugal moderna é marcada por duas características: a afirmação da individualidade dos sujeitos na escolha de seus cônjuges, a partir dos ideais de amor romântico; e a independência dos novos casais em relações a suas famílias de origem.

Neste momento, considerando as fraquezas de um sujeito em sofrimento, a família ocidental deixa de ser enxergada como o modelo de vigor divino ou do Estado e aos poucos, vai perdendo o seu valor sacramental, embora ainda permaneça sendo a instituição humana mais sólida na sociedade (Roudinesco, 2003).

Por fim, constituindo a família “contemporânea” ou “pós-moderna”, fortemente influenciada pela década de 1960, temos a união de duração relativa entre dois indivíduos que buscam relações íntimas ou realização sexual. A transmissão da autoridade entre os parceiros torna-se cada vez mais difícil, uma vez que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam (Roudinesco, 2003), abrindo espaço para que surjam novas configurações familiares.

Tomando como referência a segunda abordagem proposta por Roudinesco (2003), faremos na sequência, uma breve descrição sobre os principais marcos históricos que caracterizam as transformações da família na civilização ocidental.

Segundo Abrão (2001), a família, como parte integrante do Estado na Grécia antiga, pode ser subdividida em elementos constitutivos (o escravo e seu senhor, o marido e a mulher, o pai e o filho) a fim de se compreender, a partir destes três ramos da economia doméstica, a natureza da relação entre eles, e também a imagem de como esta sociedade grega enxergava a criança como indivíduo.

O filho do cidadão grego, ao contrário do escravo (que era tido como sem alma, do qual todos poderiam usar e abusar), era considerado um ser humano e potencialmente livre. Sua virtude era a submissão diante do pai, pessoa responsável por moldá-lo e a ele ensinar o que era preciso para que se atingisse a maturidade (Badinter, 1985).

Eram as qualidades intrínsecas ao sujeito (pai) que serviam de modelo para que fosse definido quem mandava e quem obedecia. A mulher, a criança e o escravo se diferenciavam do marido, do pai e do senhor pela falta de autonomia que lhes conferia a condição de comandados (Abrão, 2001).

A idéia de criança na sociedade grega era caracterizada como um indivíduo ainda inacabado, que necessitava da presença de um “alguém - modelo” que a

conduzisse ao desenvolvimento de potencial que a ela estava intrínseco, para que um dia, pertencesse a categoria de “mandar”. Este “alguém- modelo”, era a figura do pai.

Nas palavras de Abrão (2001, p. 21), “a criança é entendida como um ser incompleto, que ainda não possui as qualidades inerentes ao pai, mas poderá vir a tê-las, pois pertence à mesma linhagem deste”. Fica implícito nesta citação a afirmação do modelo patriarcal como referência para a constituição da unidade familiar.

É entre a Antiguidade e a Idade Média (séculos XIV e XV) que o sentimento de infância vai aparecendo, se construindo e se consolidando. A mudança no modo de pensar e tratar a criança culmina no conseqüentemente aparecimento de iconografias a respeito dos pequeninos. Ariès (1978) aponta que até o século XII as representações das crianças na iconografia na Idade Média eram praticamente nulas. Para o autor, não havia espaço para a criança naquela época.

Esta ausência de um espaço dedicado à criança pode ser enxergada, segundo Abrão (2001), como reflexo da não existência de um lugar determinado para a infância na sociedade medieval, que priorizou outras fases da vida, em detrimento da infância.

Não existia, no passado, a consciência da particularidade infantil que hoje difere a criança de um adulto. Assim que a criança se mostrava independente da mãe ou da ama de leite, ingressava na sociedade dos adultos, não podendo mais se distinguir entre eles. Assim sendo, os adultos não desenvolviam o lado emocional/sensível com as crianças, pois estas passavam pela sociedade de maneira muito rápida (Ariès, 1978).

Nas palavras de Abrão (2012),

De acordo com a concepção vigente até este período não havia uma clara distinção entre o universo da criança e o do adulto, de tal forma que, após os primeiros anos da infância, período de maior dependência e vulnerabilidade, a criança era incorporada a vida adulta, passando a integrar suas atividades cotidianas. (p. 17).

Abrão (2012) nos conta que os mecanismos direcionados à separação da criança do meio dos adultos encontraram-se bastante imperceptíveis durante a Idade Média até o século XV, de maneira que a criança, ao atingir seus cinco ou seis anos de idade – período este em que o cuidado do filho era reservado às mães (mais especificamente às amas-de-leite) - logo era incorporada ao mundo adulto, participando de todas as atividades correspondentes a ele, sejam elas de caráter profissional, social ou sexual.

Este modelo de relações sociais, construído através da sobreposição entre o mundo do infante e o mundo do adulto, colaborou para que tanto o processo de aprendizagem, quanto o de socialização da criança se fizessem por intermédio deste contato direto com os adultos (Abrão, 2012).

Em meados do século XVII, a sobrevivência das crianças era bastante comprometida em função do elevado nível de mortalidade infantil da época, de tal forma que eram rapidamente substituídas por outras.

Abrão (2012) nos conta que nesta época, o cuidado das crianças ficava a vigor de amas de leite, recrutadas no campo para onde eram levados os filhos das mulheres da cidade. Estas amas necessitavam abrigar sob sua responsabilidade o maior número de crianças possíveis para que então fosse possível garantir melhores condições financeiras para sua própria sobrevivência.

Tal condição, em muitos casos, fazia com que as amas de leite assumissem o cuidado de um alto número de crianças, comprometendo a qualidade do cuidado e nutrição que a elas eram oferecidos. Daí a razão de o nível de mortalidade infantil ser elevado. Além disso, Abrão (2012) explica que a maioria das amas de leite eram escravas, e por isso acabavam transferindo às crianças que estavam aos seus cuidados, ressentimentos em relação aos seus senhores.

As crianças que sobreviviam, após passarem pela fase de “papuricação” (sentimento superficial reservado às crianças e a toda sua graça, em seus primeiros anos de vida), começavam a viver em uma casa diferente daquela de sua família (Ariès, 1978).

Esta família antiga não tinha a missão de desenvolver uma relação afetiva com a criança, mas sim a missão de conservação de bens e de sobrevivência. “O sentimento de infância não existia para o homem medieval, se tomarmos como parâmetro de comparação os padrões de afeição dedicados à criança contemporânea no mundo ocidental” (Abrão, 2001, p. 23).

O fim do século XVII trouxe uma mudança considerável na família. Abrão (2012) explica que a educação oferecida para as crianças na Idade Média, mais especificamente até o século XV, era inadequada e prejudicava de forma direta a saúde física e o desenvolvimento emocional das mesmas. Em função disso, novos parâmetros de educação começam a ser estabelecidos por médicos e educadores da Renascença, e dentro destes parâmetros duas instituições foram escolhidas como espaços privilegiados para a educação e cuidado da criança: a família e a escola.

Segundo Áries (1978), a escola substituiu o processo de aprendizagem dos filhos, que antes era feito através do contato direto com a sociedade. A partir de então, a criança foi separada dos adultos e mantida no colégio antes de se tornar um adulto propriamente dito. “Temos a exclusão da criança do universo adulto” (Abrão, 2012, p. 21).

Estas mudanças aconteceram devido a leis, à igreja e ao Estado, mas principalmente pela cumplicidade sentimental das famílias, que se transformou em um lugar de afeição necessária entre os cônjuges, pais e filhos (Ariès, 1978).

Segundo Abrão (2001), o século XVII pode ser considerado um divisor de águas, demonstrando nitidamente as transformações na forma como a criança era representada, tanto no imaginário do homem medieval quanto na iconografia, sendo estas mudanças introduzidas pelos moralistas e educadores da época, que começaram a questionar a maneira através da qual a criança vinha sendo tratada até então.

A família passou a ser organizada ao redor da criança e a lhe dar uma maior importância, tornando-a imprescindível e insubstituível. Conseqüentemente, o número de crianças nas famílias passou a diminuir justamente com a intenção de se poder dedicar mais tempo e cuidado a cada uma delas (Ariès, 1978). Conforme o sentimento de infância começa a aparecer, os respectivos papéis dos cônjuges começam a ser estruturados e moldados.

A idéia de infância como uma fase distinta que precede a fase adulta, explica Elkind (2004), está ligada aos conceitos modernos de educação universal e à família nuclear, que se torna pequena no final do século XVIII, início do século XIX.

Abrão (2001) explica que a nova concepção de infância, que passou a prevalecer no século XVII e que atingiu seu ápice no século XIX, não comportava mais um cuidado negligente com a criança. Desta forma, tornou-se necessário proporcionar à criança cuidados para o corpo e para alma com o intuito de assegurar a ela um desenvolvimento saudável.

Na medida em que mais tempo era dedicado à criança, mais cuidados ela ganhava durante o processo de crescimento e desenvolvimento. Enquanto a industrialização seguia em processo acelerado, como afirma Elkind (2004), o reconhecimento social e cultural da infância como uma fase discreta da vida, aconteceu apenas no fim do século XIX, com o estabelecimento da Psicologia Infantil como uma disciplina científica.

Roudinesco (2003) nos conta que ao longo do século XIX os pressupostos enunciados pela filosofia das Luzes refletiram em todas as camadas da população. Com isto, as mães foram estimuladas a amamentarem seus próprios filhos, não os confiando mais às amas-de-leite.

A segunda metade do século XX foi responsável por influenciar de forma decisiva a estrutura familiar. O movimento feminista, a participação das mulheres no mercado de trabalho, o advento dos métodos anticoncepcionais e o aborto possibilitaram à mulher o controle de seu corpo e de sua sexualidade, iniciando um processo de mudança que não teria volta.

Os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres, além do de esposa e mãe, configuraram uma nova concepção de maternidade que, por sua vez, implicou em uma nova configuração para o exercício da paternidade na família do final do século XX, conforme explica Ramires (1997).

O declínio do modelo familiar patriarcal foi profundamente influenciado pela Revolução Feminina em meados do ano de 1960, que abriu espaço para a participação da mulher no mercado de trabalho (Brasileiro, Jablonski e Féres-Carneiro, 2002; Bruchini e Ridente, 1994; Perucchi e Beirão, 2007; Pinheiro, Galiza e Fontoura, 2009) colocando em cheque o papel do pai enquanto autoridade e provedor, permitindo o surgimento de novas configurações familiares.

Pode-se dizer que isto aconteceu em função de as mulheres, agora inseridas no mercado de trabalho, passarem a ganhar através de seu próprio suor seu sustento e o de seus filhos, não se vendo mais, portanto, obrigadas a permanecerem ao lado do homem/marido que já não suportavam mais (Badinter, 2005). Conforme ressaltado por esta autora, o número de divórcios crescia cada vez mais e aos poucos, o casamento tradicional ia perdendo suas características determinantes.

Conforme aponta Viera (2011), apesar das características normativas provenientes do patriarcado, as famílias hoje desvelam em seu bojo marcas de resistência e subversão às normatizações impostas por este modelo familiar, emergindo a partir de então, papéis familiares cotidianamente vividos de forma plural, heterogênea, criativa e subversiva.

Os homens, muitas vezes enxergados como provedores econômicos, efetivamente não o são, ao menos não exclusivamente, dividindo esta tarefa com suas esposas. Por outro lado, ainda não sendo considerados os principais cuidadores dos filhos, os homens podem ser fonte de apoio, cuidado e proteção, mesmo de filhos que não sejam seus do ponto de vista biológico.

As mulheres, às quais são atribuídos os papéis de cuidado do marido e dos filhos, também cometem transgressões e abandonam sua prole, traem seus maridos e fogem com amantes, subvertendo desta maneira, as prescrições de subversão e obediência à figura masculina imposta pela era patriarcal (Vieira, 2011).

Autores como: Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009) e Bruchini e Ridenti (1994), destacam a queda da hegemonia do modelo familiar formado por um casal com filhos, e ressaltam que o número de casais sem filhos, homens e mulheres morando sozinhos, famílias homoafetivas e famílias monoparentais masculinas ou femininas, estão crescendo cada vez mais em nossa sociedade.

Nolasco (2001) chama atenção para o fato de que a emergência da homossexualidade surgiu como uma reação às práticas consideradas até então, naturais para a sexualidade e, também para a sociedade, contribuindo como demonstradores de que a sociedade em que nos encontramos, está passando por um movimento de transição.

Encontramos hoje, não mais apenas famílias sendo formadas através de laços consangüíneos, mas também famílias compostas por meio de laços afetivos. A configuração de uma família homoafetiva e adotiva são exemplos disto.

Sobre estes arranjos familiares, Vieira (2011) em sua dissertação de Mestrado explica que recusar chamar de família as famílias homoafetivas, bem como negar a existência de um vínculo intrafamiliar entre seus integrantes e evitar que tenham um estatuto legal, significa fixar a família dentro de um formato único, não correspondente à diversidade de expressões adotadas por elas na sociedade contemporânea.

Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009) ressaltam que no que diz respeito às transformações verificadas nas famílias brasileiras nos últimos anos, o arranjo familiar mais encontrado ainda é aquele da família nuclear, heterossexual. E, em 2007, explicam estes autores, esta estrutura familiar correspondia a 52% das famílias brasileiras. No entanto, a preponderância das famílias formadas por casais com filhos vem decaindo, na medida em que vem aumentando a importância de outros tipos de família.

Monteiro (2001) traz além destes modelos familiares citados, o casal de dupla carreira, surgido no final dos anos sessenta em resposta às mudanças do pós-guerra, sendo um tipo especial de família de dupla renda.

Este autor explica que no caso de um casal de dupla renda, ambos os esposos têm participação e envolvimento com o trabalho remunerado, mas a esposa continua sendo responsável por realizar as tarefas de casa como um dever a ser cumprido por ela; seu envolvimento com o trabalho é mais na intenção de auxiliar na composição da renda familiar. Já no caso dos casais de dupla carreira, ambos os cônjuges estão comprometidos tanto com a vida profissional quanto com a vida familiar, não limitando o trabalho de casa apenas à mulher.

Monteiro (2001) explica que neste modelo familiar, nenhum dos cônjuges está disposto a subordinar as expectativas do trabalho às expectativas familiares. Ao contrário, os dois estão empenhados tanto no investimento pessoal na carreira quanto com a vida familiar.

Este autor ressalta que esta dedicação dos esposos à família e ao trabalho demonstra uma mudança fundamental deste tipo de relacionamento conjugal quando comparado ao relacionamento conjugal tradicional. O desafio do casal consiste em coordenar as aspirações de cada um dos cônjuges, sem o sacrifício de um em nome das aspirações do outro.

Alves e Cavenaghi (2007) evidenciam um modelo familiar que não apresenta filhos; caso este, que não envolveria propagação de laços de descendência ou consangüinidade. Inseridos neste modelo familiar, foram encontrados casos em que apenas um integrante do casal trabalhava.

Por outro lado, estes autores também comprovaram a existência de situações em que os dois integrantes que compõe a família possuíam algum tipo de renda. Estes foram classificados de acordo com a literatura americana, como casal DINK – Double Income, No Kids; ou casal DINC – Duplo Ingresso, Nenhuma Criança.

Alves e Cavenaghi (2007) deixam claro que por mais que este seja um modelo familiar americano, não pode ser excluído, uma vez que pode crescer no Brasil conforme o avanço no processo de transição demográfica, diversificação de arranjos familiares, entrada da mulher no mercado de trabalho e maior mobilidade social e espacial das pessoas.

No que diz respeito ao Brasil, Ramires (1997) demonstra que o número de divórcios triplicou da década de 1980 para a década de 1990. Os dados apontam que em 1990 20,3% das famílias brasileiras tinham as mulheres como chefes de família, e que

em Recife este número chegava a 27,2%. Scaglia (2012) chama atenção para o fato de que apesar da existência de novos arranjos familiares, a família nuclear ainda é predominante no Brasil: de 54,6 milhões de domicílios brasileiros, 47,56% é ocupado por casais com filhos. Entretanto, esta configuração familiar vem perdendo espaço para os novos arranjos que estão surgindo.

A relação conjugal não se constitui mais a partir das normas marcantes da família moderna. Desde a proclamação da “igualdade entre os sexos” o lugar do homem e da mulher na família está em questão. Por mais que a família nuclear não possa mais ser enxergada como base sólida ou permanente para a construção identitária do sujeito, qualquer que seja a sua modalidade atual, a família continua sendo o referencial fundador da constituição do sujeito (Vieira, 2011).

Com base no percurso que fizemos até o momento sobre a família ocidental, verifica-se que a paternidade sofreu várias mudanças decorrentes das influências da Igreja e do Estado, e principalmente da Revolução Feminina, que contribuiu para que novos arranjos familiares surgissem. Resultante do declínio da autoridade patriarcal e da consequente participação das mulheres no mercado de trabalho, a família patriarcal cedeu espaço aos diferentes arranjos familiares de hoje, não mais centrados no autoritarismo paterno.

2. PATERNIDADE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Para estudar e compreender a evolução das diferentes funções e atribuições referentes à figura do pai no âmbito familiar atual faz-se necessário um percurso pelo passado com a intenção de entender as idéias que compunham o significado de família, pai e, principalmente, de criança, uma vez que “é impossível mencionar um dos membros da microssociedade familiar sem falar dos dois outros” (Badinter, 1985, p. 25).

Neste capítulo serão discutidos os diferentes papéis desempenhados pela figura paterna ao longo da história da família, considerando a autoridade e poder que este detinha inicialmente até o momento em que, decorrente às transformações incididas sobre a sociedade e conseqüentemente à família, sua soberania se viu confrontada a assumir novos papéis dentro do âmbito familiar.

Por mais que se tente remontar a figura do pai na história da família ocidental, ela sempre estará ligada a autoridade paterna e marital. Foi Aristóteles o primeiro a justificar do ponto de vista da filosofia, a autoridade do pai e do marido, atribuindo a autoridade do homem à desigualdade natural existente entre os seres humanos (Badinter, 1985).

Seja ele escravo ou senhor da *domus*, na família do século XVII cada um tinha sua posição específica definindo suas relações com os outros. A posição de pai, marido e senhor eram explicadas pela sua essência e comparadas à condição de um deus e de um rei.

Ramires (1997) chama atenção para o fato de que o modelo de pai provedor, distante dos filhos, representante da autoridade e da lei e mais temido do que respeitado, foi sendo construído ao longo da história e se concretizou como um marco da família nuclear burguesa.

Chamo a atenção para o que o autor Nolasco (2001), nos revela. Este homem enquanto pai dentro da família nuclear burguesa, ainda que autoritário na maior parte do tempo, provedor e guerreiro, era, por outro lado, também enxergado por seus filhos como um herói; como alguém a ser temido, mas outrora, admirado.

Esta informação se torna válida na medida em que nos faz conhecer que ao desempenhar o seu papel de provedor e também de autoridade, o pai – o homem -, era reconhecido e admitido pela sociedade através da qual estava inserido, tendo sua representação social e subjetividade masculina aceita e pertencente aos padrões da época.

Na sociedade individualista-contemporânea em que se encontra o homem hoje, esta figura de herói que antes representava para seus filhos, se configura, atualmente, como um herói de si mesmo; onde todos os problemas que o cercam apresentam soluções exclusivamente individuais (Nolasco, 2001).

Ressaltando as contribuições de Fein (1978) à concepção da paternidade, Ramires apresenta os estudos deste autor observando os diversos papéis ocupados pela figura do pai sob a ótica de três perspectivas: a tradicional, a moderna e a emergente.

A perspectiva tradicional, ou seja, da família burguesa, traz como imagem central a figura de um pai indiferente e distante, cuja principal função é a de provedor, além de ser suporte emocional à esposa, sem muito se envolver com os filhos. De acordo com esta perspectiva, a importância que os homens apresentam às crianças está relacionada à função de modelo de poder e autoridade.

Já a perspectiva moderna enfatiza a importância do papel no pai no desenvolvimento da criança e as possíveis consequências que a sua ausência pode trazer no decorrer de seu crescimento. Por fim, a perspectiva emergente parte da ideia de que

os homens são psicologicamente capazes de participar de comportamentos maternos e que isso será bom tanto para as crianças como para os próprios pais.

Seguindo esta concepção atual da paternidade, incentiva-se a participação na criação e no cuidado dos filhos, e destaca-se que a única função da qual o pai está excluído é a da gestação e amamentação.

2.1. O declínio do poder do pai

Por volta do ano 5000 a.C, a consciência da procriação masculina e sua consequência já se propagavam ao redor do mundo. Em períodos de guerra, ainda que entre comunidades, a força masculina passou a ser valorizada. Milênios depois, favorecidos pelas circunstâncias históricas, os homens passaram a assumir papéis importantes como o de reis, deuses, e mais tarde, chefes de família (Dupuis, 1989).

Uma vez tendo a noção de “paternidade”, este autor explica que os parentescos foram se estabelecendo, culminando no surgimento de novos arranjos familiares. Era o pai o responsável pela continuidade de seu grupo, sendo, portanto, a hegemonia paterna inquestionável durante muito tempo.

Na transição para a modernidade ou para o individualismo, conforme exposto por Nolasco (2001), presencia-se uma queda dos valores atribuídos ao patriarcado e à representação social masculina associada a este modelo familiar. A destituição do masculino e a crise de sua identidade configuram agora, o homem da sociedade contemporânea.

Por outro lado, Badinter (2005) torna lúcido que os homens jamais se deram por derrotados e aceitaram a dominação feminina como algo concreto e imutável. Ao contrário, segundo esta autora, o “machismo” existe, sobrevivendo ainda que de forma mascarada na sociedade.

Esta autora ressalta que nos últimos anos, apesar de todos os acontecimentos que verificamos na sociedade, a relação existente entre homem e mulher não progrediu muito. Com a presença de um individualismo cada vez mais exacerbado, esta relação homem versus mulher pode até ter sido deteriorada. Os homens se enxergam como vítima de uma evolução (decorrente da Revolução Feminina) que a eles lhe foram imposta.

Conforme apontado por Badinter (1985) anteriormente, a figura do pai na história da família ocidental sempre esteve ligada a autoridade paterna e marital, sendo Aristóteles o primeiro a justificar a autoridade do pai e do marido a partir do ponto de vista da filosofia, atribuindo a autoridade do homem à desigualdade natural existente entre os seres humanos.

É “natural” que a mais acabada das criaturas comande os demais membros da família, e isso de duas maneiras: em virtude de sua semelhança com a divina, como “deus comanda suas criaturas”, e em virtude de suas responsabilidades políticas, econômicas e jurídicas, como um “Rei comanda seus súditos”. (p.33).

Por esta óptica, segunda a autora, a condição de pai, marido e senhor é explicada pela sua essência e também comparada à condição de um deus e de um rei. O fortalecimento da autoridade paterna aconteceu, além da influência do pensamento de Aristóteles, através da difusão do pensamento teológico Cristão e também do Absolutismo Político.

O Absolutismo Político teve sua participação transformando a autoridade paterna em autoridade soberana. Comprovado nas palavras de Badinter (1985, p. 40):

Como existe uma bondade natural do pai para com seus filhos e como a autoridade real é paternal, seu caráter essencial é também a bondade. O rei não busca senão o bem de seus súditos, como o pai só quer o bem de seus filhos, mesmo quando os corrige.

A passagem da Idade Média para a Idade Moderna, marcada pela substituição do discurso religioso pelo discurso científico, trouxe como consequência o início de uma perda lenta e gradativa da hegemonia paterna, até alcançar a atualidade. A abolição do regime Absolutista, o período industrial e os ideais de igualdade foram difundidos pela Revolução Francesa, e a justiça e o Estado passaram a intervir e defender cada vez mais os direitos da criança e atribuir à mãe um papel insubstituível, priorizando o amor materno em oposição ao amor do pai (Dupuis, 1989).

A partir do fim da Idade Média até a Revolução Francesa, alguns dos direitos do pai (enquanto direitos políticos) são suprimidos pela Igreja e o Estado. Um destes direitos paternos foi o de morte, já que agora a criança é um repositório divino, foi criada por Deus e não se pode destruir o que foi criado por Ele.

Mostra-se evidente a atenção atribuída à autoridade paterna. Essencial para manter uma sociedade hierarquizada, onde a obediência era uma virtude imprescindível, o poder do pai tinha de ser mantido a qualquer custo. Devido a isto, preocupando-se apenas com a obediência que deviam ter em relação à figura paterna, não sobrava lugar para manifestação de nenhum outro sentimento, como por exemplo, o amor. Este se mostrava fraco demais para ser possível construir alguma coisa tendo-o como pedra angular.

Foi apenas com a filosofia das Luzes que, propagando duas idéias complementares (liberdade e felicidade individual), favoreceram o desenvolvimento do amor e sua expressão. Roudinesco (2003) explica que como consequência da Revolução Francesa e também da própria sociedade civil, houve uma queda progressiva do antigo sistema de casamentos arranjados, em função do amor romântico.

De acordo com Nolasco (2001) este movimento abre espaço para uma sociedade em que o sujeito terá a opção de fazer escolhas. Serão suas escolhas que darão início a

processos de individualização, decorrentes de leituras e, conseqüentemente, diversas possibilidades de se pensar sobre si mesmo e sobre o mundo. Tudo isto será responsável por contribuir para uma tendência ao subjetivismo radical, ao individualismo desenfreado e a uma busca da auto-realização individual que resultará na esfera política e social com a criação dos discursos de emancipação.

O poder e a imagem do pai se transformam com o advento destas novas idéias complementares, sendo sua soberania agora a simples ajuda momentânea pela qual ele compensa a fragilidade da criança. Desta forma, o poder paterno não é mais explicado como uma origem natural e divina; pelo contrário, seus direitos agora são limitados pela necessidade da criança (filho), incapaz de se proteger (Badinter, 1985).

A necessidade, a natureza da criança, impõe, agora, limite ao poder paterno. A autoridade do pai e da mãe, no sentido parental¹ da palavra e não mais paternal, evolui junto com a criança. Se nos primeiros anos de vida as crianças necessitam de toda autoridade dos pais, uma vez que não são capazes de se preservarem, quando se tornam adultas limitam esta autoridade parental porque agora apresentam certa autonomia. A partir de então, a “afeição e o respeito pelos pais não dependem (mais) da obrigação moral, mas da natureza” que as compõem (Badinter, 1985, p. 193).

Esta autora nos conta que com o século das Luzes seguido pela Revolução Francesa e sua idéia de liberdade e igualdade, as mulheres passam a batalhar por seu intelecto e mais tarde, vão assumindo cada vez mais a liderança do lar, se apoderando de muitas das funções até então consideradas paternas.

¹ Para o estabelecimento do vínculo de parentalidade, basta que se identifique quem desfruta da condição de pai, quem o filho considera seu pai, sem perquirir a realidade biológica, presumida, legal ou genética (...) pois família, como afirma Lacan, não é um grupo natural, mas um grupo cultural, e não se constitui apenas por um homem, mulher e filhos conforme bem esclarece Rodrigo da Cunha Pereira: família é uma estruturação psíquica, onde cada um de seus membros ocupa um lugar, desempenha uma função, sem estarem necessariamente ligados biologicamente (Dias, 2003, p. 166).

Abrão (2012) elucida que a partir de então a mulher deixa de ter como único compromisso social a responsabilidade sobre os cuidados com a família e os filhos, e passa a assumir diversos papéis sociais. Seguindo o raciocínio deste autor, “a reverberação da emancipação feminina irradiou-se em diferentes direções, atuando como agente catalisador de transformações sociais em várias esferas” (p. 26). Inclusive no declínio do papel do pai.

Conforme evidenciado por Badinter (1985), em dois séculos a imagem do pai sofreu alterações consideráveis. Se no século XVII o pai era considerado semelhante à figura de Deus e o representante da figura do rei dentro de seu ambiente familiar, no século XVIII, já se apontavam falhas existentes nestes atributos reais. Entretanto, foi necessário esperar até o século XIX para notar que o pai de família poderia ser falível, ignorante e malvado.

A Revolução Industrial também teve sua participação e contribuição ao declínio do poder do pai, uma vez que estabeleceu configuração para as relações de trabalho, que veio a ser problematizado ao final do século XIX, em meio a um clima de esperança e progresso. A Revolução Industrial, ainda que um fenômeno de esfera pública proporcionou diversas mudanças no mundo privado, influenciando não só a família, mas também a relação homem-mulher (Nolasco, 2001).

No século XIX, o Estado passa a se interessar ainda mais pela criança, seja ela vítima, delinquente ou carente, e adquire o hábito de vigiar o pai, que agora se assemelha mais a frequentadores de bares que chegam em casa e violentam esposas e filhos, do que ao tão aclamado Todo Poderoso do século XVII. “Sua autoridade não é mais absoluta, recebida diretamente de Deus e confirmada pelo rei; ela é agora distribuída pelo Estado e vigiada pelos seus agentes” (Badinter, 1985, p. 293).

Surtem agora no meio da criança, com a intenção de desempenhar o papel deixado a desejar pelo pai, as figuras do professor, juiz de menores, assistente social, educador e psiquiatra, todos estes detentores de uma parte dos antigos atributos paternos. Conforme explica Donzelot (1986, p. 76), “a missão social do professor será jogar a criança contra a autoridade paterna, não para arrancá-la à família, e desorganizar um pouco mais esta, mas para fazer penetrar por meio dela a civilização do lar”.

Ao final do século XIX, Nolasco (2001) nos revela que alguns críticos da cultura e do trabalho, como Marx e Engels, foram responsáveis por proporcionar subsídios às transformações que viriam a acontecer durante o século seguinte, no âmbito das representações sociais. O movimento feminista e, seguidamente o movimento gay, vieram com a intenção de criticar as bases da sociedade tradicional e o modo como era definido a família e as relações de trabalho.

A escola, no século XIX, que deu fim ao mito da onisciência paterna, tornando evidente a incapacidade de alguns pais em acompanhar os estudos dos filhos. Ao transferir a transmissão do conhecimento das relações familiares para o contexto escolar, a aprendizagem não mais deveria ocorrer por intermédio do contato direto com o adulto. “O pai teve de se decidir a confessar que ‘não sabia’” (Badinter, 1985, p.290).

Desta forma, o poder - autoridade do pai, que no início era considerado essência e dádiva, algo divino e ilimitado, agora era controlado pela escola, pelo Estado e seus agentes. Não bastando todas estas influências e transformações ao poder paterno, o século XX e as respectivas Grandes Guerras também fizeram sua contribuição. Conforme apontado por Scaglia (2012, p. 23), no início do século XX observou-se claramente “um retraimento do patriarcado na sociedade, como se os períodos anteriores tivessem criado condições para que ocorressem as atuais intervenções capazes de diminuir o poder paterno no âmbito familiar”.

Seguindo os apontamentos de Abrão (2012), o modelo patriarcal de relações, presente durante a Idade Média, foi fortemente abalado a partir da segunda metade do século XX. “O poder paterno como símbolo de autoridade dentro da família foi relativizado em favor da adoção de relações mais igualitárias entre os membros da unidade familiar” (p. 26).

Bauer (2001) nos conta que com a Primeira Guerra Mundial os homens foram obrigados a irem para a batalha defenderem sua pátria, de modo que deixaram seus trabalhos, abandonaram seus lares, suas esposas e seguiram caminho para guerrear. Faltando mão-de-obra nas fábricas, a solução encontrada pelo governo foi convidar as mulheres mais novas a assumirem os postos da fábrica, contribuindo para que a ascensão do sexo feminino ao mercado de trabalho acontecesse de maneira acelerada.

O fim na Primeira Guerra obrigou as mulheres a retornarem para seus lares e afazeres domésticos, uma vez que os homens, retornando da Guerra, reassumiriam seus cargos anteriores nas fábricas. Algumas mulheres, entretanto, se recusaram a voltar com suas antigas tarefas, conseguindo atingir diversos setores de produção. Aos poucos, a mulher foi ingressando no mercado de trabalho e lutando por seus direitos (Bauer, 2001).

Durante a Segunda Guerra Mundial as mulheres passaram a ocupar os lugares vagos, deixados pelos homens. Com a expansão da economia o trabalho feminino melhorou de forma considerável, possibilitando cada vez mais que o sexo feminino adentrasse ao mundo industrial (Bauer, 2001). Com a Revolução Feminina na década de 1960 tem-se a mulher assumindo algumas tarefas consideradas até então “maritais” e, conseqüentemente, o declínio da autoridade e poder do pai. “Querendo ou não, essa revolução assinalava o fim do patriarcado” (Badinter, 2005, p. 13).

Nolasco (2001) suscita que o feminismo, os movimentos negros e de defesa aos direitos dos homossexuais surgem enquanto exemplos de discursos de emancipação, característicos de uma sociedade que se encontra em transição, através da qual estes discursos nascem na intenção de tentar dar conta de todas as mudanças impostas pela própria sociedade – agora cada vez mais individualista-, sendo responsáveis por influenciar não somente os papéis a serem ocupados pelo homem dentro do mundo do trabalho e da família, mas também por questionar/transformar a representação social e subjetividade masculina.

Roudinesco (2003) nos conta que em 1970, com o fim da expressão “chefe de família”, a própria noção de poder paterno é eliminada da lei de maneira definitiva. A partir deste momento, o pai e a mãe compartilham juntos do poder sobre o filho e “suas antigas prerrogativas, já fortemente abaladas nas décadas recentes, ficam praticamente reduzidas a nada” (p. 104). Começa-se a falar sobre uma família co-parental. Não se pode mais definir a figura do pai típico, uma vez que a realidade se encontra multifacetada.

Com o avanço da industrialização e a universalização do trabalho assalariado, Moraes (2011) explica que uma série de transformações afetou tanto as relações sociais quanto familiares. Uma destas transformações foi a transformação econômica, que impactou significativamente o modelo familiar patriarcal, permitindo que um número de mulheres cada vez maior ingressasse no mercado de trabalho. “Aos poucos, as mulheres foram alcançando sua autonomia financeira, rompendo com um dos elos mais fortes do modelo tradicional de família: a subordinação econômica da esposa ao marido” (p. 411-412).

Uma vez que as influências femininas impactaram de maneira direta e indireta o papel masculino na família, pode-se afirmar, conforme Perucchi e Beirão (2007)

sugerem, que a Paternidade encontra-se em transição e, conseqüentemente, sentimentos de ambigüidade passam a operar no sexo masculino, uma vez que seu papel não é mais, obrigatoriamente, o de provedor.

O fim do patriarcado, conforme aponta Badinter (1993), marca o começo de uma paternidade totalmente nova. Desde que as mães se inseriram no mercado de trabalho, os pais de “transição”, como explica esta autora, foram convocados a se ocuparem de seus filhos.

O envolvimento do pai com o dia-a-dia do filho é um fenômeno relativamente novo em nossa sociedade. Alguns pais, conforme nos relata Nolasco (2001), sentem-se incertos ao se envolverem com o mundo da criança, pois apresentam a incerteza de que se o fizerem, perderão a sua virilidade.

Este autor nos explica que isto acontece porque durante muito tempo a identidade masculina e o homem, bem como o seu reconhecimento, se deram através de sua relação com o trabalho e com a responsabilidade de provedor. A sua representação social, pertencente a uma sociedade burguesa, parecia dar conta de justificar o papel que este pai – homem – ocupava dentro dela.

Atualmente, espera-se destes homens comportamentos mais afetivos em relação aos seus filhos e esposa; ajuda nos cuidados e manutenção do lar; e participação no cotidiano das crianças, sendo todos estes, comportamentos que vão de encontro com o que estes pais estavam acostumados. Daí a configuração de um sujeito moderno incerto quanto ao exercício de sua representação social e identidade masculina.

Scaglia (2012) sugere que o declínio da tradição patriarcal parece ter reinserido o homem na família, agora de forma diversificada. Segundo a autora, estudos destacam uma desestabilização das representações do gênero masculino estimulada por transformações sociais, como a entrada da mulher no mercado de trabalho. A

masculinidade passou a ser entendida como uma construção social, percebida e vivenciada de maneira peculiar em função do contexto histórico em que se encontra inserido, influenciando a maneira através da qual o homem vivencia sua função paterna.

Aos homens é solicitado que desempenhem ora funções atribuídas a seus avôs, sendo, portanto, corajosos e responsáveis; mas por outro lado, devem também expressar características de suas avós, portando-se mais sensíveis e ternos. Esta demanda em relação à figura masculina contribui para que os homens se sintam confusos quanto à sua identidade (Badinter, 2005).

A este pai contemporâneo, fruto da influência do feminismo e dos consequentes arranjos familiares, é sugerido que assuma funções até então consideradas femininas, como por exemplo, participação na educação e no cuidado dos filhos, e principalmente, demonstrações de afetividade. Isto contribui para a atribuição de um novo sentido de Paternidade, agora pertencente aos tempos modernos.

2.2 O pai contemporâneo

Com o processo de declínio do patriarcado a partir do século XVII, colocou-se em xeque o lugar do homem enquanto chefe de família e pai, representante da autoridade e poder dentro do âmbito familiar, assumindo, muitas vezes, a postura autoritária e tirânica, subjugando o lugar da mulher e dos filhos (Vieira, 2011).

Até o presente momento discutimos as diversas transformações que o sentimento de infância, a Revolução Industrial, o Iluminismo, o Absolutismo, a Revolução Francesa, as duas Grandes Guerras e a Revolução Feminina trouxeram tanto para o âmbito familiar, quanto ao papel desempenhado pelos cônjuges, especialmente pelo pai. Passaremos agora a discutir com maior detalhe as características sociais da paternidade na contemporaneidade.

Faria (2003) aponta que no final da década de 1980 e durante a década de 1990, os estudos sobre a paternidade mudaram de foco. Foram deixados de lado os estudos sobre a ausência paterna, e passou-se a abordar a questão de que homens e mulheres, pais e mães, poderiam cuidar de seus filhos através de uma forma direta e indireta. “Embora permanecessem pai e mãe, homem e mulher, com suas especificidades, poderiam viver na relação com os filhos o aspecto materno e também o paterno” (p. 72).

Este novo modo de enxergar a paternidade só foi possível em decorrência de transformações como a modernização tanto da sociedade quanto da família da década de 1980 e 1990, e da crescente valorização da individualidade nos relacionamentos (Faria, 2003).

Hoje encontramos mulheres trabalhando, sendo responsáveis pelo papel de provedor econômico que até então era tido como atividade estritamente masculina. Por outro lado, encontramos homens participando dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos, sentindo-se incertos do papel que deveriam ocupar dentro da família (Brasileiro, Jablonski e Féres-Carneiro, 2002; Bruchini e Ridente, 1994; Perucchi e Beirão, 2007; Pinheiro, Galiza e Fontoura, 2009). O aparecimento de novas configurações tanto da família quanto das funções a serem desempenhadas pelo pai torna-se o novo cenário de nossa sociedade.

Segundo Faria (2003), a cultura contemporânea tem acentuado através da escolha de papéis, aquilo que se adéqua às características individuais, de maneira que a paternidade possa ser mais passível de reformulações. Este individualismo da sociedade contemporânea, de certa forma, vem destruindo o modelo considerado “correto” de ser pai, em que havia um único modelo a ser seguido.

Este autor explica que está havendo uma transformação na vida familiar e nos papéis ocupados pelos cônjuges dentro da família, e que tais mudanças se estendem a todos os âmbitos da cultura e da sociedade. “O mundo está em transição” (p. 74).

Uma vez pertencente a uma sociedade contemporânea, observa-se que a paternidade apresenta características que, anteriores às transformações ocorridas na sociedade, não eram possíveis de serem pensadas. Com as novas possibilidades que a sociedade oferece para tornar possível ao homem ser pai (adoção, inseminação artificial), estes têm se mostrado cada vez mais desejosos de uma participação no cuidado e educação do filho (Ramires, 1997).

O exercício da paternidade tem sido questão fundamental para que se considere ter uma família completa. A paternidade, ainda que adotiva, faz parte do desejo e realização dos homens em atingirem mais um estágio da vida adulta: formar uma família (Andrade, Costa & Rosetti-Ferreira, 2006; Costa & Rosetti-Ferreira, 2007).

Atualmente encontramos homens que, almejando tornarem-se pais, procuram formas de exercer a paternidade antes mesmo de o filho nascer (Ramires, 1997; Carvalho, 2003). A participação do parto e do processo de gestação da mulher são formas possíveis que o futuro pai tem de vivenciar a paternidade e fantasiar sobre a criança que está para chegar (Piccinini et al., 2009).

Percebe-se que o exercício da paternidade tem seguido caminhos diversos ao longo dos tempos. Hoje encontramos pais buscando desenvolver uma relação de proximidade e afetividade com os filhos, procurando diferenciarem-se do modelo tradicional de paternidade que vivenciaram com seus próprios pais (Bustamante, 2005; Ramires, 1997). Os homens que tiveram um relacionamento frio e distante com seus próprios pais na infância optam, hoje, por comportamentos opostos aos que

vivenciaram, mostrando-se interessados em estabelecer um relacionamento afetivo com seus filhos.

Ramires (1997) identificou presente nos homens da sociedade moderna uma capacidade para maternar. À maternagem, a autora relacionou atividades e comportamentos de cuidado, alimentação, atendimento às necessidades básicas da criança, envolvimento durante a gravidez e após o nascimento do filho. Segundo a pesquisa desta autora, que procurou estudar o exercício da paternidade no século XX através de entrevistas com doze pais, não falta aos homens capacidade, motivação ou disposição para a participação de nenhuma destas tarefas citadas.

O que acaba ocorrendo, explica-nos a autora, é um monopólio por parte de algumas mães, não permitindo que os cuidados do filho sejam compartilhados com os pais. Alguns pais simplesmente sentem-se excluídos desta participação com o filho, que acaba sendo alcançada apenas em alguns casos de divórcio, quando o pai pode se entregar por completo às necessidades do filho.

No que diz respeito aos cuidados direcionados aos filhos, o pai apenas está excluído apenas da gestação e da amamentação. O fato de a figura paterna ter sido colocada de lado na participação dos cuidados diretos dispensados às crianças “não passa de uma construção social dependente de fatores culturais, econômicos e políticos” (Ramires, 1997, p. 106).

Atualmente, com a maior participação da mulher no mercado de trabalho, Ramires (1997) nos conta que os homens não podem mais fugir da divisão de tarefas e responsabilidades para com o filho e com a casa. Este novo espaço proporcionado à figura masculina, agora co-participante das atividades domésticas, possibilita uma redescoberta da paternidade, do significado de ser pai e de que forma esta paternidade pode ser vivenciada. Porém, em virtude do monopólio materno, muitos destes pais não

sabem como agir diante deste fato e recuam, conformando-se com um papel mais distante.

Por mais que exista o desejo de participação no cuidado do filho por alguns pais, a relação mãe-filho ainda é enxergada pelos homens sendo muito mais importante do que a relação pai-filho. Aos pais resta apenas se conformar com um papel secundário na vida do filho (Ramires, 1997). Apesar de muitos pais manifestarem interesse em dividir o cuidado do filho com a mãe, o papel de provedor ainda é enxergado como a principal responsabilidade do homem (Silva & Piccinini, 2007; Trindade & Menandro, 2002).

Conforme nos explica Ramires (1997), a partir do momento em que o cuidado infantil for compartilhado por homens e mulheres desde o início, as crianças aprenderão um novo modelo de relação, não mais pautado nas hierarquias de gênero “mas sim na cooperação e complementação” (p. 115).

Com isto, a estrutura psíquica da criança se estabelecerá de forma diferente uma vez que deixarão de enxergar um pai que manda e uma mãe que obedece, para visualizarem dois adultos de sexo e gênero diferentes se complementando e compartilhando, de forma igualitária, as responsabilidades e cuidados para com seus filhos. Ramires (1997) sugere que em algum momento isto deve causar alterações na configuração do Complexo de Édipo, de forma que as diferenças de sexo e idade não continuarão necessariamente sugerindo uma hierarquia e poder de uns sobre os outros.

No caso do menino, ele não irá mais se identificar com o seu opressor, mas sim com um homem próximo, que participa dos seus cuidados assim como sua mãe. Poderá então integrar a sexualidade com o afeto, e não terá mais motivos para desvalorizar e rechaçar os traços tidos como características e valores do gênero feminino. (Ramires, 1997, p. 115-116).

Considerando que hoje a família é fruto de grandes acontecimentos responsáveis não apenas por sua constituição, mas também pela transformação da função paterna,

discorreremos um pouco mais sobre esta paternidade contemporânea ressaltando dois modelos de pais apresentados por Faria (2003): o pai ausente e o pai nutridor.

2.2.1 O pai ausente

Ao proporcionar as características atribuídas ao pai ausente, Faria (2003) cita o trabalho de Corneau (1991), que o descreve como aquele que exerce a paternidade de maneira inadequada, proporcionando grandes frustrações ao filho através dos seguintes comportamentos:

Ausência paterna prolongada, por abandono ou hospitalização; falta de resposta à necessidade do filho de afeto e dedicação; ameaças de abandono com o objetivo de punir ou disciplinar a criança; indução de culpa, responsabilizando-a por eventos que estão fora de seu alcance; apego exagerado, tornando a criança o pai de seu pai. (p. 29).

Este autor explica que com a chegada da Revolução Industrial os pais foram obrigados a saírem de casa para buscar trabalho. Consequentemente, houve um afastamento destes pais do convívio com a família, principalmente com os filhos, contribuindo para uma crise na relação pai-filho.

Decorrente de os pais saírem de seus lares para trabalhar, Faria (2003) explica que a família advinda da Revolução Industrial estaria centrada no poder das mães, preocupando e chamando a atenção de vários pesquisadores quanto ao crescimento dos meninos que cresceriam na ausência de um pai. Por não terem presente uma figura masculina no âmbito familiar, a noção de virilidade seria aprendida pelo menino/filho através dos olhos da mãe, assim como a imagem do pai seria construída a partir da visão que a mãe tinha de seu marido.

Lamb e Tamis-Lemonda (2003), esclarecem que foi por volta de 1950, que pesquisadores começaram a entender o papel desempenhado pelos pais no âmbito familiar estudando famílias cujo pai não se fazia presente. Comparando o

comportamento das crianças criadas em famílias na presença e na ausência de um pai, seria possível estimar a influência paterna no desenvolvimento dos filhos.

Citando a pesquisa de Hetherington and Stanley-Hagan (1997), Lamb e Tamis-Lemonda (2003) demonstram que em famílias onde o pai era ausente, foi percebido que os meninos apresentavam comportamentos problemáticos quanto ao desempenho escolar, identidade masculina e sexual, ajustamento psicossocial e controle de agressão. Contudo, o autor ressalta que a existência de diferenças entre grupos de crianças (meninos) crescendo com ou sem os pais, não significa que toda criança que crescer sem a presença do pai terá problemas em aspectos do desenvolvimento, nem que toda criança cujo pai vive em casa, se desenvolverá apropriadamente.

Faria (2003) ressalta que a questão ia mais além, já que outros fatores também estavam presentes na configuração dos desajustes de personalidade, sendo alguns destes fatores a ausência de figuras masculinas que pudessem ser modelo positivo e um objeto de identificação para a criança e o estresse da mãe em cuidar sozinha dos filhos.

A dependência destes outros fatores influenciadores do desenvolvimento da criança foi elucidada em pesquisas direcionadas ao estudo das consequências que o divórcio e a transição para a ausência paterna poderiam trazer ao desenvolvimento dos filhos. Devido ao divórcio ser permitido nos dias de hoje, ele abre espaço para a configuração de uma família na qual o pai se faz ausente, ou presente de forma insatisfatória ao desenvolvimento do filho.

Evidências sugerem que a ausência do pai pode ser prejudicial não necessariamente porque o modelo de papel sexual está ausente, mas porque outras funções paternas, tais quais a de provedor econômico, social e emocional não são desempenhadas, ou são desempenhadas de maneira insatisfatória dentro destas famílias (Lamb & Tamis-Lemonda, 2003).

2.2.2 O pai nutridor

Conforme nos conta Lamb e Tamis-Lemonda (2003), foi a partir da década de 1970 que pesquisadores passaram a dar importância ao tempo que os pais gastavam se relacionando com seus filhos. Pesquisas iniciais indicaram que os pais passavam menos tempo com seus filhos, do que as mães.

Em famílias cuja mãe não trabalhava, foi verificado que a interação pai-filho era demasiadamente menor, quando comparada à interação mãe-filho. Por mais que a maioria dos pais não assumisse responsabilidade no cuidado e envolvimento com o filho, subgrupos de pais que investiam seu tempo fornecendo uma atenção a mais ao filho e se responsabilizando por seus cuidados foram encontrados, mas não consideravelmente estudados.

Por outro lado, continua a apontar Lamb e Tamis-Lemonda (2003), nas famílias em que a mãe encontrava-se inserida profissionalmente no mercado de trabalho, o nível de envolvimento paterno, ainda que ambos os cônjuges exercessem uma profissão, foi mais alto quando comparados às famílias em que a mãe não trabalhava. O autor ressalta que isto se deve não ao fato de os pais estarem passando mais tempo com seus filhos, mas sim às mães, que estariam gastando menos tempo no cuidado e envolvimento com os filhos em virtude da vida profissional.

Tem-se verificado que os níveis de responsabilidade paterna têm aumentado com o passar do tempo, e continuam a crescer ainda que lentamente. Influenciados pelas ideologias históricas, familiares e culturais, estas são responsáveis por ditarem os papéis que os pais exercem na vida do filho e na família, a quantidade de tempo que passam com seus filhos, as atividades que serão compartilhadas com eles e a qualidade da relação pai-filho (Lamb & Tamis-Lemonda, 2003).

É por volta de 1970, considerando todas as transformações ocorridas até então, que um novo modelo de paternidade começa a se configurar, sendo representado pela figura de um pai nutridor, participante dos cuidados da criança.

Isto é comprovado através de Faria (2003), ao explicar que na década de 1970, com a aceitação da dissolução do vínculo matrimonial pela sociedade e com a imagem de uma mulher independente, fora da chefia e do controle dos homens (consequência da Revolução Feminina), o pai teve que encarar a responsabilidade do cuidado direto do filho, pelo menos nos fins de semana.

A situação do divórcio possibilitou ao pai participar do cuidado do filho, despertando-o para esta responsabilidade, e também contribuindo para que esta relação com o filho fosse vivida de forma prazerosa. Não sendo mais uma propriedade exclusiva da mãe, o pai agora poderia adentrar em um mundo em que ele também poderia cuidar do filho (Faria, 2003).

Em contrapartida, em uma pesquisa sobre a relação entre pais e filhos após a separação conjugal, os autores Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004) verificaram que com o divórcio, houve um afastamento dos filhos, por parte dos pais, que ao morarem em residência separada da dos filhos ou constituírem outra família (tendo agora que assumirem outras responsabilidades) não passavam tempo suficiente com os filhos, abalando a relação pai-filho. Estas verificações, ainda que divergentes, são constatadas porque fazem parte do processo de reconfiguração das relações familiares o qual nossa sociedade encontra-se inserida.

Com a família contemporânea em processo de transformação, presencia-se um intercâmbio entre a função materna e paterna, uma vez que nos dias atuais, tanto homens quanto mulheres dividem seu tempo com o trabalho e com o cuidado dos filhos (Dantas, Jablonski & Féres-Carneiro, 2004).

Se antes a imagem do pai provedor e modelo sexual era baseada em uma identidade masculina centrada principalmente na atividade profissional, o pai nutridor, por outro lado, caminha na construção da identidade masculina considerando o homem como um dos responsáveis pelo cuidado do filho (Faria, 2003).

Citando o trabalho de Souza (1994), Faria (2003) nos explica que a idéia do pai nutridor é consequência de uma alteração na noção de masculinidade, que decorrente da década de 1970, passou a ser pensada e discutida a partir das teorias de gênero, que defendem que o masculino e o feminino são construções sócio-históricas e que o que se entende como pertencente à feminilidade e à masculinidade depende da inter-relação dos aspectos sociais, históricos e psicológicos de uma determinada cultura.

Contrastando com o papel de pai provedor, pesquisadores reconhecem que o pai desempenha além deste, diversos papéis dentro da família, cuja importância relativa varia de acordo com o momento histórico e cultural aos quais eles estão inseridos. Ser companheiro, providenciar cuidados, ser esposo, protetor, modelo, guia moral, ensinador e chefe de família/provedor são alguns exemplos dos papéis desempenhados pelo pai (Lamb & Tamis-LeMonda, 2003).

De acordo com Faria (2003), estudos sobre a influência paterna foram conduzidos entre os anos de 1940 e 1970, época em que o pai como modelo de papel sexual era considerado o mais importante. Estas pesquisas, ainda que conduzidas tendo como foco o desenvolvimento do papel sexual das crianças do sexo masculino (filhos), foram também responsáveis por derrubar a idéia de que o papel de modelo sexual desempenhado pelo pai influenciaria diretamente a aquisição da masculinidade do filho.

O que se mostrou realmente importante foi a qualidade da relação existente entre o pai e seu filho, provando ser esta, a variável mediadora e responsável pela

masculinidade do menino: “quando o relacionamento entre pais e filhos era bom, os garotos eram de fato mais masculinos” (Faria, 2003, p. 5).

Por esta óptica, o pai pode e se compromete com o filho de diversas maneiras, não apenas como provedor e modelo sexual a ser seguido. A qualidade da relação pai-filho demonstra-se muito mais importante do que o papel de modelo sexual desempenhado anteriormente pelo pai.

Lamb e Tamis-Lemonda (2003), ao chamar atenção para a influência que os pais exercem em seus filhos, ressalta que estas influências, sejam elas diretas ou indiretas, são a chave para uma compreensão abrangente da paternidade.

Segundo este autor, os pais influenciam os filhos de forma direta, através de seu comportamento, de suas atitudes e das mensagens que transmitem. Por passarem menos tempo com seus filhos, muitos pais não estão familiarizados com a linguagem da criança e conversam com ela utilizando-se de um vocabulário que a desafia a pronunciar corretamente seu discurso, preparando-a para as exigências comunicativas que encontrará na sociedade.

As crianças são afetadas de forma direta através dos cuidados, ensinamentos, brincadeiras, maus tratos e negligências, todos exercidos por seus pais. Indiretamente, os pais influenciam seus filhos através dos efeitos que exercem em outras pessoas e em circunstâncias sociais que acabam por intervir no desenvolvimento da criança.

O apoio econômico da família constitui uma forma indireta e importantíssima através da qual os pais contribuem para o desenvolvimento saudável de seus filhos. Lamb e Tamis-Lemonda (2003) aponta que é através do apoio econômico que os pais que não possuem a custódia do filho influenciam seu desenvolvimento.

Outra forma de influência indireta que os pais exercem em seus filhos é sendo fonte de apoio emocional e instrumental para as outras pessoas, principalmente as mães

que estão envolvidas e em contato direto com a criança. Os pais também podem afetar a qualidade da dinâmica familiar estando envolvidos nas tarefas domésticas e cuidados com o filho, facilitando a carga de trabalho das mães e fornecendo modelos de comportamento que as crianças podem imitar ou evitar.

Ressaltando as influências diretas, mas principalmente as indiretas, é que se pode compreender como o desenvolvimento da criança é afetado e dependente do comportamento e das atitudes que o pai exerce dentro da família não apenas com seu filho, mas com as pessoas que o cercam.

Observa-se que o pai contemporâneo se assemelha à figura de um pai mais presente e identificado com as exigências contemporâneas da família, expondo seus sentimentos e se opondo ao modelo tradicional de distanciamento entre o físico e o afetivo (Gomes & Resende, 2004).

Foi possível verificar até aqui que a paternidade encontra-se em processo de transição. A figura do pai que outrora representava uma figura distante dos filhos, autoritária e provedora de necessidades, hoje é vista como essencial e imprescindível ao desenvolvimento emocional e psíquico da criança, além de ser totalmente capaz de assumir papéis até então enxergados como exclusivamente maternos.

Influenciado pelas transformações que a Igreja, o Estado, o Iluminismo, a Revolução Francesa, as Grandes Guerras e a Revolução Feminina trouxeram à configuração familiar e, conseqüentemente à paternidade, enxergamos que o até então representante do autoritarismo abre agora espaço para o esboço de um pai mais presente, cuidadoso, afetivo e contemporâneo.

Fruto de todas as transformações que a configuração familiar sofreu ao longo dos tempos, a figura do pai se encontra hoje em processo de mudança. Tudo parece caminhar para um modelo de pai mais próximo e nutridor, continuando a existir, por

outro lado, o medo por parte dos homens, em perderem sua virilidade uma vez que a paternidade vem se configurando cada vez mais como um intercâmbio entre a função materna e paterna.

Considerando as diversas contribuições da Psicanálise no que diz respeito à importância do papel do pai no desenvolvimento psíquico e emocional da criança, trataremos, a seguir, da função paterna a partir do enfoque psicanalítico de Freud, Lacan e Winnicott.

3. A PATERNIDADE NA PSICANÁLISE

A diversificação e indefinição do papel paterno mostram-se cada vez mais complexas diante das diferentes modalidades de arranjos familiares existentes na contemporaneidade. Com isso, a função paterna necessita ser concebida e compreendida de maneira flexível, levando em consideração as suas variações em função dos diferentes tipos de estruturação familiar, abordando seu impacto no desenvolvimento da criança (Scaglia, 2012).

Para a Psicanálise, as funções parentais não se referem diretamente à pessoa, mas a operacionalização e efetividade de lugares simbólicos que o sujeito pode ocupar diante do sujeito infantil (Vieira, 2011). Neste capítulo abordaremos a paternidade a partir do referencial psicanalítico, priorizando os autores: Sigmund Freud, Jacques Lacan e Donald Winnicott. A escolha destes modelos teóricos se fez na intenção de abranger as referências mais recorrentes, encontradas nos artigos, teses e dissertações pesquisados.

3.1. A paternidade em Freud

Ao tratar da figura do pai e sua respectiva função, a Psicanálise, a partir de uma perspectiva freudiana, esteve sempre ligada ao Complexo de Édipo e, conseqüentemente, à triangulação edipiana filho- pai- mãe.

A figura do pai, colocada entre o filho e a mãe, não se faz por coincidência. É o pai, dentro da Psicanálise, a figura mediadora entre o desejo (inconsciente) do filho pela mãe. Assumindo um papel de “interditador”, se assim podemos dizer, da relação mãe-filho, o pai tem a função de impedir que a relação incestuosa do filho com a figura materna, aconteça. Esta afirmação pode ser confirmada por Castro (2010, p. 28), ao explicar que “o pai é que faz a mediação entre o desejo da mãe e do filho, da

continuidade à proibição do incesto, exercendo o papel do terceiro, que interdita a relação”.

Antes de adentrarmos mais precisamente ao Complexo de Édipo, cabe lembrar que Freud (1913/1996), em *Totem e Tabu*, percorre um longo caminho através da cultura Totêmica, para tornar possível relacionarmos a figura de um Totem à representação da figura do pai, e posteriormente, à sua função na triangulação edípica. Para tal, é necessário retomarmos estas idéias de Freud e esta longa caminhada pela cultura totêmica, para que a compreensão da relação entre o totemismo e a figura e função paterna, seja completa.

3.1.1 Freud: do Totem ao Pai

Freud (1913/1996), logo no início de *Totem e Tabu* chama a atenção para a importância em se considerar significativa a vida mental de povos primitivos, uma vez que ela apresenta traços semelhantes encontrados em um estágio primitivo de nosso próprio desenvolvimento. Neste momento, Freud está se referindo a aborígenes australianos que viveram através do sistema do *Totemismo*, e é a partir deste sistema, que o autor começa a traçar a sua teoria a respeito do totem como um representante do pai.

Um totem, explica Freud (1913/1996), é representado pela figura de um animal (na maioria das vezes), e raramente por um vegetal ou fenômenos naturais. Este totem, qualquer que seja a representação que assuma, tem relação com todos os aborígenes pertencentes ao clã.

Tomando como base que um totem seja a representação de um animal, todo o clã deverá se relacionar com ele através de atitudes de respeito e admiração, não

podendo ferir, matar ou comê-lo, representando o totem, desta maneira, uma figura sagrada. Qualquer um que infringir esta lei será punido com a morte.

O totem é quem determina o clã. Se um totem for, por exemplo, a raposa, os aborígenes que farão parte do clã raposa terão como totem a raposa, e não o leão (que será responsável por formar o clã leão).

Todos aqueles pertencentes ao mesmo clã/totem são considerados irmãos e, portanto, devem sempre proteger uns aos outros e se respeitar. Os laços entre aqueles pertencentes a um mesmo clã constituem-se principalmente, de laços mais sociais do que sanguíneos. O totem é mais importante que qualquer outra coisa, além de representar o ancestral daqueles que pertencem à seu clã, e dos integrantes deste clã se identificarem com ele.

Como todo Sistema apresenta suas regras, o Totemismo não poderia ser diferente. Freud (1913/1996) deixa claro que além de o totem não poder ser ferido, morto ou comido por qualquer integrante do clã, qualquer relação sexual com membros de um mesmo clã era proibida. A transgressão de qualquer uma destas proibições ocasionaria punição com a morte.

É exatamente nesta proibição da relação sexual com membros pertencentes a um mesmo clã que Freud (1913/1996) deposita sua atenção e denomina “Horror ao incesto” o comportamento sexual que membros de um mesmo clã adquirem uns para com os outros. É a partir de então que o autor começa a indagar a respeito do surgimento desta proibição ao incesto entre os membros do clã, criando posteriormente, uma hipótese que poderá vir a esclarecer suas dúvidas.

Ao tratar do horror ao incesto e, portanto, da proibição de relações sexuais com membros de um mesmo clã, Freud (1913/1996) remete este fato a uma característica infantil, explicando que a primeira escolha de objeto que uma criança faz sempre é

incestuosa e que estes objetos de escolha sempre lhe serão proibidos (e mais para frente, substituídos por outros).

Com relação ao que foi dito, Freud (1913/1996) sugere que talvez:

Estes desejos incestuosos, que estão destinados mais tarde a se tornarem inconscientes, sejam ainda encarados pelos povos selvagens como perigos imediatos, contra os quais as mais severas medidas de defesa devem ser aplicadas. (p. 35).

Dando continuidade ao pensamento, o autor retoma o conceito de Tabu, atribuindo entre outros significados, principalmente o de este ser expresso através de proibições e restrições. Freud (1913/1996) difere-o das proibições religiosas e morais, por estas restrições (tabus) não apresentarem fundamento e origem. Sendo assim, se tratando dos aborígenes pertencentes ao sistema do Totemismo, a proibição de não matar o totem e de não manter relação sexual com membros do mesmo clã seriam considerados os tabus destes aborígenes, uma vez que não se sabe de onde estas restrições se originaram.

Através de um exemplo de fobia de contato, Freud (1913/1996) após explicar que algumas pessoas simplesmente criam para si tabus (proibições) individuais (no caso da neurose obsessiva) e as obedecem de modo semelhante aos aborígenes pertencentes ao Totemismo, segue elucidando o caráter da ambivalência ligada ao tabu.

Segundo o autor, aquilo que foi proibido, provavelmente foi algo que um dia, desejou-se realizar. Deste modo, a ambivalência do tabu (ou da proibição, como ficar mais claro), estaria em se querer realizar algo que lhe é proibido, e que foi proibido justamente por se querer realizar. Entretanto, o desejo de violar o tabu permanece no inconsciente.

Uma coisa certamente decorreria da persistência do tabu, a saber, que o desejo original de fazer a coisa proibida deve persistir ainda entre as tribos em causa. Elas devem, portanto, ter uma atitude ambivalente para com os seus tabus. Em seu inconsciente não existe nada que mais gostassem de fazer do que

violá-los, mas temem fazê-lo; temem precisamente porque gostariam, e o medo é mais forte que o desejo (Freud, 1913/1996, p. 48-49).

Ora, se as duas regras básicas do Totemismo são as proibições: não matar o totem e não cometer relações incestuosas; logo, por serem estas duas regras, proibições, e por não se saber a origem e o porquê destas regras, estas duas leis que regem este sistema compõe os tabus do Totemismo e, portanto, são os desejos os quais os integrantes de um clã mais ansiariam realizar.

Concluído isto, Freud (1913/1996) ainda não satisfeito com as variadas hipóteses criadas por alguns pensadores com a intenção de explicar o surgimento da proibição ao incesto, retorna ao conceito de totem para posteriormente, formular sua própria teoria (histórica) através da hipótese de Charles Darwin sobre o estado social dos homens primitivos.

A hipótese de Darwin (Horda Primeva), conforme pontua Freud (1913/1996) consistiria no fato de que antigamente os homens primitivos viveriam em pequenas comunidades (hordas), dentro das quais o ciúme do macho mais velho (e mais forte) para com suas parceiras impediria que a promiscuidade sexual acontecesse.

Outra possibilidade era a de que estes homens primitivos poderiam viver sozinhos, já que vivendo em grupo, um macho-alfa sempre se destacaria, fazendo com que os demais machos que se seguissem (os mais novos) disputassem território com ele. “Quando o macho novo cresce, há uma disputa pelo domínio, e o mais forte, matando ou expulsando os outros, estabelece-se como chefe da comunidade” (Savage, 1845-7, p. 432, citado por Freud, 1913/1996).

Uma vez que os machos mais novos fossem expulsos, e depois de um tempo encontrassem um lugar para ficar e uma companheira, também proibiriam a endogamia dentro dos limites desta nova comunidade. Esta se tornaria uma lei consciente (a de não manter relação sexual com membros de uma mesma comunidade), que depois de o

Totemismo ser estabelecido, permaneceria sob a regra de não manter relação sexual com membros de um mesmo totem. A proibição continuaria existindo, mas agora adaptada a nova cultura do totemismo, através da qual todos os membros do clã se relacionariam com o totem.

Exposta a hipótese de Darwin, Freud (1913/1996) através da observação psicanalítica, nos atenta para a semelhança existente entre as relações das crianças e dos homens primitivos com os animais, para que mais adiante possa elucidar sua hipótese sobre a proibição ao incesto. “Desinibidas como são na admissão de suas necessidades corporais, sem dúvida sentem-se mais aparentadas com os animais do que com seus semelhantes mais velhos, que bem podem constituir um mistério para elas” (Freud, 1913/1996, p. 132).

Partindo desta relação das crianças com os animais, o autor nos chama a atenção para um caso de fobia de animal em crianças. Freud (1913/1996, p. 132) deixa claro que “a fobia está ligada a animais pelos quais a criança até então tinha mostrado um interesse particularmente vivo e nada tem a ver com aquele animal em particular”.

Mas então a quê estaria relacionada esta fobia de animal a qual Freud se refere? O autor nos conta que por mais que um exame analítico preciso das fobias de animais encontradas em crianças ainda não tivesse sido realizado, algumas fobias dirigidas a animais maiores “mostraram-se acessíveis à análise e revelaram assim seu segredo ao investigador” (Freud, 1913/1996, p. 133).

É neste segredo revelado ao investigador que gostaria de depositar toda a minha atenção. É a partir desta revelação que nos será possível compreender a relação de um totem com a figura do pai.

A análise de fobia de animal (animais maiores) encontrada em crianças revelou que o medo que estas crianças sentiam do animal, na verdade corresponderia ao medo

que estas sentiam de seus próprios pais. Este medo do pai havia se deslocado para o animal, fazendo com que a criança ao invés de sentir medo do pai, sentisse medo do animal.

Isto nos leva quase que imediatamente ao caso do Pequeno Hans, menino de cinco anos que desenvolveu um quadro de fobia em relação a cavalos e que se recusava a sair de casa com medo de que o cavalo o mordesse, caso este relatado por Freud (1909/1996) em “*Análise de uma fobia em um menino de cinco anos*”.

Segundo Freud (1909/1996) a mordida do cavalo seria um castigo ao Pequeno Hans por ter desejado que o cavalo caísse, ou em outras palavras, morresse. Ora, se o animal representa a figura do pai, o medo que o pequeno Hans sentia do cavalo, nada mais era do que o deslocamento do medo que sentia de seu pai castigá-lo por ter desejado a ele a morte (ainda que de forma inconsciente).

Segundo Freud (1909/1996),

Devemos reconhecer especialmente um resultado muito importante do exame ao qual o menino foi submetido por seu pai. Aprendemos qual foi a causa imediata que precipitou a irrupção da fobia. Ocorreu quando o menino viu cair um cavalo grande e pesado; e pelo menos uma das interpretações dessa impressão parece ser aquela à qual seu pai deu ênfase, ou seja, que Hans naquele momento percebeu um desejo de que seu pai caísse daquele mesmo modo... e morresse. (p. 53).

Depois de muito analisar, o próprio Hans verbalizou que enxergava o pai como um competidor da atenção de sua mãe, a quem lhe eram dirigidos “obscuros prenúncios de seus desejos sexuais nascentes” (Freud, 1913/1996, p. 134). A relação com o Complexo de Édipo começa a aparecer.

Perguntei a Hans, à guisa de brincadeira, se os cavalos que ele via usavam óculos, ao que ele, contra toda evidência em contrário, repetiu que não. Finalmente lhe perguntei se para ele o ‘preto em torno da boca’ significava um bigode; revelei-lhe então que ele tinha medo de seu pai, exatamente porque gostava muito de sua mãe (Freud, 1909/1996, p. 45).

O caso do pequeno Hans demonstra, além da triangulação edípica, relação com o totemismo, uma vez que a criança desloca para um animal, sentimentos relacionados ao seu próprio pai. Desta forma, se o animal representa a figura do pai, e um totem representa um tipo de animal o qual os integrantes do clã se relacionam e se identificam, encontramos a relação existente entre um totem e a figura paterna de que me referia no início deste capítulo. Percorreremos mais adiante sobre isso.

3.1.2 O Complexo de Édipo e sua relação com o Totemismo e a Fobia de Animais

Cabe, neste momento, retomar alguns dos aspectos importantes do Totemismo que discorri até aqui, para que então possamos dar continuidade ao raciocínio.

Seguindo os passos de Freud (1913/1996) expliquei o significado de totem. Vimos que na maioria das vezes, estes são representados por animais. Posterior a isto, expliquei que a relação com o totem é mais importante que a relação entre os integrantes de um clã, e que estes se identificam com o totem. Seguidamente, chamei a atenção para as duas leis básicas do totemismo e pontuei que a origem quanto à proibição ao incesto foi o que mais interessou a Freud. Esclareci o significado de tabu e também a ambivalência encontrada nestas proibições “sem origens”.

Retomado estes tópicos, torna-se possível a relação entre a fobia de animal em crianças, e o totemismo. Para tal, antes disso, é necessário definir os aspectos centrais do Complexo de Édipo.

Freud (1924/1996, p. 193), em “*A dissolução do Complexo de Édipo*” define a importância deste Complexo como sendo “fenômeno central do período sexual da primeira infância”. Tomando como exemplo o menino, Freud (1921/1996) em “*Psicologia de Grupo e Análise do Ego*” explica que seu primeiro objeto de amor é a mãe e que conforme ele vai avançando em sua vida mental, impulsos sexuais passam a

serem dirigidos a ela. Ao perceber que a atenção de sua mãe é dividida com a figura do pai, o menino busca então substituí-lo; busca tomar o lugar que o pai ocupa no relacionamento com sua mãe.

Para que essa substituição aconteça, e aqui quero ressaltar que todo este processo ocorre de forma inconsciente, o menino demonstrará um interesse especial pelo pai e tentará ser como ele. O pai será o seu ideal e a criança o copiará em tudo. “O pai é o que gostaria de *ser* e a mãe o que ele gostaria de *ter*” (Freud, 1921/1996, p. 116).

O menino então percebe que o pai o impede de chegar até sua mãe e, desta forma, passa a sentir raiva e ódio desta figura paterna, ao ponto de querê-la longe; morta, para que então seja possível ter acesso livre à mãe. Este sentimento de ódio e raiva aparece quando o pai, enquanto figura “interditora” e castradora, impede o filho de realizar o desejo de possuir sua mãe, através da proibição do incesto.

Vale ressaltar que o Complexo de Édipo, no menino, é perpassado por sentimentos de ambivalência em relação a seu pai. Ao mesmo tempo em que o quer morto e o odeia, também o ama e o quer perto.

O fim da tríade edípica no menino acontece através do Complexo de Castração, que leva a formação de uma estrutura denominada Superego, decorrente da identificação do menino com o pai. Esta estrutura retém o caráter do pai e funciona como uma instância moral, sendo atribuídas a ela questões como autoridade religiosa, valores morais, educação escolar, noção de certo e errado, entre outras, conforme explicado por Freud (1923/1996), em “*A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*”.

Freud (1924/1996) explica que a ameaça a uma possível castração será a responsável por colocar fim ao Complexo de Édipo. Segundo o autor, no momento em que o interesse do menino passa a estar voltado para seu órgão genital e ele começa a

manipulá-lo, também descobre que os adultos não aprovam tal comportamento. Os adultos, ainda que “mais ou menos diretamente, mais ou menos brutalmente, pronunciam uma ameaça de que essa parte dele, que tão altamente valoriza, lhe será tirada” caso continue com tal comportamento (p. 194).

No momento em que o menino se depara com a diferença anatômica dos sexos e percebe que o sexo feminino não apresenta a posse de um pênis, a perda de seu próprio órgão genital torna-se imaginável, fazendo com que a ameaça de castração ganhe o seu efeito (Freud, 1924/1996).

Freud (1924/1996) esclarece que o Complexo de Édipo proporciona ao menino e a menina, duas possibilidades de satisfação: a ativa e a passiva:

Poderia colocar-se no lugar de seu pai, à maneira masculina, e ter relações com a mãe, como tinha o pai, caso em que cedo teria sentido o último como um estorvo, ou poderia querer assumir o lugar da mãe e ser amada pelo pai, caso em que a mãe se tornaria supérflua. (p. 196).

Até então, não havia dúvidas quanto ao fato de as mulheres possuírem pênis, explica o autor. No entanto, com a aceitação da possibilidade da castração e da constatação de que as mulheres eram castradas, as possibilidades de obtenção de satisfação do Complexo de Édipo não se mostram mais viáveis, já que ambas trazem como consequência, a perda do falo: “a masculina como uma punição resultante e a feminina como pré-condição” (p. 196). Uma vez que a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo custará à criança a perda do pênis, ela começa a caminhar para o fim da etapa edípica.

Ressaltando as semelhanças Edípicas encontradas no Totemismo e na fobia de animal encontrada no pequeno Hans, nesta, o ódio, o medo (da castração) e a ambivalência de sentimentos em relação ao pai, são as primeiras características do Complexo de Édipo a aparecerem. Tal fato é comprovado em Freud (1913/1996), ao explicar que

O ódio pelo pai que surge num menino por causa da rivalidade em relação à mãe não é capaz de adquirir uma soberania absoluta sobre a mente da criança; tem de lutar contra a afeição e admiração de longa data pela mesma pessoa. A criança se alivia do conflito que surge dessa atitude emocional de duplo aspecto, ambivalente, para com o pai deslocando seus sentimentos hostis e temerosos para um substituto dele. (p.134).

Se pensarmos que o medo que a criança sente do animal representa o medo que a criança sente do pai, podemos relacionar este medo, ao medo da castração encontrada no Complexo de Édipo e fundamental para que este se encerre de maneira saudável.

No Totemismo, a identificação com o totem representa a identificação que o menino tem com seu pai, depois de perpassada a ambivalência de sentimentos para com este.

Relacionando a fobia de animal em crianças com o totemismo, encontramos finalmente aspectos semelhantes entre si. Freud (1913/1996) evidencia a identificação do menino com seu animal totêmico, e conseqüentemente, sua relação ambivalente para com o animal, como os principais pontos de concordância entre os dois. Essas pontuações, afirma Freud (1913/1996, p. 136), “justificam a substituição desse animal na fórmula do totemismo (no caso de indivíduos do sexo masculino)”.

Após discorrer sobre o Complexo de Édipo e ressaltar, na fobia de animal em crianças e no totemismo, características edípicas, podemos então concluir juntamente com Freud (1913/1996, p. 137), que “o sistema totêmico – como a fobia de animal do pequeno Hans [...] – é um produto das condições em jogo no complexo de Édipo”.

3.1.2.1 O complexo de Édipo: do Totemismo à função do Pai

É através de um ritual de sacrifício totêmico que Freud (1913/1996) consegue finalmente traçar uma teoria que explique a origem da proibição ao incesto, e sua relação com a figura do pai e o Totemismo.

No espetáculo de refeição totêmica, os integrantes do clã encontram-se todos vestidos à semelhança do totem, imitando-o em movimentos e sons, de forma que se identificassem com ele. Cada participante do ritual totêmico (que obrigatoriamente devem ser todos os membros do clã) tem plena consciência de que o ato que realizam é proibido (a morte e a refeição do totem), sendo justificado apenas pela participação de todos do clã. Quando o ritual termina, explica Freud (1913/1996), todos os participantes lamentam e pranteiam o animal que morto. O luto é obrigatório e sua principal função é abster-se da responsabilidade pelo assassinato do totem.

Por outro lado, continua Freud (1913/1996), o luto é seguido de festa, e todos estão liberados a qualquer tipo de gratificação (ao ingerirem o totem, os integrantes do clã adquirem sua santidade). Encontramos aqui novamente o sentimento de ambivalência que nos referimos anteriormente. O festival “é um excesso permitido, ou melhor, obrigatório, a ruptura solene de uma proibição. [...]. O excesso faz parte da essência do festival; o sentimento festivo é produzido pela liberdade de fazer o que via de regra é proibido” (Freud, 1913/1996, p. 144).

O autor, então, retoma a revelação da Psicanálise de que o totem representa na realidade, um substituto do pai e demonstra a atitude emocional ambivalente deste ritual, ressaltando sua contradição no fato de que a morte do animal, sendo uma proibição, é, no entanto, comemorada com festa, e depois que o animal é morto, ele é pranteado pelos integrantes do clã que o mataram.

A isto, Freud (1913/1996, p. 145) conclui que “a atitude emocional ambivalente, que até hoje caracteriza o complexo-pai em nossos filhos e com tanta frequência persiste na vida adulta, parece estender-se ao animal totêmico em sua capacidade de substituto ao pai”.

Finalmente, reunindo a interpretação psicanalítica do totem com o ritual de refeição totêmica e com a hipótese de Darwin (elucidada do subcapítulo anterior), Freud cria a sua própria hipótese de origem à proibição do incesto. É dela que trataremos aqui.

Na hipótese da Horda Primeva de Darwin, tínhamos um macho (pai) ciumento e forte, que mantinha para si todas as mulheres e não permitia que ninguém as tomasse dele. Conforme os machos cresciam, eram desafiados por este pai ciumento e violento, a um duelo, e então expulsos da horda em que viviam.

Para Freud (1913/1996), além de tudo isso, era necessária uma associação desta hipótese de Darwin, com o ritual da refeição totêmica. Agora, os irmãos que haviam sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram aquele pai tirano e puseram fim à horda patriarcal.

Nas palavras de Freud (1930/1996),

A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder dessa comunidade é então estabelecido como ‘direito’, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como ‘força bruta’. (p. 101).

Após matarem o pai, os irmãos são tomados por sentimentos de remorso e culpa por terem assassinado o pai. Ao mesmo tempo em que sentiram ódio, inveja e mataram o pai, o devoraram e se identificaram com ele, também o amavam e o admiravam. Estes irmãos, conforme continua Freud (1913/1996), experimentaram os mesmos sentimentos de ambivalência que se verificam no Complexo de Édipo.

Uma vez morto o pai, o sentimento de culpa e remorso sentido pelos irmãos faz com que o pai surja, agora, mais forte do que nunca, sendo transformado em uma figura sagrada. Buscando anular a responsabilidade por terem matado o pai, Castro (2010, p. 24) explica que estes irmãos “proíbem a morte do totem e instauram o pai como uma figura simbólica, que pode ser tomada como a raiz da organização social”. Devido à

falta de organização da comunidade em virtude da morte do pai, a instauração do tabu do incesto chega como forma reguladora das relações (Castro, 2010).

Conclui-se, assim, que através do sentimento de culpa, os irmãos criam as duas leis, ou os dois tabus do totemismo (não matar o totem e não cometer incesto), que por esta razão própria, corresponderiam “inevitavelmente aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo” (Freud, 1913/1996, p. 147).

Por tanto, é na origem do totemismo que passamos a compreender a questão da ambivalência no complexo de Édipo. O pai, além de protetor, carrega como principal função, a tarefa do interdito e proibição do incesto, que seguindo esta hipótese em Freud, se originaram no totemismo.

Inserindo o indivíduo na cultura através do desfecho edípico, a função do pai se faz essencial, na medida em que prepara o sujeito para conviver em sociedade. Nas palavras de Freud (1930/1996, p. 101), em “*O mal-estar na civilização*”, “a substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização”.

3.2 A função do Pai em Lacan

3.2.1 Uma breve introdução

“Não existe a questão do Édipo quando não existe o pai, e, inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do pai” (Lacan, 1958, p.171).

Lacan (1958, p. 180), assim como Freud, explica que o lugar que o pai ocupa na história da análise encontra-se ligado à questão do Édipo: “Que é o pai? Não digo na família, porque na família, ele é tudo o que quiser [...]. A questão toda é saber o que ele é no complexo de Édipo”. Assim sendo, ao abordarmos neste capítulo o pai e sua respectiva função, estaremos considerando a função que este vem ocupar dentro do Complexo de Édipo enquanto função simbólica, função-pai.

O pai só terá interesse para a constituição subjetiva na medida em que ele é uma função, e não uma pessoa. Desde que haja alguém que cumpra a função de terceiro, interditando a mãe à criança, frustrando-a e privando-a da reintegração de seu produto, o espaço para a constituição subjetiva bem como a interrogação sobre o desejo estarão preservados (Vieira, 2011, p. 142).

Conforme explica Dor (1991), para Lacan, não é preciso que haja a presença de um pai (real), para que se tenha “um pai” (Simbólico). Para o autor, o Complexo de Édipo pode ser muito bem constituído ainda que não se tenha a presença de um pai real, e isto só é possível porque a “função paterna conserva sua virtude simbólica inauguralmente estruturante na própria ausência de todo Pai real” (p. 18).

Será através da figura do falo, que o Pai real conseguirá assumir a sua representação de Pai simbólico. Nas palavras de Dor (1991, p. 19), “o papel simbólico do pai é sustentado, antes de mais nada, pela atribuição imaginária do objeto fálico”. Ou seja, basta que um terceiro, ao exercer uma função de mediador do desejo da mãe e do filho, “dê argumentos a esta função para que seja significada sua incidência legalizadora e estruturante” (Dor, 1991, p. 19).

Para isso será suficiente que ele saiba dar provas, num dado momento, de que é suscetível, precisamente, de atualizar a incidência fálica como o único agente regulador da economia do desejo e de sua circulação com referência à mãe e ao filho (Dor, 1991, p. 18).

Lacan (1958) considera que o pai, dentro do complexo de Édipo, é um pai simbólico; uma metáfora: a metáfora paterna. Uma metáfora, conforme explica o autor, situa-se no inconsciente e é um significante que surge no lugar de outro significante. Pensando o Complexo de Édipo conforme vimos no capítulo anterior, o pai, aqui, é um significante que vem substituir o primeiro significante introduzido na simbolização: o significante materno (Lacan, 1958).

Ao significante paterno, correspondente ao pai simbólico, Lacan denominou de Nome-do-Pai, sendo este significante, o portador da Lei da proibição do Incesto, já

tratada no capítulo anterior, e correspondente também ao que este autor (1958) designou de o *Outro no Outro*. Discorrerei mais sobre isto.

Lacan (1958) explica que:

Para que haja alguma coisa que faz com que a lei seja fundada no pai, é preciso haver o assassinato do pai. As duas coisas estão estreitamente ligadas – o pai como aquele que promulga a lei é o pai morto, isto é, o símbolo do pai. O pai morto é o Nome-do-Pai, que se constrói aí como conteúdo. (p. 152).

Estes esclarecimentos, ainda que breves, se fazem válidos com a intenção de melhorar a compreensão do subcapítulo que se seguirá. Será no decifrar do próprio Complexo de Édipo, através dos passos seguidos por Lacan (1958), que a função paterna se tornará elucidada.

3.2.2 O Complexo de Édipo e a Função Paterna

Faria (2001) explica que a teoria do Complexo de Édipo, tanto para Freud quanto para Lacan, apresenta a concepção de um sujeito marcado pelo universal da castração e que será a partir da castração, que a sexualidade infantil encontrará uma ordenação para a construção de sua identidade sexual.

Em relação às figuras parentais (pai e mãe) verificou-se que tanto o pai como a mãe se fazem necessários à constituição do sujeito enquanto funções simbólicas. A mãe, ainda que figura secundária (se assim podemos dizer) no Complexo de Édipo em termos de funções simbólicas, é de extrema importância na medida em que é ela quem introduz o pai à criança através de seu discurso. O pai, sem esta função materna, é incapaz de desempenhar sua Função sem que esteja inserido no discurso materno (Faria, 2001).

Ao discorrer sobre o Complexo de Édipo, Lacan (1958) chama a atenção para um período que antecede a entrada propriamente dita da criança no Complexo, denominando-o de pré-edípico. Neste momento, os primeiros contatos que criança estabelece com a realidade limitam-se à relação que ela tem com o Outro da

Maternagem. “Esta relação é chamada, apropriadamente, de relação fusional, na medida mesma em que nenhuma instância exterior é suscetível de poder mediatizar seus móveis do desejo” (Dor, 1991, p.46).

Neste período, explica Lacan (1958), a criança deseja o desejo da mãe; busca ser aquilo que satisfaz o desejo materno e, portanto, o pai, enquanto pai Real, ainda lhe é estranho no triângulo filho-pai-mãe. “A indistinção fusional entre filho e mãe resulta, pois, essencialmente do fato de que o filho se constitui como único objeto que pode satisfazer o desejo da mãe” (Dor, 1991, p. 46).

Mais para frente, a criança vai perceber que o que essa mãe realmente deseja, ainda que de forma imaginária, é um desejo de *Outra coisa*, que não satisfazer os desejos dela enquanto sujeito (Lacan, 1958). Este desejo de *Outra coisa* a que Lacan se refere, comporta, por trás desta mãe,

Toda a ordem simbólica de que ela depende, e a qual, como está sempre mais ou menos presente, permite um certo acesso ao objeto de seu desejo, o qual já é um objeto tão específico, tão marcado pela necessidade instaurada pelo sistema simbólico, que é absolutamente impensável de outra maneira quanto à sua prevalência. Este objeto chama-se falo. (p. 189).

É neste momento que o pai começa a aparecer de forma mais significativa para a criança, uma vez que ela começa a relacionar este pai ao objeto de desejo da mãe; ao *desejo do Outro*. O pai aparece para privar a mãe do objeto de seu desejo – o *Infans/falo* –, e cabe à criança aceitar ou não esta privação da qual a mãe se revela objeto, sendo este momento, o que Lacan (1958) denomina de ponto nodal do Complexo de Édipo. “O pai entra em função como privador da mãe, isto é, perfila-se por trás da relação da mãe com o objeto de seu desejo como aquele que castra” (Lacan, 1958, p. 191).

Quando a criança percebe que esse pai assume uma consistência significativa, diante do desejo da mãe, ela passa a questionar sua identificação imaginária com o objeto de desejo da mãe e entra em um momento de incerteza com relação ao seu desejo – e é essa incerteza que a faz confrontar-se com a castração da instância paterna (Castro, 2010).

Ao proibir a mãe enquanto objeto de desejo e se mostrando ter direitos sobre seu desejo, o pai, enquanto pai simbólico (agora atribuído falicamente) será visto desempenhando a função de frustração no sujeito, uma vez que ele se faz preferir em lugar da mãe (Lacan, 1958). O pai real, sendo agora portador de uma proibição, da Lei da proibição do Incesto, do falo, passa a operar enquanto um pai simbólico.

O que importa, explica Lacan (1958),

É a função na qual intervém, primeiro, o Nome-do-Pai, o único significante do pai, segundo, a fala articulada do pai, e terceiro, a lei, considerando que o pai está numa relação mais ou menos íntima com ela. O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como Nome-do-pai, estreitamente ligado à enunciação da lei. (p. 197).

Conforme esclarece Lacan, revelando-se o pai como aquele que tem o falo, o sujeito se prepara para sair do Complexo de Édipo na medida em que se identifica com este pai detentor do falo. “É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do eu, e que a partir daí, [...] o complexo de Édipo declina” (1958, p. 201).

Retomando a afirmação de Lacan (1958) sobre o pai enquanto metáfora paterna, como um significante que surge no lugar de outro significante, e agora com o Complexo de Édipo descrito, conclui-se que o pai se encontra na posição de metáfora na medida em que a mãe faz dele o responsável por confirmar, com sua presença, a existência do lugar da lei.

Estando a mãe submetida à Lei do Pai – à lei do Outro – entendemos aquilo que Lacan chamou de o *Outro no Outro* na medida em que o desejo de um, sempre se encontrará submetido à lei do Outro – ou seja, à Lei do Pai, à Lei da Proibição do Incesto, o Nome-do-pai.

O pai real, enquanto representante do pai simbólico, se faz importante ainda que no início do complexo de Édipo não seja reconhecido enquanto pai simbólico. O pai imaginário, como representante daquele que frustra, proíbe e priva, é o que dá condições para que o pai simbólico seja constituído enquanto portador do falo (Dor, 1991).

O pai simbólico, por sua vez, como detentor da Lei e do falo, representado pelo significante Nome-do-pai, e correspondente do pai morto, tem a sua importância na medida em que, sem a existência dele, as demais funções atribuídas ao nível real e imaginário não seriam possíveis.

Ao revelar ser o detentor do falo e, posteriormente, dar condições para que o sujeito venha a se identificar com ele, é que o menino vai se identificar com o pai enquanto aquele que possui o falo, e a menina o reconhecerá como aquele que o possui. A maneira como o pai intervém no Complexo de Édipo é de importância fundamental para a constituição psíquica do sujeito (Lacan, 1958).

Vocês precisam compreender a importância da falta desse significante especial do qual acabo de falar, o Nome-do-Pai, no que ele funda como tal o fato de existir a lei, ou seja, a articulação numa certa ordem do significante – complexo de Édipo, ou lei do Édipo, ou lei da proibição da mãe. Ele é o significante que significa que, no interior desse outro significante, o significante existe (Lacan, 1958, p. 153).

Portanto, é através da vivência do Complexo que a função paterna opera. Esta função, conforme sugere Castro (2010), caracteriza-se pela inserção do falo durante os diversos tempos do Complexo de Édipo, aparecendo, inicialmente, tendo a criança como sendo o falo de sua mãe, depois se identificando com o objeto de desejo desta mãe, o falo, o *Outro*, e então o pai. Caracteriza-se também enquanto metáfora paterna, significante Nome-do-Pai, função simbólica e representante da lei.

É apenas através do discurso da mãe, que fazendo do pai (da presença deste pai) o representante da lei, este poderá se constituir enquanto posição metafórica (Lacan, 1958). Conforme Folberg e Maggi (2002) explicam, trata-se menos da ausência ou

presença de um pai real, mas sim do lugar que o significante paterno virá a ocupar no discurso da mãe e do significado que esta transmitirá à criança.

3.2.3 O fracasso da função paterna e a psicose

Conforme nos explica Dor (1991), a metáfora paterna, Nome-do-Pai, desempenha sua função estruturante no desenvolvimento psíquico da criança apenas se este desenvolvimento se fizer em torno do recalque originário do significante materno. Se o recalque deste significante do desejo da mãe não acontece, o processo da metáfora do Nome-do-Pai fica comprometido.

Ao falar do fracasso da função paterna, da metáfora do Nome-do-Pai, Lacan (1958) apresenta o conceito de foraclusão para explicar a origem das psicoses. Dor (1991) esclarece que a foraclusão seria entendida por Lacan como uma anulação simbólica; como a anulação de um significante primordial: o significante Nome-do-Pai. Na foraclusão, este significante convocado a substituir o significante originário do desejo da mãe, seria anulado.

Quando o Nome-do-Pai é foracluído, a metáfora paterna fracassa na sua função. Impedindo que o recalque originário ocorra, a foraclusão do Nome-do-Pai impede que a castração simbólica aconteça (Dor, 1991). “É apenas quando o significante Nome-do-Pai está foracluído que o recalque originário é fracassado, neutralizando a emergência da metáfora paterna” (p. 106).

Para que a estrutura se mantenha, é necessário que um significante venha ocupar o lugar do significante do desejo da mãe. Se nenhum significante substituto deste significante materno vier ocupar seu lugar, a lógica simbólica se organizará de forma diferente, e a realidade psíquica do sujeito, também.

Não surgindo o processo metafórico, compromete-se o acesso ao simbólico à criança, de forma que todo o registro da economia do desejo lhe é barrado. Permanecendo numa relação arcaica com a mãe, a criança continua se constituindo como único objeto de desejo da mãe; como seu falo (Dor, 1991).

Relacionando a forclusão do Nome-do-Pai com as psicoses, Dor (1991) explica que a criança, estando assujeitada a uma relação arcaica com a mãe, é impedida de se referir ao pai simbólico, uma vez que, com a forclusão do Nome-do-Pai, o Pai real não emerge na qualidade e lugar de Pai Simbólico, e por tanto, a simbolização da Lei paterna que instaura a castração simbólica, não acontece.

A forclusão do Nome-do-Pai ocorre porque este significante foi foracluído (renegado) no discurso da mãe. Encontrando-se numa relação fusional com a criança, a mãe neutraliza toda possibilidade de inserção da função paterna. A forclusão da função paterna pelo discurso da mãe é explicada através da intenção que esta mãe tem em atualizar ela mesma, e não o pai, a Lei para seu filho (Dor, 1991).

Segundo Dor (1991), a criança se encontra, portanto, submetida à onipotência materna:

É porque a onipotência materna reina que a função paterna não tem lugar nenhum para existir. O desejo da mãe não sendo jamais referido ao pai, o da criança permanece circunscrito à mãe sob o modo imaginário e arcaico que conhecemos bem: ser o único objeto do desejo do outro, ou seja, ser o seu falo imaginário. (p. 111).

Uma falha na função paterna poderia ser responsável por iniciar um quadro de psicose, e esta se compreenderia numa relação patológica e fusional da mãe com seu filho, e na ausência da função paterna enquanto propagadora da Lei.

É o significante Nome-do-pai o significante que funda a existência da Lei, tanto para a mãe, quanto para o filho. A presença ou a ausência deste significante será de grande importância na determinação da estruturação subjetiva do sujeito.

3.3. A função do pai em Winnicott

Diferentemente do que foi visto até aqui, para Winnicott, os papéis que a figura paterna ocupa no âmbito familiar não se limita apenas ao Complexo de Édipo, mas sim às fases anteriores a este período, necessárias para que o processo geral de amadurecimento humano se dê por completo (Rosa, 2009).

Winnicott, apesar da tradição freudiana, nos convida a pensar sobre o fato de que muitas pessoas podem não alcançar o desenvolvimento emocional referente ao Complexo de Édipo, fazendo-nos reconsiderar o sentido de pai e das falhas ambientais no desenvolvimento inicial da criança, bem como a possibilidade de ela não alcançar um estágio de pessoa total (Ferreira & Aiello-Vasberg, 2006).

Isto se deve em função de a teoria Winnicottiana – a teoria do Amadurecimento Humano – partir da idéia de que o recém-nascido vem ao mundo com uma capacidade inata para se desenvolver e se integrar enquanto unidade, e que antes de alcançar o estágio de maturidade, o bebê deve passar por estágios anteriores a este, e anteriores ao Complexo de Édipo.

A chegada da criança ao Complexo de Édipo, seguindo a teoria Winnicottiana, só acontecerá depois que outros estágios iniciais ao desenvolvimento forem alcançados por ela. Para que o desenvolvimento aconteça e a maturidade seja alcançada de forma plena pela criança, Winnicott (1983) explica que o ambiente desempenhará um papel fundamental nas relações do bebê com o mundo.

Vivenciar a fase edípica implica num alto nível de amadurecimento que supõe que a criança tenha conseguido integrar e experimentar como próprias, as conquistas dos estágios anteriores, podendo alcançar a constituição de uma identidade unitária (Rosa, 2009).

Na teoria do Amadurecimento Pessoal, a função atribuída à figura paterna não se restringe apenas ao Complexo de Édipo, como Freud havia proposto. Para Winnicott, o pai não apresenta apenas um, mas vários papéis ao longo do amadurecimento pessoal do bebê, que variam de acordo com os estágios de desenvolvimento em que a criança se encontra. Nas palavras de Rosa (2009, p. 58), “antes de o pai surgir como um dos pólos do triângulo edípico, ele já está presente, de diferentes maneiras, na vida do bebê”.

Cláudia Dias Rosa (2009), em seu artigo intitulado “*O papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott*” aponta, na teoria Winnicottiana, os vários papéis que a figura paterna desempenha durante o desenvolvimento do bebê, na Dependência Absoluta; Dependência Relativa; Concernimento; e finalmente, durante o Complexo de Édipo. Veremos, seguindo os passos desta autora, os diferentes papéis paternos atribuídos a estes estágios de desenvolvimento do bebê.

Winnicott (1982) chama atenção para o fato de que a participação do pai na vida do bebê dependerá das atitudes da mãe em permitir ou não, que seu marido realize e participe de algumas atividades relacionadas ao cuidado da criança. “Tudo depende bastante daquilo que a mãe decidir” (p. 128).

O estágio de Dependência Absoluta, conforme proposto e explicado por Winnicott (1983), é o estágio em que mãe e bebê encontram-se formando uma unidade. Mãe e filho ainda se encontram indiferenciados um do outro, estando a mãe desta forma, identificada de tal modo com seu filho, que é capaz de conseguir atender todas as suas necessidades. O bebê depende totalmente da mãe e de seus cuidados.

Neste estágio inicial do desenvolvimento, Rosa (2009) explica que o pai desempenha duas principais funções, apesar de o bebê ainda não o reconhecer enquanto figura paterna. A primeira delas seria participar do cuidado do filho como uma mãe-substituta. “O pai não desempenha, diretamente, enquanto pai, nenhum papel com o

bebê; toda a sua relação com este só pode se dar em termos de ele atuar como mãe substituta” (p. 63).

Ao pai é atribuída a mesma condição de espelho conferida à mãe, inicialmente. Será esta condição que permitirá à criança reconhecer-se, sentir-se real e alcançar a maturidade emocional (Ferreira & Aiello-Vasberg, 2006). O lado materno do pai é o que fará dele, neste estágio de desenvolvimento do bebê, uma presença importantíssima à criança.

Quando se diz que um homem realiza bem o papel de mãe-substituta no início da vida do bebê, é possível pensar que ele também o faça a partir, entre outras coisas, de seu ‘elemento puro’ e da experiência presente em si de também ter sido cuidado por uma mãe quando bebê. (Rosa, 2009, p.65).

A outra função paterna atribuída ao estágio de Dependência Absoluta consiste em o pai ser o principal “cuidador” da relação mãe-bebê. Por ser neste estágio que a Preocupação Materna Primária se faz presente, e por esta consistir no fato de a mãe estar identificada com seu bebê e se preocupar exclusivamente com as necessidades que ele manifesta, o papel do pai seria justamente sustentar e proteger a mãe das interferências do mundo externo, para que ela possa se entregar totalmente e tranquilamente à preocupação materna primária (Rosa, 2009).

Neste ponto, explica Winnicott (1982), o pai pode ajudar proporcionando um espaço para a criança e a mãe circularem à vontade. Estando uma vez protegida por seu marido, a mãe pode se desvencilhar de ocupações externas que acontecem ao seu redor, podendo se dedicar aos cuidados do bebê.

No estágio seguinte, o de Dependência Relativa, estas duas funções paternas do estágio anterior, permanecem. No estágio de Dependência Relativa, as mudanças e conquistas do bebê ainda ocorrem no interior da unidade mãe-bebê, mas agora são direcionadas à separação progressiva desta unidade e à construção da identidade pessoal

e unitária do bebê (Winnicott, 1983). Rosa (2009) chama a atenção para o fato de que esta desaptação pela qual a mãe deve passar acontece de acordo com a possibilidade que o bebê já apresenta em suportar as pequenas falhas maternas. O desmame seria um exemplo desta “falha”.

Por mais que neste estágio o pai continue não participando do interior da relação mãe-bebê, sua presença e disponibilidade terão importância fundamental para o amadurecimento do bebê. Rosa (2009) evidencia seis novos papéis a serem desempenhados pelo pai durante este estágio de amadurecimento do bebê.

Um dos papéis fundamentais do pai no estágio de Dependência Relativa é ajudar a mãe a sair do estado da Preocupação Materna Primária, lembrando-a de que além de mãe, ela também é esposa. Passado o período inicial em que a mãe se encontrava identificada com seu bebê,

É necessário que a mãe seja capaz de desadaptar-se de modo a permitir que a separação entre ela e o bebê tenha início e que o bebê caminhe na direção da independência. Desta forma, é de grande ajuda que o pai “lembre” à mãe que ela também é uma mulher, de modo a que ela tenha mais um ponto de apoio para recuperar aspectos de sua personalidade e de retomar, aos poucos, a amplitude do mundo que havia sido estreitado pela preocupação materna primária (Rosa, 2009, p. 69).

Neste estágio do desenvolvimento, o bebê começa a diferenciar através dos cuidados que a mãe exerce, aspectos tidos como paternos: atitudes de ordem, firmeza, dureza e inflexibilidade. O pai, que ainda não é reconhecido como uma figura total ou como um terceiro na relação mãe-bebê, desempenha o papel de ser uma duplicação da figura materna.

O pai aparece de duas maneiras. Primeiramente, ele é enxergado como uma duplicação da mãe, tornando-se muito mais real e presente para a criança neste papel de duplicação da figura materna do que até algumas décadas atrás. Este fato, por sua vez, acaba por interferir em outra característica do pai, através da qual ele acaba participando

da vida de seu filho sendo um lado da mãe que é severo, rígido, indestrutível, e que, em circunstâncias favoráveis, vai aos poucos se tornando aquele homem que pode ser temido, amado, odiado e respeitado (Winnicott, 1966).

Rosa (2009) explica que o bebê só terá maturidade suficiente para se relacionar de forma direta com o pai no estágio seguinte ao da Dependência Relativa (o estágio do Concernimento), e até que este estágio possa ser atingido, será através da mãe que o bebê terá as experiências originárias ao que, um dia, será reunido na pessoa do pai. Aos poucos, a criança “terá condições de discriminar essas diversas características da mãe e atribuirá à figura masculina do pai, a maioria dos aspectos da mãe que estão relacionados à firmeza, força, rigor etc” (p. 71).

Fica evidente, através de Rosa (2009, p. 72), que

Não é, portanto, o pai que decide sobre sua entrada na vida do filho, embora esteja disponível e desejoso de ser o “papai”, mas sim o bebê que, à medida que se separa da mãe, e do ambiente total, vai reunindo e, de certa maneira, criando a presença do pai em sua vida: o bebê amadurece e, a partir dos cuidados maternos, avançando na direção da independência, encontra o pai.

É válido apontar, antes de tratarmos do seguinte papel do pai neste estágio de desenvolvimento do bebê, que o pai não atua como interventor ou interditor da relação mãe-bebê. Ao contrário, como nos mostra Rosa (2009) e Ferreira e Aiello-Vasberg (2006), ele é o sustentador para que o amadurecimento natural desta relação venha a acontecer.

Dando continuidade às funções do pai no estágio de Dependência Relativa, Rosa (2009) e Ferreira e Aiello-Vasberg (2006) chamam atenção para o papel importantíssimo que o pai desempenha em ser a primeira noção que a criança tem da integração e totalidade pessoal que virá a atingir.

Segundo estas autoras, antes mesmo de surgir como um interventor, o pai surge, não como lei, mas como modelo de integração, antecipando o status unitário a que o

indivíduo irá alcançar, se tudo correr bem. Por fazer parte do ambiente da criança, o pai será o responsável por fornecer a ela a primeira configuração de pessoa total.

Outro papel fundamental do pai estaria relacionado ao “não” que a mãe passa a dirigir do ambiente externo, para seu filho. Este “não” dirigido agora ao filho é um dos primeiros sinais da presença paterna na vida da criança (Rosa, 2009). Explicarei melhor a seguir.

O pai também atua no sentido de fornecer ou não a sensação de proteção à mãe, de acordo com a qualidade da sua presença no ambiente. Sentir-se protegida dependerá do que o pai será capaz de fornecer a ela.

É natural a constatação de que todo o efetivo cuidado paterno – com relação à qualidade do ambiente em que a dupla mãe-bebê habita e com relação ao atendimento das necessidades especiais da mãe-, faz parte do colo materno que o bebê recebe (Rosa, 2009, p. 75).

Sendo assim, a qualidade do colo que a mãe proporcionará à criança, dependerá da qualidade do cuidado que o pai proporcionar à figura materna. Rosa (2009) fala de um colo materno composto, sendo o pai um componente importantíssimo deste. Constituindo pai e a mãe o ambiente para a criança, este, para ser suficientemente bom, dependerá da forma através da qual o pai desempenhará sua função em relação à mãe.

Quando desempenhados de forma correta, os papéis do pai contribuem para que o sentido de família seja implantado na vida criança. Rosa (2009) ressalta que a própria presença do pai no ambiente proporciona aos cuidados da mãe em relação ao bebê, sensação de segurança e bem-estar a esta figura materna, constituindo os alicerces do sentido de família. É o pai o responsável por criar um ambiente estável através do qual seu filho irá se desenvolver.

É apenas na segunda metade do estágio do Concernimento, como já dito anteriormente, que o pai aparecerá para a criança como uma terceira pessoa, encontrando-se diferenciado da mãe e dela própria (Rosa, 2009).

Uma hipótese para esta percepção do pai como um terceiro na relação mãe-filho estaria relacionada à razão de ser por volta deste período que a denominada fase fálica (Freud) ou exibicionista (Winnicott), - quando a criança descobre a diferença existente entre os sexos – se inicia. “É bastante provável que a diferença entre meninos e meninas, que começa a ser notada, leve a criança a discriminar entre a mãe e o pai” (Rosa, 2009, p. 77).

Ferreira e Aiello-Vasberg (2006) explicam que na teoria winnicottiana, se tudo correu bem até o presente momento, a criança terá condições de elaborar fantasias ao redor da união sexual dos pais e a partir delas, encontrará maneiras pessoais de viver e solucionar a triangulação edípica.

Por ser este o estágio em que a criança busca integrar a destrutividade contida na impulsividade instintual, o pai desempenhará aqui, a função de proteger a mãe contra estes impulsos da criança, de forma que esta possa viver de maneira espontânea estes impulsos, sem precisar inibi-los.

O pai cria para a criança a possibilidade de ela conhecer e aprender a controlar seus impulsos instintuais (Rosa, 2009). “O pai ainda não opera como interventor, no sentido que é próprio à etapa edípica. Ele intervém no uso impulsivo ou exagerado que a criança faz da mãe, e isso funciona como proteção” (p. 78).

No estágio do Concernimento, explica Rosa (2009), a criança iniciará uma série de experimentações que girarão em torno de conflitos entre lealdade e deslealdade, e serão estas experimentações que vão antecipar e prepará-la para a situação edípica. O pai e a mãe devem ter maturidade para permitir que a criança explore inteiramente seus sentimentos e ansiedades que pertencem a este período. “A agressividade da criança, vivida com relação às questões do concernimento, é pré-condição para a experiência agressiva relativa às fantasias de ameaça de castração no estágio edípico” (p. 78).

No estágio edípico, seguinte ao estágio do Concernimento, a conquista de uma identidade unitária e integração de aspectos agressivos e amorosos da instintualidade deverão estar previamente apoderadas pela criança.

Neste período, explica Rosa (2009, p. 79),

A criança estará pronta para viver, como pessoa inteira, os diversos aspectos envolvidos nas relações interpessoais, as quais despertam toda uma gama de sentimentos e mobilizam a vida instintual, recém-integrada. Se tudo correu bem desde o início, a criança já tem, com o pai, uma relação direta, e a qualidade dessa relação, em termos da presença e do apoio que o pai fornece, é de importância fundamental.

Rosa (2009) esclarece que, para Winnicott, o Complexo de Édipo é apenas mais uma entre as fases a serem atingidas durante o processo de amadurecimento humano, e que semelhantemente às etapas anteriores, precisa ser vivenciada pessoalmente para que possa ser integrada à vida do indivíduo.

Se por sua vez a criança ainda não amadureceu o suficiente para que seja possível se relacionar enquanto uma pessoa inteira, com pessoas inteiras, por mais que ela tenha atingido a idade para que o Complexo de Édipo se torne possível, não existirá, para Winnicott, a possibilidade de que a experiência deste Complexo seja vivida de forma efetiva por ela (Rosa, 2009).

Se no estágio do Concernimento a criança passou a notar a presença de um terceiro membro na família, que não a mãe, mas o pai, e passou a usufruir deste como um protetor da mãe contra seus próprios impulsos, agora, na etapa do Complexo de Édipo, a criança vai perceber que entre o pai e a mãe existe uma relação especial da qual ela não participa, sendo, portanto, ela, a terceira pessoa existente no âmbito familiar (Rosa, 2009).

Um dos primeiros papéis desempenhados pelo pai neste estágio edípico será o de interventor dos desejos sexuais da criança em relação à mãe. O relacionamento de

confiança que a criança vinha desenvolvendo com o pai vai possibilitar à criança direcionar a ele, sentimentos de rivalidade. É devido à confiança que a criança tem na relação parental que a “triangularidade edípica pode ser experienciada, pois, sem uma base de segurança nas relações, ela talvez não tenha condições de fazer uma experiência genuína de rivalidade” (Rosa, 2009, p. 82-83).

O pai interventor traz para a criança a ansiedade de castração, produzindo desta maneira, medo e ódio do pai. Por outro lado, como nos explica Rosa (2009), traz também o conforto, uma vez que se o pai não estivesse lá para intervir e proibir o ato incestuoso, a criança seria exposta à sua impotência. “A angústia da castração é, em Winnicott, também uma defesa contra a imaturidade da criança” (p. 85).

É importante ressaltar que antes de representar a lei e ser temido e respeitado pela criança, o pai precisa ser para ela, o homem real que desempenha as funções concretas de proteção, intervenção e sustentação das relações familiares, além de participar de forma efetiva, de suas atividades de lazer, explica a autora.

A importância do ambiente neste estágio do desenvolvimento da criança não passa despercebido. Segundo Rosa (2009, p.85), ele é um fator facilitador ou complicador das experiências as quais a criança deve vivenciar:

A forma como o pai lida com tudo é, de certa maneira, determinante para a natureza dessas vivências. O pai pode ser, por exemplo, protetor ou sedutor, pode ser violento ou frágil, ele pode ser imaturo, e isso faz toda a diferença para o significado pessoal que a criança vai dar às expectativas de rivalidade e de amor nesse período.

Por continuar sendo, mesmo exercendo o papel de interditor, o responsável por proteger e manter a vida cotidiana, ao pai, cabe também ajudar seu filho a diferenciar o que é real do que é fantasia. Por mais que seja importante que os pais participem junto com o filho das fantasias que ele vivencia, a criança também necessita aprender a discriminar realidade e fantasia (Rosa, 2009).

A capacidade de conseguir diferenciar, no dia-a-dia, fantasia e realidade, será uma peça-chave para a resolução do Complexo de Édipo, diferindo esta, da resolução proposta por Freud. Rosa (2009, p. 89-90) nos dá um exemplo de como isto acontece, tomando como padrão a situação edípica vivenciada pelo menino:

O filho deseja ocupar o lugar do pai junto à mãe. O pai, homem real, ao mesmo tempo em que aceita a rivalidade, não desautorizando nem desmerecendo a fantasia, faz a sua parte e realiza o ato objetivo de intervir na consecução dos desejos da criança, impedindo, por exemplo, que esta, sistematicamente, durma com a mãe. Mas, ao mesmo tempo em que intervém, podendo até zangar-se, ele continua cuidando da criança, como sempre o faz, a partir da real maturidade dela. Depois da intervenção, aceita o eventual convite para andar de bicicleta [...] retomando com o filho a vida comum.

Finalizando seu artigo, Claudia Dias Rosa (2009) evidencia duas últimas funções atribuídas à figura paterna no Complexo de Édipo. A primeira função: que o pai seja maduro o suficiente para agüentar, além de sentimentos de ódio, toda uma série de sentimentos e comportamentos homossexuais dirigidos a ele, pelo filho, que de certa forma, são comuns a esta fase de amadurecimento (uma vez que o filho introjeta a figura do pai).

E a segunda função, que a lei paterna venha desempenhar no complexo de Édipo um segundo momento, de caráter mais instrumentalizador e normativo das regras sociais, do que a “instauração da noção e do sentimento de responsabilidade, culpa e reparação com relação aos danos causados pela própria existência” (p. 91).

Torna claro, a partir deste subcapítulo, que a importância do pai, para Winnicott, não se limita à sua função interditora, adquirida no Complexo Edípico, conforme enunciado por Freud. Na teoria do amadurecimento humano, o pai se faz presente desempenhando diversas funções desde os estágios iniciais do desenvolvimento da criança, deixando claro que, não apenas a mãe, mas também o pai atua como responsável em fornecer para seu filho, um ambiente suficientemente bom.

4. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

4.1 Objetivos

4.1.1 Objetivo Geral

Investigar e sistematizar as produções psicanalíticas produzidas a respeito do conceito de Paternidade na sociedade brasileira durante as últimas três décadas.

4.1.2 Objetivos Específicos

1. Identificar a produção teórica psicanalítica a respeito da Paternidade na sociedade brasileira, encontrados em bases de dados eletrônicos.
2. Identificar autores brasileiros que se dedicaram a estudar a Paternidade utilizando-se do enfoque psicanalítico;
3. Compreender quais as concepções de Paternidade vigentes na família contemporânea de acordo com a concepção de autores brasileiros;
4. Reconhecer as principais influências teóricas entre as diferentes correntes psicanalíticas que prevalecem nos estudos sobre paternidade

4.2 Considerações sobre o método

O presente estudo visa uma investigação de caráter histórico relativa à produção de dissertações, teses e artigos psicanalíticos pertencentes às três últimas décadas, tendo como tema principal a paternidade no Brasil. Pode-se alegar que a referida investigação consiste em um estudo quantitativo e qualitativo de dissertações, teses e artigos concernentes à produção intelectual sobre a Paternidade no Brasil, considerando não apenas o que se tem produzido sobre o tema, como também a forma como este tema vem sendo trabalhado pelos pesquisadores.

Dedicando-se a um estudo histórico sobre este tema e elegendo como linha teórica a ser utilizada, a psicanálise, a presente pesquisa almeja uma contextualização

metodológica que permita inseri-la no campo da história da psicanálise, de forma que seja possível apontar as relações existentes com as demais pesquisas.

Sendo assim, o subcapítulo que se segue visa uma exposição cautelosa dos pressupostos metodológicos que fundamentam as pesquisas de historiografia da psicanálise para que em seguida seja possível situar o leitor quanto à escolha metodológica deste estudo.

4.2.1 Historiografia da Psicanálise: pressupostos metodológicos

Pode-se considerar que os estudos referentes a esta pesquisa estão inseridos no âmbito da “Historiografia da Psicologia”, ao considerarmos a definição de Woodward (1998) sobre historiografia:

O pensamento histórico não é muito diferente de qualquer outra forma de trabalho intelectual. Em princípio divide-se em duas partes ou fases: método histórico ou análise das fontes, e historiografia, ou análise e síntese. Em outras palavras a coleta de dados leva à apresentação dos resultados e conclusões. Na prática a palavra ‘historiografia’ passou a ser aplicada a ambas as partes, a análise e a síntese. (p. 62-63).

De forma mais específica, o presente estudo está circunscrito ao campo de investigação denominado historiografia da psicanálise, campo este que segundo Abrão (2004) apresenta algumas delimitações e variações ao longo dos anos.

Conforme explica Abrão (2004) em sua tese de Doutorado intitulada “A Tradição Kleiniana no Brasil: uma investigação histórica sobre a difusão do pensamento kleiniano”, o marco inaugural da historiografia da Psicanálise foi a Abordagem Descritiva, que se constituiu como a primeira tentativa de tracejar um campo de investigação sobre a história do movimento psicanalítico.

Segundo o autor, o que diferencia esta abordagem das outras é que a Abordagem Descritiva procura narrar uma série de fatos e acontecimentos relacionados à história da psicanálise que se encontram disseminados e desconhecidos do público. Em outras

palavras, é uma abordagem que “ênfatiza a periodização de acontecimentos, a descrição pormenorizada dos eventos e a nomeação de personagens que marcaram a evolução do movimento psicanalítico” (p. 20).

Um segundo enfoque metodológico presente na historiografia da psicanálise, apontado por Abrão (2004), é a Abordagem Contextual. Uma vez esgotada a descrição dos fatos relevantes para a história da psicanálise, os pesquisadores passam a voltar a atenção para uma análise mais refinada dos dados disponíveis, de maneira que a compreensão das passagens históricas é ampliada possibilitando novos ângulos de interpretações dos dados já existentes.

Na abordagem contextual, os fatos históricos ganham uma nova conotação, uma vez que sua utilidade não se restringe ao caráter informativo, prestando-se sobretudo a análises mais depuradas que permitem inserir o movimento psicanalítico e seus personagens nos contextos cultural e científico vigentes no período estudado. (Abrão, 2004, p.22).

Já o terceiro enfoque metodológico, conhecido como a Abordagem Interpretativa, faz uso do próprio método psicanalítico como instrumento para a fundamentação das análises históricas que realiza. Nas palavras de Abrão (2004):

A forma como os acontecimentos ocorreram, as ligações e os antagonismos estabelecidos entre diferentes protagonistas da história da psicanálise, as omissões e exasperações presentes nas formulações teóricas propaladas pelos psicanalistas, constituem-se em um terreno altamente fértil de investigação que, uma vez submetidos ao crivo do método psicanalítico, podem fornecer indícios importantes sobre a história da psicanálise. (p. 22).

Este autor chama a atenção para o fato de que aprender as motivações que dirigiram os grandes autores da psicanálise (Freud e Melanie Klein, por exemplo) em suas ações teóricas e políticas pode ser um instrumento importantíssimo na reconstrução histórica na psicanálise, mas que, no entanto, deve-se ser cauteloso ao empregar este recurso metodológico para que a pesquisa não caia em um reducionismo, “circunscrevendo a análise história unicamente em um desvelamento das motivações

inconscientes de seus protagonistas, o que implica em utilizá-lo, preferencialmente, como elemento coadjuvante associado a outro enfoque metodológico” (p. 23).

Por fim, o quarto e último enfoque metodológico pertencente à historiografia da psicanálise é denominado Abordagem Epistemológica, caracterizado por uma rigorosa análise de conceitos (Abrão, 2004). Este método busca estabelecer a história do desenvolvimento dos conceitos-chave da teoria psicanalítica, “destacando as condições em que foram gerados e a forma como foram sendo aprimorados, e mesmo transformados, durante a vida de Freud e após sua morte” (p. 23).

Esta abordagem possibilita ao pesquisador reconhecer os pontos de tangenciamento e os antagonismos entre as diferentes escolas de pensamento psicanalítico, surgidas a partir da matriz freudiana, uma vez que estabelece as linhas de continuidade e ruptura que os conceitos psicanalíticos sofreram ao longo do tempo.

Conforme proposto no início deste capítulo, foram destacadas as principais abordagens metodológicas pertencentes à historiografia da psicanálise. Entretanto, conforme ressalta de Abrão (2004), o emprego destas várias abordagens metodológicas não se manifesta sempre de forma isolada e linear como pode ter sido sugerido nesta introdução dos métodos. Adotaremos neste estudo o modelo contextual.

4.2.2 O método “Estado da Arte”

O presente trabalho, ao buscar identificar e sistematizar o que vem sendo produzido sobre a Paternidade em dissertações, teses e artigos de natureza psicanalítica publicados em periódicos nacionais, escolheu como metodologia de pesquisa o Estado da Arte, para que através desta, os objetivos iniciais do projeto sejam alcançados. Discorreremos, a seguir, sobre este modelo metodológico e sua aplicação no trabalho em questão.

Norma Ferreira (2002), professora do Departamento de Metodologia de Ensino e pesquisadora do grupo de pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação UNICAMP, explica que nos últimos quinze anos o número de pesquisas utilizando-se do método conhecido como “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, vêm crescendo significativamente.

Definidas como de caráter bibliográfico, estas pesquisas trazem em comum o desafio de mapear, delimitar e discutir uma determinada produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder quais aspectos e dimensões vêm sendo estudados, destacados e privilegiados em determinadas épocas e lugares, e de que maneira e em quais condições as dissertações de Mestrado, teses de Doutorado, publicações em periódicos, dentre outros, vêm sendo produzidas (Ferreira, 2002).

Por intermédio da metodologia “Estado da arte”, o pesquisador procura “mostrar através da literatura já publicada o que já sabe sobre o tema, quais as lacunas existentes e onde se encontram os principais entraves teóricos ou metodológicos” (Silva & Menezes, 2005, p. 37).

Segundo Ferreira (2002), o que parece motivar os pesquisadores a utilizarem este método em suas pesquisas é a sensação de um “não conhecimento” a respeito da totalidade dos estudos e pesquisas produzidas em determinada área de conhecimento, que vem apresentando crescimento quantitativo e qualitativo, principalmente em reflexões construídas em nível de pós-graduação:

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema. (p. 259).

Ao se utilizarem do método “Estado da Arte”, pesquisadores tomam como fontes de referência para realizar o levantamento de dados e suas respectivas análises, os catálogos de faculdades, institutos, universidades, associações nacionais e órgãos de fomento da pesquisa (Ferreira, 2002).

Quando se utiliza como fonte de pesquisa os catálogos com dados bibliográficos e resumos dos trabalhos produzidos na academia para uma organização da produção de determinada área do conhecimento, “parece que o pesquisador do ‘estado da arte’ tem dois momentos bastante distintos” (Ferreira, 2002, p. 265).

Um primeiro momento seria aquele em que o pesquisador entra em contato e interage com a produção acadêmica através da quantificação e identificação dos dados bibliográficos, com a intenção de “mapear essa produção em período de tempo delimitado em anos, locais, áreas de produção” (Ferreira, 2002, p. 265).

Neste momento, o pesquisador lidará com dados concretos e objetivos, localizados nas indicações bibliográficas que estão ligadas à pesquisa. É por isso, como aponta Ferreira (2002), que o pesquisador encontra-se em uma zona de conforto:

Neste esforço de ordenação da (sic) uma certa produção de conhecimento também é possível perceber que as pesquisas crescem e se espessam ao longo do tempo; ampliam-se em saltos ou em movimentos contínuos; multiplicam-se, mudando os sujeitos e as forças envolvidas; diversificam-se os locais de produção, entrecruzam-se e transformam-se; desaparecem em algum tempo ou lugar. (p. 265).

Num segundo momento, aponta Ferreira (2002), o pesquisador se questiona sobre a possibilidade de catalogar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando os trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. Aqui, “ele deve buscar responder, além das perguntas ‘quando’, ‘onde’ e ‘quem’ produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a ‘o quê’ e ‘o como’ dos trabalhos” (p. 265).

Não sendo mais um momento em que o pesquisador se encontra numa posição de conforto, ele agora terá de lidar com algumas dificuldades que surgirão pela frente. A organização do material que obteve pressupõe uma leitura não apenas das indicações bibliográficas e títulos dos trabalhos, mas especialmente dos resumos. E existirá sempre a sensação de que a leitura apenas dos resumos não lhe proporciona a idéia do que realmente trata a pesquisa (Ferreira, 2002).

Há também a impressão de que o pesquisador possa estar fazendo uma leitura descuidada dos resumos, implicando em uma classificação errônea do trabalho em determinado agrupamento, principalmente quando se trata de enquadrá-lo à metodologia, teoria ou tema. Tem-se também a sensação de que os resumos encontrados nos catálogos são mal feitos, cortados, sem autoria definida e de difícil acesso. Por último, ao verificar a existência de mais de um resumo para o mesmo trabalho e, além de tudo, diferentes entre si, institui-se o conflito a respeito de qual resumo responderá melhor às questões que o pesquisador se propõe investigar (Ferreira, 2002).

Devido a essas dificuldades, alguns pesquisadores do “estado da arte” acabam tomando posições diversas, tais como: alguns lidam com tranquilidade no mapeamento que se propõem a fazer da produção acadêmica a partir dos resumos publicados em catálogos das instituições, ignorando todas as limitações que o próprio objeto oferece; outros optam por uma única fonte de pesquisa de dados; por fim, existem ainda aqueles que, primeiro acessam as pesquisas através dos resumos e, em seguida, vão em busca dos trabalhos na íntegra (Ferreira, 2002).

4.2.3 Delimitação da pesquisa

É pensando e levando em consideração o que foi salientado acima pela autora Norma Ferreira (2002), que a presente pesquisa tem como referencial metodológico o “Estado da Arte”.

Buscando sistematizar os trabalhos já produzidos a respeito da Paternidade no Brasil, levando em consideração os objetivos específicos a serem atingidos, a metodologia do “Estado da Arte” é a que se enquadra e corresponde perfeitamente às intenções e expectativas do pesquisador.

Por ter como desafio mapear, delimitar e discutir o que se tem produzido sobre a questão da Paternidade no Brasil dentro de um contexto psicanalítico atual e de quais formas estudos psicanalíticos sobre este tema vêm sendo realizados, a presente pesquisa optou por escolher dissertações, teses e artigos brasileiros publicados nas seguintes bases de dados: Scielo, Lilacs e BVS Psi.

A escolha por dissertações, teses e artigos se fez na intenção de abranger o maior número de pesquisas possíveis sobre o tema proposto, de forma que através das teses e dissertações, e não apenas de artigos, foi possível verificar amplamente o que se tem produzido sobre paternidade dentro do contexto psicanalítico brasileiro.

Inicialmente foi feito um levantamento das dissertações, teses e artigos produzidos no Brasil sobre o tema Paternidade nas bases de dados já citadas a cima, considerando buscas por palavras-chave, tais quais: paternidade e psicanálise. Levando-se em consideração as limitações da leitura apenas dos resumos destacadas acima, nesta pesquisa foi feita a leitura integral dos documentos selecionados.

Posteriormente foi feita uma análise dos materiais encontrados e foram priorizados nos trabalhos, aspectos como: constituição da relação pai e filho dentro da família contemporânea brasileira; influência da emancipação feminina nas concepções a

respeito da Paternidade; identificação de autores brasileiros que se dedicaram a estudar a Paternidade utilizando-se do enfoque psicanalítico e as concepções de Paternidade vigentes na família contemporânea de acordo com a concepção de autores brasileiros.

Após o levantamento destas pesquisas, seguida da análise qualitativa das mesmas, o pesquisador tem condição de construir o trabalho de forma sistematizada, conforme proposto na metodologia “Estado da Arte”.

Uma vez realizado o levantamento quantitativo que nos serviu como mapa de orientação, iniciou-se uma análise qualitativa do material encontrado mediante a leitura, caracterização e análise das pesquisas encontradas.

5. PATERNIDADE: SOBRE AS PESQUISAS PSICANALÍTICAS DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Seguindo a metodologia de pesquisa proposta neste trabalho, após o levantamento dos estudos a serem avaliados, estes foram analisados de forma quantitativa, com a finalidade de se obter dados mais objetivos.

Posterior à análise quantitativa dos trabalhos, foi realizada com os mesmos uma análise qualitativa para a sistematização dos dados referentes às produções sobre Paternidade, escritas utilizando-se do referencial psicanalítico, conforme proposto na metodologia “Estado da Arte”.

Foi priorizado nas pesquisas encontradas, aspectos como: número de publicações por ano; local/região em que as pesquisas foram produzidas; metodologias e referenciais teóricos mais utilizados; o que se tem produzido sobre o tema; e a área de produção das mesmas. Abaixo, segue o **Quadro 1**, demonstrando a relação dos trabalhos encontrados sobre o tema desta pesquisa, levando em consideração as temáticas de cada publicação, seus respectivos autores e ano de publicação.

Quadro 1 – Relação dos trabalhos - artigos, teses e dissertações - psicanalíticos brasileiros produzidos sobre o tema Paternidade nas últimas três décadas

TRABALHOS	NATUREZA DOS TRABALHOS	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO
Considerações sobre a psicogênese da neurose e do caráter obsessivos	Artigo	Gley Costa e Gildo Katz	1985
Reflexões sobre o pai: um estudo sobre a construção da paternidade na história de vida e no desenvolvimento do sujeito	Dissertação de Mestrado	Lilian Adeodato Carvalho	1989
Autoridade e Alteridade	Artigo	Christian Ingo Leinz Dunker	1998
Tapas e Marcas	Artigo	Cyro Marcos da Silva	1999
O ato toxicofílico e a ordem cultural: apelo à função paterna ou gozo transgressivo, vocação intemporal do homem que não se dobra à organização fálica?	Artigo	Ana Maria Rebouças	2001
A criança e o complexo de Édipo: do universal ao particular da clínica	Tese de Doutorado	Michele Roman Faria	2001
Cervantes, D. Quixote e a modernidade	Artigo	José Otávio de Vasconcellos Naves	2001
Declínio da Função Paterna e dialética da	Artigo	Maria Nestrovsky Folberg e Noeli	

simbolização		Reck Maggi	2002
Função paterna, fratria e violência: sobre a constituição do <i>socius</i> na psicanálise freudiana	Artigo	Leônia Cavalcante Teixeira	2002
O desejo paterno e a potencialidade polimorfa	Artigo	Edna Linhares Garcia	2002
O nome próprio da filha	Artigo	Tânia Mara Marques Granato e Tânia Maria José Aiello-Vaisberg	2002
O lugar do pai: subjetividade, clínica e contemporaneidade – reflexões a partir de uma leitura freudiana	Dissertação de Mestrado	Maria Tereza Viscarri Montserrat	2003
O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea	Artigo	Aguinaldo José da Silva Gomes e Vera da Rocha Resende	2004
Latência e transmissão: uma abordagem psicanalítica da eficácia do ato educativo na infância – entendido como tarefa e dívida paterna – para a constituição do sujeito e para a maximização do êxito do trabalho da adolescência	Dissertação de Mestrado	Rodolpho Ruffino	2004
Genealogia do feminino e da paternidade em psicanálise	Artigo	Joel Birman	2006

Saúde mental e relações parentais: considerações sobre as funções materna e paterna	Artigo	Ana Cecília Romero-Rodriguez e Marília Martins Vizzotto	2006
Viver bem no mal: a ética psicanalítica da paternidade	Artigo	Verônica Martinelli e Ana Carolina Lo Bianco	2006
Outros horizontes para a paternidade brasileira no século XXI?	Artigo	Ana Liési Thurler	2006
Ato infracional e metáfora paterna	Artigo	Ângela Vorcaro, Cristina de Amorim Mazzini e Junia Penido Monteiro	2008
A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: reedição de histórias de abandono	Dissertação de Mestrado	Maria Luiza de Assis Moura Ghirardi	2008
Paternidade e mídia: representações sobre o pai na contemporaneidade	Artigo	Pascale Chechi e Betina Hillesheim	2008
Homoparentalidade: estudo psicanalítico sobre papéis e funções parentais em casais homossexuais com filhos	Dissertação de Mestrado	Ricardo de Souza Vieira	2011
Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear	Artigo	Juliane Callegaro Borsa e Maria Lúcia Tiellet Nunes	2011
Experiência paterna em diferentes configurações familiares e o desenvolvimento do self infantil	Dissertação de Mestrado	Andressa Pin Scaglia	2012

Fonte: BVS Psicologia, Scielo e LILACS.

Quanto ao número de dissertações, teses e artigos publicados por ano, o **Gráfico 1** abaixo demonstra que com relação ao período de publicação das pesquisas, estas se encontram entre o ano de 1985 e 2012. Com o total de oito publicações, 2002 e 2006 foram os períodos em que mais se publicou a respeito da Paternidade. Seguindo, com o total de seis publicações, 2001 e 2008 ocuparam o segundo lugar no que se refere aos anos de maior publicação sobre o tema. Os anos de 2004 e 2011 ficaram em terceiro lugar, com dois artigos publicados sobre a Paternidade, em cada ano. Em último lugar, com apenas uma publicação, estão os anos de 1985, 1989, 1998, 1999, 2003 e 2012.



Gráfico 1 – Indicação do número de pesquisas realizadas por ano.
Fonte: BVS Psicologia, Scielo e LILACS.

Em relação aos locais/regiões em que os artigos foram publicados, o **Quadro 2** abaixo demonstra que a maioria das publicações foi proveniente da Universidade de São Paulo. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), a Pontifícia Universidade Católica – Rio Grande do Sul, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro também marcaram presença, com duas publicações de cada Instituição. A Universidade de Brasília (UnB) e a Pontifícia Universidade Católica – SP, também se fizeram presentes, no entanto, em um número menor quando comparados às publicações pela

Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PUC – RS e UFRJ.

Quadro 2 – Origem institucional das Publicações

ORIGEM INSTITUCIONAL	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
Universidade de São Paulo	6
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
Pontifícia Universidade Católica - RS	2

Fonte: BVS – Psicologia, Scielo e LILACS

Com relação às áreas de produção dos artigos/autores dos artigos, o **Gráfico 2** demonstra abaixo que a maioria das pesquisas se encontra pertencente à área da Psicologia, sendo dois artigos provenientes da Sociologia e Enfermagem. A metodologia de pesquisa mais utilizada pelos pesquisadores dos artigos foi a de caráter bibliográfico.

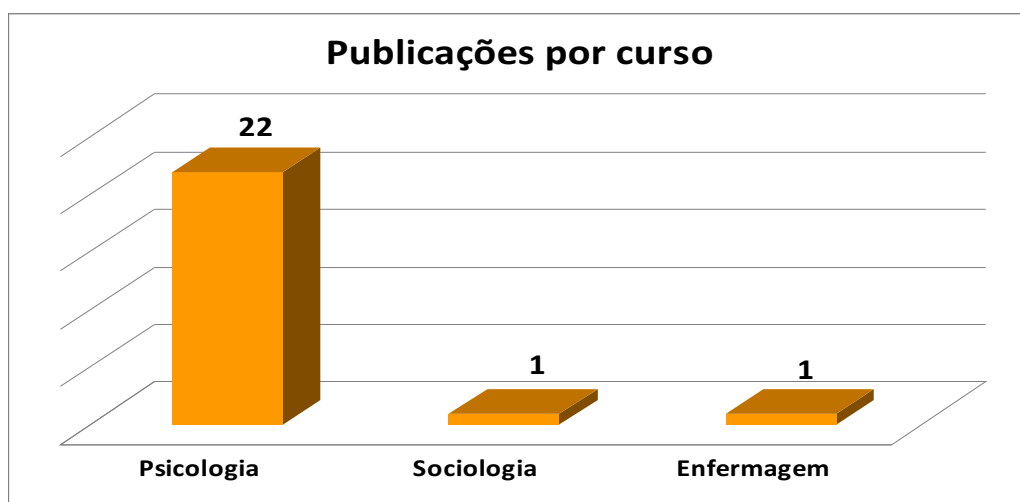


Gráfico 2 – Número de pesquisas produzidas por área do conhecimento.

Fonte: BVS Psicologia, Scielo e LILACS.

Quanto aos referenciais teóricos mais utilizados pelos autores das pesquisas encontradas, foi observada, conforme demonstrado através do **Quadro 3**, a prevalência

do pensamento psicanalítico, especialmente de Freud e Lacan, tendo também sido destacados, porém em menor número, as idéias de Melanie Klein e Winnicott. Vale ressaltar que por mais que a Psicanálise tenha sido dominante enquanto referencial teórico mais utilizado, as perspectivas sócio-histórica, filosófica, genealógica, e de estudos culturais também se fizeram presentes.

Quadro 3 - Autores mais citados nos artigos pesquisados

AUTORES MAIS CITADOS	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
Sigmund Freud	19
Jacques Lacan	14
Donald Winnicott	7
Melanie Klein	2

Fonte: BVS – Psicologia, Scielo e LILACS

Ao analisar os dezessete artigos, seis dissertações e uma tese, produzidos sobre o tema Paternidade na sociedade brasileira, sob a luz do referencial psicanalítico, foram encontradas categorias variadas relacionadas a este assunto, sendo estas, classificadas em quatro temáticas, levando em consideração a semelhança dos argumentos. Os temas classificatórios foram: 1) Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social; 2) Representações da paternidade na atualidade; 3) Função Paterna e a constituição da saúde mental; e 4) Outros; conforme demonstrado no **Gráfico 3** abaixo. Vale ressaltar que esta última temática engloba dois artigos cujos temas não correspondem às demais temáticas de análise apresentadas.

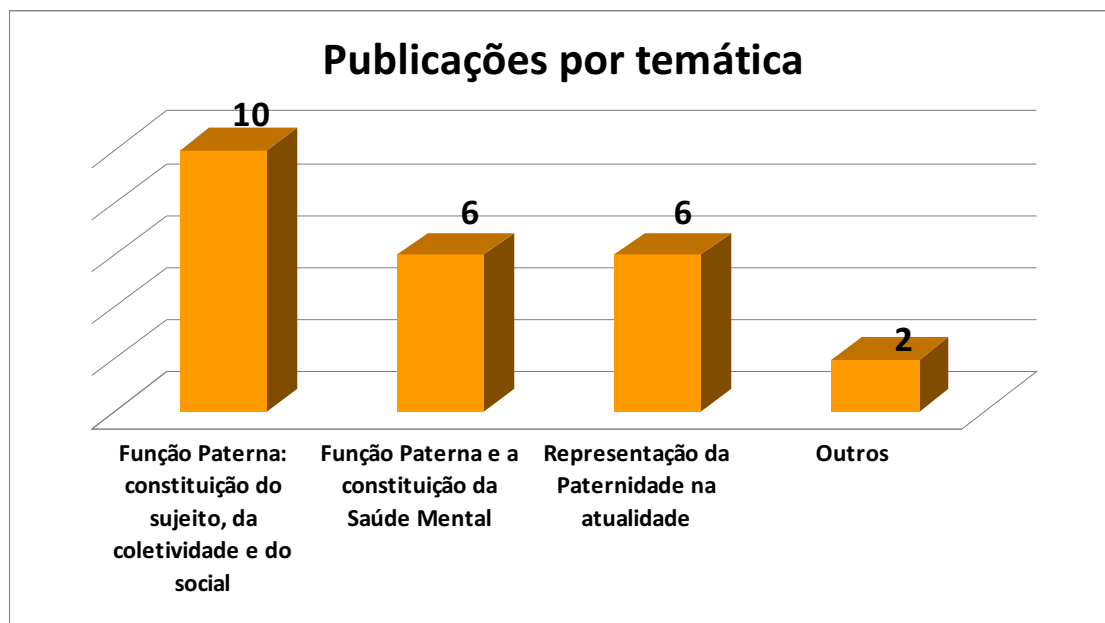


Gráfico 3 – Número de pesquisas produzidas de acordo com as temáticas.
Fonte: BVS Psicologia, Scielo e LILACS.

No capítulo que segue, apresentaremos de forma sistematizada, os artigos analisados e classificados de acordo com suas respectivas temáticas, priorizando na apresentação de cada artigo, o que vem sendo trabalhado sobre Paternidade a partir da Psicanálise.

6. PATERNIDADE: UM INTERCÂMBIO ENTRE A FUNÇÃO MATERNA E PATERNA

Conforme já abordado anteriormente, a Paternidade encontra-se hoje, em processo de transição. Em virtude das mais variadas transformações ocorridas no âmbito familiar, a figura do pai autoritário e ditador dá lugar à figura de um pai mais próximo e participativo tanto das atividades do lar, como das atividades relacionadas à criação dos filhos.

A Psicanálise considera a figura do pai importantíssima quanto ao desempenho da Função Paterna (no Complexo de Édipo), mas ao mesmo tempo, não desconsidera o papel fundamental que a figura materna apresenta na inclusão do pai em seu discurso, e os desfechos que uma falha nesta etapa de nomeação do pai pode acarretar tanto ao desempenho e exercício da Função Paterna, quanto ao psiquismo do sujeito. Partindo de tais considerações, as categorias/temáticas de análise retratam a importância do pai e sua Função Paterna através dos mais variados assuntos, conforme demonstrado no **Quadro 4** abaixo.

Quadro 4 – Trabalhos publicados e temáticas respectivas.

TEMÁTICAS	TRABALHOS	AUTORES
Função Paterna e a constituição da saúde mental	Considerações sobre a psicogênese da neurose e do caráter obsessivos	Gley Costa e Gildo Katz
Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social	Reflexões sobre o pai: um estudo sobre a construção da paternidade na história de vida e no desenvolvimento do sujeito	Lilian Adeodato Carvalho
Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social	Autoridade e Alteridade	Christian Ingo Leinz Dunker
Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social	Tapas e Marcas	Cyro Marcos da Silva
Função Paterna e a constituição da saúde mental	O ato toxicofílico e a ordem cultural: apelo à função paterna ou gozo transgressivo, vocação intemporal do homem que não se dobra à organização fálica?	Ana Maria Rebouças
Função Paterna e a constituição da saúde mental	A criança e o complexo de Édipo: do universal ao particular da clínica	Michele Roman Faria
Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social	Cervantes, D. Quixote e a modernidade	José Otávio de Vasconcellos Naves
Função Paterna e a constituição da saúde mental	Declínio da Função Paterna e dialética da simbolização	Maria Nestrovsky Folberg e Noeli Reck Maggi
Função Paterna: constituição do sujeito, da		

coletividade e do social	Função paterna, fratria e violência: sobre a constituição do <i>socius</i> na psicanálise freudiana	Leônia Cavalcante Teixeira
Função Paterna e a constituição da saúde mental	O desejo paterno e a potencialidade polimorfa	Edna Linhares Garcia
Paternidade e Preocupação Materna Primária	O nome próprio da filha	Tânia Mara Marques Granato e Tânia Maria José Aiello-Vaisberg
Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social	O lugar do pai: subjetividade, clínica e contemporaneidade – reflexões a partir de uma leitura freudiana	Maria Tereza Viscarri Montserrat
Representações da paternidade na atualidade	O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea	Aguinaldo José da Silva Gomes e Vera da Rocha Resende
Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social	Latência e transmissão: uma abordagem psicanalítica da eficácia do ato educativo na infância – entendido como tarefa e dívida paterna – para a constituição do sujeito e para a maximização do êxito do trabalho da adolescência	Rodolpho Ruffino
Paternidade e Genealogia do Feminino	Genealogia do feminino e da paternidade em psicanálise	Joel Birman
Função Paterna e a constituição da saúde mental	Saúde mental e relações parentais: considerações sobre as funções materna e paterna	Ana Cecília Romero-Rodriguez e Marília Martins Vizzotto
Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social	Viver bem no mal: a ética psicanalítica da paternidade	Verônica Martinelli e Ana Carolina Lo Bianco

Representações da paternidade na atualidade	Outros horizontes para a paternidade brasileira no século XXI?	Ana Liési Thurler
Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social	Ato infracional e metáfora paterna	Ângela Vorcaro, Cristina de Amorim Mazzini e Junia Penido Monteiro
Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social	A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: reedição de histórias de abandono	Maria Luiza de Assis Moura Ghirardi
Representações da paternidade na atualidade	Paternidade e mídia: representações sobre o pai na contemporaneidade	Pascale Chechi e Betina Hillesheim
Representações da paternidade na atualidade	Homoparentalidade: estudo psicanalítico sobre papéis e funções parentais em casais homossexuais com filhos	Ricardo de Souza Vieira
Representações da paternidade na atualidade	Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear	Juliane Callegaro Borsa e Maria Lúcia Tiellet Nunes
Representações da paternidade na atualidade	Experiência paterna em diferentes configurações familiares e o desenvolvimento do self infantil	Andressa Pin Scaglia

Fonte: BVS – Psicologia, Scielo e LILACS

6.1. Função Paterna: constituição do sujeito, da coletividade e do social

Foram encontrados sete artigos, duas dissertações e uma tese, tornando esta temática a mais trabalhada pelos pesquisadores. Com os objetivos mais variados possíveis, o que estes trabalhos trazem em comum é a relação existente entre a função paterna e: a transmissão da cultura, a constituição do sujeito, a constituição dos laços sociais e coletividade, e a configuração do sujeito moderno.

O tabu do incesto e o mito do Complexo de Édipo foram mencionados e relacionados à constituição do sujeito, da coletividade, e à transmissão da cultura na sociedade através de vários autores das pesquisas referentes a esta temática (Dunker, 1998; Martinelli e Lo Bianco, 2006; Montserrat (2003); Ruffino, 2004; Teixeira, 2002).

Montserrat (2003), buscando fazer uma leitura dos aspectos psicodinâmicos sobre o lugar do pai nas manifestações sintomáticas observadas através da clínica infantil, evidencia em sua dissertação de mestrado, o importante papel que o pai desempenha na constituição da subjetividade e psiquismo do sujeito.

Como demonstrado pela maioria dos autores até o momento, a importância do pai se faz através do Complexo de Édipo, sendo, portanto, a figura que interdita as relações incestuosas do filho com a mãe, e também representante da Lei. Além destas características principais, Montserrat (2003) também ressalta o papel fundamental que este pai representa enquanto Complexo Paterno.

Denominando de Complexo Paterno os papéis que a figura paterna desempenha no Complexo de Édipo e Complexo de Castração, Montserrat (2003) explica que através do Complexo de Édipo o pai se fará importante no processo de identificação, representação da Lei e proibidor do incesto; enquanto que por meio do Complexo de Castração, será responsável por permitir ao menino a saída do Complexo de Édipo, e à menina, inseri-la nesta vivência edípica.

Segundo esta autora, os pais – não somente o pai, como também a mãe- desempenham um papel essencial em relação ao despertar da sexualidade infantil através dos cuidados iniciais necessários à sua sobrevivência:

Enfatizamos que ao falarmos do pai, invariavelmente estamos falando da mãe, também de seu lugar e função, pois é ela que imprime a condição de dar entrada e lugar para este pai perante a criança, a partir de uma condição estruturada pelo seu desejo (Montserrat, 2003, p. 113).

Partindo do conceito de Narcisismo proposto por Freud, esta autora elucida a importância que o narcisismo dos próprios pais apresenta para a constituição da subjetividade do sujeito. O sujeito necessita ser investido pelos pais para que tanto o narcisismo primário quanto o secundário aconteçam.

A importância do pai durante o processo de Identificação também esteve presente, considerando este processo como fundador e base de sustentação do psiquismo do sujeito. No processo de identificação primária, o sujeito se encontra identificado com si mesmo e com o mundo. No processo de identificação secundária, temos eleições de objetos que serão responsáveis pela configuração da personalidade do sujeito, servindo de base para processos de identificação mais elaborados, deixando de ser um com o objeto, para então ser semelhante a este objeto (no caso, o pai) em um ou vários aspectos (ideal de eu).

Concentrando-nos na importância da Função Paterna na construção da subjetividade do sujeito, e por tanto, à importância que o Pai desempenha durante o Complexo de Édipo e o período de latência, Ruffino (2004) chega à seguinte conclusão: a importância da Função Paterna está atribuída ao Complexo de Édipo, uma vez que o pai enquanto significante Nome-do-Pai, estabelece a Lei - o interdito entre o desejo do filho para com a mãe - fazendo com que o pequenino abdique de seus desejos em relação a ela, em prol da promessa paterna de um Outro-sexo que ele virá a conhecer.

Ao pai, na medida em que ele coloca fim ao Complexo de Édipo através do Complexo de Castração (no menino) e permite que este venha a se identificar com ele, também se atribui a função de instauração da cultura, e do Superego.

Lembrando que, sendo esta instância (Superego) instaurada enquanto herdeiro do Complexo de Édipo e apropriação subjetiva da autoridade paterna, já estamos fazendo referência ao período de latência e, por tanto, à função que o Pai desempenha durante este período: transmitir o seu legado de significante Nome-do-Pai; transmitir a Função Paterna ao seu filho.

Serão a qualidade e a extensão desta transmissão do legado Paterno à criança durante a latência os responsáveis pelo percurso da adolescência e a escolha do movimento do sujeito em direção ao caminho de êxito ou não (Ruffino, 2004).

Teixeira (2002), fazendo uma releitura da obra freudiana *Totem e Tabu*, ressalta que o tabu do incesto foi constituído como determinante da sociedade e que a consequente exogamia, derivada do horror ao incesto, marca a transição do homem anárquico à ordem do social e da cultura, firmada através do pacto fundador (obstacularização da onipotência) entre os irmãos, e por tanto, pela frátria. De acordo com Martinelli e Lo Bianco (2006) e Dunker (1998), no mito da Psicanálise, temos o Complexo de Édipo como o constituinte da civilização e da família, e consequentemente, do sujeito.

Teixeira (2002) explica que é através do confronto da onipotência do pai pelos filhos, que agora se unem na condição de irmãos para realizarem um ato de violência – o assassinato do pai -, que a cultura é instaurada. O pai da horda primeva passa a ser o responsável por instaurar a cultura e a civilização através do crime cometido pelos filhos, sendo a Lei instaurada através da identificação destes filhos (agora na condição

de irmãos) com os sentimentos de culpa e arrependimento, provenientes do crime realizado.

Por outro lado, ao concluir o artigo, esta autora deixa claro que a função paterna não se apresenta como argumento único para explicar a organização coletiva, sendo de importância fundamental se considerar a fraternidade entre os irmãos, que agora não ocupam exclusivamente a posição de filhos. A morte do pai é responsável por fundar a Lei, por transformar o pacto entre os irmãos em um pacto social.

O declínio da função paterna foi apontado pela maioria dos pesquisadores (Dunker, 1998; Vorcaro, Mazzini & Monteiro, 2008; Naves, 2001; Rebouças, 2001; Ruffino, 2004; Silva, 1999; Teixeira, 2002) como sendo a principal causa atribuída aos atos de violência exacerbada, mal-estar diante de situações de desamparo - ambas configuradoras do sujeito moderno-, e à fragilização do pacto social. O sujeito moderno, segundo estes autores, além de infrator da lei/Lei, torna-se cada vez mais narcísico, individualista e intolerante às diferenças.

A família se reduziu a seu grupo biológico na medida em que foi integrando os mais altos progressos culturais, apontando, ainda, diversos efeitos psicológicos, decorrentes de um declínio social da imago paterna (Vieira, 2011, p.160).

Teixeira (2002) explica que a manifestação exacerbada da violência é vista pela psicanálise como consequência de uma falha da Lei do Pai, que acarretaria ao pacto social à condição de fragilidade, não-legitimidade das leis culturais provenientes da desestruturação dos vínculos, e o desfrutar dos bens culturais, primordialmente, desconsiderando a noção de outro.

Ruffino (2004), referindo-se à adolescência, elucida que a função do pai está agora relacionada a uma função social. Estando a sociedade moderna tomada pelo declínio da Função Paterna, e, sendo a adolescência dependente da qualidade da transmissão do legado Paterno ao sujeito, encontram-se sujeitos cada vez mais

individualistas, sem limites e intolerantes. Temos a vivência de uma adolescência rumo a um sucesso sem êxito, em virtude deste declínio do Nome-do-Pai:

O Pai, na sua invisibilidade, desde o seu Outro lugar, não mais se apresenta, na contemporaneidade do espaço social, por nenhuma epifania visível, pois, como diagnosticou Lacan, já em 1939, a contemporaneidade da coletividade humana no Ocidente está marcada pelo “declínio da função social da imago paterna” (Ruffino, 2004, p. 319).

O que Ruffino (2004) nos mostra é que, em meio a esta caminhada sem sucesso, os adolescentes clamam e apela cada vez mais por este significante; por esta Paternidade. Ao não encontrarem a Metáfora Paterna, fundadora do sujeito, esta Paternidade requerida pelos adolescentes (paternidade-Outra) deverá então, inicialmente, ser construída pelo próprio sujeito através de operações psíquicas.

Pelo próprio sujeito, muito embora por meio de significantes e fragmentos discursivos dispostos à ação do sujeito pelo personagem que na infância dava sustentação, na família, à função paterna. Este personagem, por sua vez, só pode ter dado sustentação à função paterna durante a latência do sujeito, posto que antes dela não há pai inscrito enquanto tal no aparelho psíquico (p. 398).

O adolecer seria, então, para Ruffino (2004), esta operação que se põe em marcha no psiquismo, no momento em que o real da puberdade não pode simbolizar pela falha da função Paterna que por tanto tempo, se fez presente nos laços societários.

O adolecer será a busca pela reconstituição da eficácia desta função Paterna através da formação intrapsíquica de uma Paternidade-Outra a ser construída a partir da reorganização da história do sujeito: retomando a sua constituição desde o Édipo e, avançando a partir do ponto de sideração em que se encontra, caminhando em direção ao que seria êxito de seu adolecer (responder pelo acesso ao Outro-sexo).

Para Dunker (1998), o declínio da imago paterna daria lugar à ascensão de uma autoridade não simbolizada; narcísica, e tal autoridade, convergindo com a psicanálise e a teoria crítica, tem como característica principal a recusa ou redução das formas possíveis de alteridade, exonerando, desta maneira, a diferença. Segundo o autor, os

pais se percebem cada vez mais sendo desautorizados por seus filhos e o horror à autoridade se faz presente.

Rebouças (2001), articulando sobre o consumo de drogas e a gestão do prazer e dos limites na sociedade contemporânea, também ressalta a questão do mal-estar na cultura e suas respectivas relações com os atos transgressivos, a castração simbólica e o processo de sublimação.

A autora esclarece que através da droga, o toxicômano busca o gozo, a satisfação imediata do desejo sem ter que se submeter ao desejo do Outro ou à Lei da castração, e sem se confrontar com a diferença sexual e com a alteridade. Por outro lado, na medida em que transgride a Lei/lei, o indivíduo faz um apelo à função paterna e à lei, já que se encontra sempre envolvido em complicações com as autoridades.

Quanto ao declínio da função paterna e o conseqüente mal-estar encontrado no sujeito moderno ao enfrentar situações de desamparo, Rebouças (2001) explica que a falência da Função Paterna observada na sociedade contemporânea, traz como consequência aos sujeitos, a busca pelo uso de drogas na intenção de se verem livres do desamparo e das angústias que o perseguem.

Silva (1999) por sua vez, elucida que para que o sujeito exista é necessário que ele se depare com o Outro (Pai/Função Paterna) como o instituidor da novidade, da diferença que funda a marca. Caso isto não aconteça, ou seja, caso a função paterna falhe, o sujeito será sempre intolerante com a sua semelhança. Com o declínio da paternidade e o enfraquecimento da palavra, os sujeitos passaram a confessar abertamente seu gozo. Tudo lhes parece possível.

Naves (2001), em um artigo de caráter bibliográfico e enfoque psicanalítico, buscou traçar comparações entre o personagem D. Quixote e o sujeito moderno,

partindo do pressuposto de que o personagem e seu respectivo autor (Cervantes) marcaram o momento do aparecimento do sujeito moderno.

Este autor descreve o personagem D. Quixote como alguém confuso, inquieto diante dos novos significantes que surgem com a modernidade, e melancólico em relação aos significantes que foram perdidos em função do estabelecimento da Era da modernidade. Segundo este autor, D. Quixote seria um discurso do autor Cervantes, que estaria inserido em um contexto histórico específico: a transição para a modernidade. O personagem representaria para seu criador (Cervantes) uma ilusão, a sua própria credulidade e nostalgia digna da modernidade romântica.

A questão levantada por Naves (2001) estaria na possibilidade de a civilização ser capaz ou não de se constituir sem este alicerce de ilusão uma vez que ela se estrutura basicamente através da metáfora paterna, originária de um ato transgressivo (assassinato do pai) que traz como consequência o endeusamento deste pai morto, que surge em sua forma onipotente.

Este autor aponta que a humanidade do homem traz consigo a lembrança do tempo da indiferenciação e, não havendo vida sem morte, nem morte sem vida, como nos explica Naves (2001), existiria sempre uma nebulosidade necessária entre pulsão de vida e pulsão de morte, que daria espaço à ilusão. Esta ilusão estaria no centro da humanidade e também rodeando a civilização em alguns momentos.

Assim sendo, Naves (2001) ressalta que a compreensão de Cervantes tornaria mais clara se analisado fosse o seu personagem, D. Quixote, enquanto representação de seu criador. Ao mesmo tempo em que se via obrigado a suportar os novos significantes (novos deuses) impostos pela modernidade, tentava manter algum dos significantes que foram perdidos em detrimento desta nova era.

“Ele não sabia, ou não queria saber, que os tempos haviam mudado e que o que o inspirava era a nostalgia quase oceânica dos seus romances prediletos” (Naves, 2001, p. 148). Semelhantemente, o homem moderno se encontra na nostalgia de voltar ao tempo da indiferenciação.

Vorcaro et al. (2008) apontam que na sociedade de hoje encontramos o esgotamento do Grande Outro – que representa autoridade; é organizado pela cultura e o sujeito só se faz semelhante a este Grande Outro se este lugar foi imaginado como um lugar habitado pelo pai – consequência do declínio da função paterna.

Se antes a manutenção da vida era regida através de um limite imposto à consumação do gozo, se antes a vida era um bem pelo qual o sujeito usufruía mas não se dispunha dela, hoje, neste novo modelo cultural (capitalista), caso a vida seja um obstáculo ao gozo, ela poderá perder seu próprio valor e até ser sacrificada. A vida do Outro e nossa própria vida pode se tornar um valor mercantil.

Por outro lado, Vorcaro et al. (2008), discutindo as influências sociais e relacionando-as ao conceito lacaniano de metáfora paterna, ressaltam que considerar a causa dos atos infracionais decorrente exclusivamente de uma falha do significante Nome-do-Pai individualiza o problema e desconsidera os fatores sociais, que para os autores, são importantíssimos para a análise.

Estes pesquisadores explicam que por mais que a falha do significante Nome-do-Pai seja enxergada por muitos autores psicanalistas como causa principal dos atos infracionais cometidos por jovens, a ausência da figura concreta de um pai não pode ser entendida como determinadora de um comportamento delituoso.

Citando como exemplo alguns adolescentes encaminhados à Vara Infracional da Infância e da Juventude, pertencentes à camada popular, Vorcaro et al. (2008) esclarecem que o ato infracional viria na tentativa de inclusão destes adolescentes em

um contexto social que os excluem (capitalista – quanto mais se tem, mas se é) e também como uma tentativa de construção de um laço social.

Martinelli e Lo Bianco (2006), em um artigo que examina a função do pai na psicanálise através da sua relação de afiliação e afastamento da ética religiosa em que é fundada, conclui que seria possível enxergar em Freud uma nova teoria da ética da paternidade através de dois motivos: através da idéia de dever ou dívida própria à relação do sujeito com a Lei do pai; e também através da articulação desta mesma Lei paterna com a regulação do Princípio de Prazer.

Estes autores explicam que a religião (tradição judaico-cristã) surgiu pregando o livre-arbítrio e uma relação Pai (Todo Poderoso) versus Filho, mais amorosa. Através da vinda de Jesus, Deus tomou os seres humanos e os transformou em filhos. Através desta doutrina, prega-se o livre-arbítrio uma vez que “nada garante o pertencimento à religião de Jesus além da crença nos Mandamentos e da retidão das ações de acordo com as prescrições” (p. 145).

Freud, ao propor o mito do Complexo de Édipo aparece, segundo estes autores, propondo que o ser humano é pautado através de uma Lei que proíbe a satisfação total de seus desejos, proibindo ao sujeito, desta maneira, o livre-arbítrio encontrado na tradição judaico-cristã.

Sendo o aparelho psíquico governado pelo Princípio de Prazer, ao pai e conseqüentemente à Lei Universal atribuída à sua função, caberia regular e impedir a satisfação total dos desejos do ser humano. Martinelli e Lo Bianco (2006) explicam que “não podemos suportar o extremo do prazer, uma vez que isto consistiria em abdicar da Lei do Pai e forçar o acesso a todo objeto [...] O extremo do prazer é, assim, mais do âmbito do mal-estar do que da satisfação” (p. 149).

Por fim, estes autores concluem através da teoria lacaniana, que o importante é que o ser humano se sinta bem no mal, porque o princípio de prazer sempre encontra com o seu “além” (além do princípio de prazer). A toda busca de satisfação existe um limite e este limite implica uma “lógica própria daquilo que não atende a nenhuma demanda benevolente – o mal-estar” (p. 156).

Ghirardi (2008) em sua pesquisa sobre os processos psíquicos dos pais adotivos diante da experiência de devolução das crianças adotadas - destacando principalmente, os aspectos da subjetividade que poderiam funcionar como indicadores para o rompimento do vínculo com a criança- verificou que uma vez que os pais funcionam como condição de inclusão e permanência da criança na família, cabe aos mesmos, aceitar a sua singularidade.

Foi constatado com sua pesquisa que, caso isto não ocorra, e, portanto, caso a criança não seja incluída no imaginário dos pais adotantes enquanto filho, estes experimentam sentimentos de estranheza em relação a ela e a existência da família biológica da criança a vir a ser adotada passa a operar frequentemente no discurso dos pais adotantes, como uma das saídas justificáveis a esta não inclusão da criança, no imaginário dos mesmos.

Ghirardi (2008) também observou que uma vez mantidos os sentimentos ligados à bondade – quando os pais resolvem adotar com o intuito de estarem fazendo o bem- os adotantes encontraram dificuldades em estabelecer limites à criança quando esta apresentava comportamentos indesejáveis. Tal fato foi compreendido pela autora como a inexistência da operação da Função Simbólica por parte do pai, que muitas vezes não era enxergado como representante da Lei, delegando esta função simbólica ao governo, e não aos integrantes que compunham o casal. “Sem saber como exercer uma lei que

seja efetiva, a devolução fica colocada, para os adotantes, como a única saída possível, a saída angustiante e desesperada” (p. 118).

Conforme demonstrado com esta temática, o pai se faz importante na medida em que é o responsável por instaurar a Lei e inserir o indivíduo na cultura e na sociedade, de modo que a falha, ou um desempenho ineficaz de sua Função Simbólica comprometerá de forma significativa, a subjetividade do sujeito, sua noção de alteridade, além de colaborar com a fragilização do pacto social e um sujeito mais agressivo e narcísico.

6.2. Representações da paternidade na atualidade

Esta segunda temática teve quatro artigos analisados e três dissertações, sendo por tanto este o segundo tema mais recorrente nas pesquisas. Com objetivos diversos, estes artigos revelaram que, em detrimento às muitas transformações ocorridas em nossa sociedade e no âmbito familiar, o modelo autoritário patriarcal no qual a função de provedor é atribuída ao papel do homem e os afazeres domésticos, relacionado aos deveres femininos, ainda é encontrado atualmente em algumas famílias.

Partindo da idéia de que os papéis atribuídos ao homem e à mulher foram e são influenciados pela cultura e sociedade, Borsa e Nunes (2011), revelaram que alguns resquícios do modelo patriarcal - como, por exemplo, o papel da mulher ser prioritariamente o de cuidadora da prole, maternidade e afazeres domésticos, e o papel do homem ser o de mantenedor da economia da casa - ainda são encontrados hoje, em uma sociedade e família contemporânea, em famílias com um menor poder aquisitivo.

Em virtude de nos últimos anos estar havendo uma preocupação maior com os papéis a serem desempenhados pelos integrantes de cada família, e também pelo fato de novas configurações familiares estarem surgindo, tem-se observado uma expansão das

possibilidades amorosas-conjugais e filiais, exigindo, segundo Vieira (2011), uma nova descrição dos processos de subjetivação no interior da família.

Por mais que hoje se presencie uma queda do modelo familiar patriarcal através do qual ao homem cabiam comportamentos rígidos e de provisão material, e à mulher era reservado o lado afetivo para com os filhos, além de ser responsável por cuidar da casa, ao se falar de família, este modelo heterossexual ainda é considerado referência.

A este respeito, Vieira (2011) chama atenção para o fato de que não se pode mais pensar em modelos únicos de família, muito menos em modelos únicos de pai e mãe. Deve-se reconhecer que embora as referências não sejam mais fixas como no modelo patriarcal (onde cada um desempenhava seu papel rigidamente dentro da família), as referências parentais continuam sendo importantes como dispositivos que regulam algumas saídas necessárias à constituição do psiquismo e do sujeito.

O pai continua sendo o responsável por/em seu papel simbólico de interditar a relação incestuosa mãe-filho e inserir o indivíduo na cultura e sociedade. À mãe, por sua vez, ainda é esperado cuidados fundamentais em direção ao bebê para que posteriormente seja possível a ele criar seus primeiros laços com o outro e seu próprio espaço dentro do ambiente familiar.

Os estudos deste autor verificaram que as categorias parentais (pai e mãe) estão sendo cada vez menos atribuídas aos personagens de acordo com seu sexo anatômico. Isto porque, a partir da psicanálise lacaniana, enquanto funções psíquicas, estas ainda obedecem a outros elementos determinantes que não necessariamente correspondem ao sexo biológico daquele que encarna e exerça sua função à criança.

Carvalho (1989) também concluiu que a família vem sim, passando por transformações ao longo dos tempos, mas por mais que os homens venham se mostrando cada vez mais participativos dentro da casa, ainda são encontrados alguns

resquícios do tradicional modelo familiar patriarcal, onde ao homem fica reservada a provisão econômica e à mulher o cuidado dos filhos e da casa. Comprovado nas palavras de Carvalho (1989, p. 137):

Pode-se identificar que na relação pai-filho existem aspectos que passaram por um processo de transformação; mesmo não mudando radicalmente, não está mais como era antes. Vale aqui situar algo indicado por um dos pais como sendo ilustrativo dessa linha de ação ao se referir a uma possível “lapidação” que precisou ser desenvolver em função de sua época. Nessa “lapidação” está incluído o diálogo permanente que procura ter com o filho.

Diante disso, a autora elucida que a função do pai vai além de representante da Lei; e que antes disso, o lado afetivo do pai é essencial para que o sujeito venha se desenvolver psicologicamente de forma saudável.

Thurler (2006), em um artigo com o objetivo de analisar a paternidade quanto ao exercício do reconhecimento geracional, com dimensões formal-legal e afetivo-social, interpreta o não-reconhecimento da paternidade pelos pais de crianças brasileiras como uma persistência de antigas práticas patriarcais, nas quais o arbítrio masculino foi – e tem se mantido – naturalizado.

Segundo o autor, a superação das relações sociais patriarcais é indispensável para a efetivação do direito à igualdade de todas as crianças à filiação paterna – nascidas em relações eventuais ou estáveis, no casamento, ou fora dele – e para o desenvolvimento da solidariedade como promotora da igualdade de responsabilidades e direitos entre mulheres e homens relativamente à parentalidade.

Por outro lado, a maioria dos artigos parece concordar que atualmente tem havido uma revisão dos papéis a serem desempenhados por cada cônjuge dentro do ambiente familiar. Por mais que os pais atualmente tenham se mostrado mais afetuosos e participativos nas tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos, a relação mãe-filho ainda é enxergada como básica e universal.

Apesar de todas as mudanças ocorridas na sociedade e na família contemporânea, principalmente a Revolução Feminina e a conquista do mercado de trabalho pela mulher, as literaturas consultadas por Borsa e Nunes (2011) demonstraram que mesmo com a divisão mais igualitária dos papéis ocupados pelos cônjuges no que diz respeito aos afazeres domésticos e cuidado dos filhos, a relação mãe-filho ainda é enxergada como básica, universal e psicologicamente mais apropriada ao desenvolvimento infantil do que a relação pai-filho, estando as mães ainda muito mais envolvidas com o cuidado de seus filhos do que os pais.

Chechi e Hillesheim (2008) buscaram compreender através de Estudos Culturais, como a mídia tem representado a paternidade na atualidade. Analisando as colunas “Conversa de Homens”, publicadas no período de Junho à Dezembro de 2006 pela revista “Pais e Filhos”, esta pesquisa evidenciou pais participativos da educação e do processo de gestação do filho, retratando a figura de pais sensíveis atualmente. Segundo a revista investigada, os pais pareciam admirar mais os filhos do que os filhos admiram os pais, demonstrando uma configuração familiar diferente da família nuclear burguesa na qual o pai era visto como uma figura distante do filho.

Em um artigo que teve como categoria de análise a figura do pai contemporâneo e seus componentes afetivos, os autores Gomes e Resende (2004) consideraram o fato de que a figura paternal se encontra em um momento pelo qual o mundo contemporâneo passa a exigir uma revisão de papéis a cerca da paternidade e suas respectivas tarefas.

A este respeito, Scaglia (2012) revelou em sua pesquisa que, em função de os pais serem convocados a assumirem novas tarefas, estes se demonstram cada vez mais confusos diante do exercício da paternidade, exercendo uma paternidade prejudicada e conseqüentemente, prejudicando a expressão do self verdadeiro de suas filhas, que

apresentam dificuldade de agir no mundo de forma espontânea e criativa, apegando-se ao concreto e real.

Segundo Scaglia (2012), os pais parecem não atuar como facilitadores da transicionalidade das filhas, uma vez que encontram dificuldade em impor limite para a criança e permitir que elas sejam frustradas. De acordo com a teoria Winnicottiana, frustrar a criança é uma atitude muito rica e importante, uma vez que diante da adaptação incompleta às necessidades da criança, ela passa a perceber os objetos como objetos reais que podem ser amados e odiados. Em virtude de um desempenho não favorável da função Paterna, estes pais acabam por comprometer o desenvolvimento psíquico da criança.

Os pais participantes desta pesquisa também são marcados pelo tempo histórico e demonstraram dificuldade de oferecer em um ambiente suficiente bom para as suas filhas, principalmente no que se refere ao oferecimento do holding, dificultando a continuidade do self nas meninas. A maioria das crianças colaboradoras da pesquisa demonstrou que estão inseridas em um ambiente pouco acolhedor. Ainda, elas possuem uma relação distanciada com seus pais que não as percebem de maneira real e não sustentam sua fantasia. Assim, os pais parecem não atuar como facilitadores da vivência da transicionalidade de suas filhas (Scaglia, 2012, p. 224).

Gomes e Resende (2004) revelaram que talvez o principal diferencial do pai contemporâneo seja ele se dispor a reconhecer seus sentimentos e confrontá-lo com as imposições do papel masculino, tido como machista.

Estes pesquisadores apontam que não existe uma construção linear da paternidade, uma vez que o modelo tradicional vai progressivamente se desarticulando, conforme o homem ao se tornar pai, se permite reviver neste papel, a relação pai-filho que teve na infância, atribuindo a esta experiência outro significado.

Para Gomes e Resende (2004), o pai contemporâneo é um pai mais presente e identificado com as exigências contemporâneas da família, expondo seus sentimentos e se opondo ao modelo tradicional de distanciamento entre o físico e o afetivo.

No que diz respeito ao pai na Psicanálise, Chechi e Hillesheim (2008) elucidam que o pai como ditador da lei não foi enquadrado pela coluna analisada, demonstrando, por parte da revista, a exaltação de um pai participativo que tem a função de gratificar o filho, desconsiderando a paternidade como um lugar de suporte à criança, que com certeza crescerá em um mundo que além de gratificações, trará frustrações. Diferindo do discurso psicanalítico, estes autores ressaltam a idealização de um pai extremamente presente, permissivo e facilitador das vontades do filho, não representando mais a figura que impõe limites, configurando esta função disciplinadora à figura da mãe.

Considerando tudo o que foi exposto através dos artigos pertencentes a esta temática, identificamos que apesar de em algumas famílias com um menor poder aquisitivo ainda encontrarmos algumas características do modelo familiar patriarcal, o pai contemporâneo é um pai mais presente e identificado com as exigências contemporâneas da família, exibindo seus sentimentos e se opondo ao modelo tradicional de distanciamento entre o físico e o afetivo.

6.3. Função Paterna e a constituição da saúde mental

Esta temática abrange quatro artigos e uma tese, considerando a função paterna importantíssima na estruturação psíquica do sujeito e na constituição de sua saúde mental.

De acordo com Romero-Rodriguez e Vizzotto (2006), a base da saúde mental encontra-se pautada nas primeiras relações afetivas e vinculares que se estabelecem entre o bebê (logo após o nascimento e em seus primeiros anos de vida) e seus pais.

Segundo estes autores, o vínculo afetivo é estabelecido a partir das relações parentais “cruzadas” entre a mãe e o bebê, entre o bebê e a mãe, entre o pai e o bebê, entre o bebê e o pai, entre os pais e o bebê, e entre o bebê e os pais. As relações

parentais são importantíssimas na formação da personalidade e no estabelecimento de relações que serão constituídas posteriormente (que vão além das relações estabelecidas com os pais).

Seguindo a teoria Kleiniana, Romero-Rodriguez e Vizzotto (2006) explicam que no início do desenvolvimento da criança, o bebê se encontra identificado com a mãe e a figura paterna não é ainda percebida por ele.

A figura do pai só será percebida quando a frustração do desmame ocorrer, despertando o conhecimento inconsciente dos pais quando a criança começa a fazer a integração de objetos e é capaz de reconhecer e diferenciar este pai. A partir de então, o bebê se depara com aquilo que Melanie Klein denominou de Complexo de Édipo Precoce (Romero-Rodriguez & Vizzotto, 2006) e o pai entra em cena para exercer sua função.

Com a entrada do pai na relação mãe-bebê, a criança encontra uma terceira pessoa através da qual ela pode dirigir seus sentimentos de ódio e sua insatisfação com a mãe. O pai marca a separação do bebê com a mãe e é o responsável por apresentar o mundo externo ao seu filho, sendo para ele a sua primeira noção de relação social com um mundo “além-da-mãe”. “A partir do momento em que a criança percebe que ‘agora são três’, o triângulo representa a primeira noção de grupo” (Romero-Rodriguez & Vizzotto, 2006, p. 88).

Romero-Rodriguez e Vizzotto (2006) deixam claro que desde o nascimento e nos primeiros anos de vida da criança, as relações estabelecidas entre ela e seus pais compõem a base vincular para constituição da saúde.

Em outro artigo, Costa e Katz (1985) procuraram discutir questões ainda não muito claras, segundo os próprios autores, quanto à psicogênese da neurose e do caráter

obsessivo, considerando em particular, a contribuição que o distúrbio da relação pai-filho pode trazer à neurose obsessiva.

Estes autores partem da idéia de que a psicogênese da neurose e do caráter obsessivo estaria pautada nos acontecimentos relacionados à educação esfínteriana e ao conseqüente fracasso da vivência edípica; ou seja, seria uma defesa regressiva ante o Complexo de Édipo.

De que maneira e em qual momento a mãe ensinará à criança as normas desta educação, e a forma pela qual a criança, com suas disposições inatas e fantasias inconscientes as irá receber, determinará se a criança ultrapassará apropriadamente esta fase anal, ou permanecerá nela fixada, tornando-se obsessiva (Costa & Katz, 1985).

É após explicarem a psicogênese da neurose e do caráter obsessivo que Costa e Katz (1985) inserem sua idéia de que além da mãe, o mundo da criança envolve outros objetos, como por exemplo, o pai. E que a este pai, cabe um papel fundamental no processo de separação-indivuação da criança, na aquisição de um modelo de identificação masculina e na aquisição de sua autonomia. É impossível que um filho se separe de sua mãe sem que o pai interfira especificamente em todas as etapas do processo de separação-indivuação.

Segundo a hipótese destes autores, se o filho só se separa da mãe através do pai, e se a crise da educação esfínteriana é determinada pela incapacidade da criança em atingir autonomia, a falta de um pai que cumpra seu papel de forma adequada também se constituiria um dos fatores específicos da neurose obsessiva.

Com uma falha na função paterna, a criança permanece identificada com a mãe e isto lhe gera sentimentos agressivos que não podem ser expressos por medo de perder o amor materno. A única saída para o filho é se submeter às vontades da mãe.

Não tendo um pai que lhe sirva de modelo, ocorre uma idealização defensiva dos objetos femininos, por parte da criança. Simultaneamente, um objeto masculino do mundo externo é super valorizado e comparado com o pai, mas a relação que ela desenvolve com este objeto externo, é baseada em características maternas.

Enfraquecida ou inexistindo a presença de um pai que desempenhe a função paterna que a ele foi atribuída, e uma mãe que forçosamente impõe à criança precocemente as normas da educação esfínteriana, temos a configuração de um filho identificado com a mãe e com suas exigências, sem autonomia para satisfazer seus próprios desejos e, portanto, com todas as características para desenvolver uma neurose de caráter obsessivo. Além da mãe, o pai mais uma vez se mostra imprescindível para o desenvolvimento psíquico da criança.

Garcia (2002), em seu artigo sobre o desejo paterno e a potencialidade polimorfa², aponta que dentre outros fatores contribuintes a esta estrutura da personalidade, encontram-se: a presença de um pai ausente, omissivo, impossibilitado ou incapaz de assumir a função paterna. Esta autora explica que decorrente de uma cumplicidade materna e seu desrespeito diante da palavra do pai (seu marido), esta atitude traz como consequência, uma idealização da mãe e o não reconhecimento do pai.

Um pai desautorizado, seja pela mulher, pelo meio social ou por sua própria incapacidade em assumir sua função de pai, está destituído do atributo que funda a admiração e o sentimento de segurança no filho, principalmente porque é a força da autoridade do pai que assegura à criança que seu primitivo desejo de morte dirigido a ele, não se realizará (Garcia, 2002).

² Segundo Garcia (2002), a potencialidade polimorfa seria um potencial que o indivíduo teria em relação à possibilidade de se desenvolver uma Psicose. O polimorfismo estaria ligado a um “não desejo” por parte do pai, em ter filho. Quando não há um investimento narcísico por parte do pai em relação ao seu filho, o pai não está apto a desempenhar sua função Paterna de interditor da relação incestuosa mãe-filho, muito menos está apto a atuar como representante da Lei e figura de identificação. Uma consequência para a saúde mental deste filho “não desejado” pelo pai, seria o polimorfismo.

A autora conclui que na potencialidade polimorfa, os desfalques na constituição do Eu narcísico podem ser causados não única e exclusivamente devido ao mau investimento e má enunciação por parte da mãe, mas também por parte do pai.

Para que a pessoa tome a si mesmo como objeto de amor, é necessário que ela tenha sido amada, investida e constituída como objeto de amor de seus próprios pais. Se isto não ocorre, temos um sujeito auto-depreciativo, que se sente fracassado e com a tendência a desvalorizar tudo o que possa ter vivido como positivo, responsabilizando a figura do pai por todas estas características (Garcia, 2002).

Folberg e Maggi (2002), em estudo que aborda a função paterna na sua essência e as possíveis consequências que a falha desta função pode trazer ao psiquismo do sujeito, explicam que é através do Complexo Edípico, no qual o sujeito é submetido à castração simbólica, e por tanto à função paterna, que o processo de simbolização pode ocorrer.

A forma com que o indivíduo lida e vivencia o Édipo e a castração simbólica será determinante da estrutura clínica deste sujeito; ou seja, a maneira através da qual este sujeito lidará com a falta, com a castração simbólica à qual a mãe é exposta, é que diferenciará a neurose, a psicose e a perversão (Folberg & Maggi, 2002).

As autoras explicam que o neurótico, por exemplo, aceitando a castração e tendo recalado as lembranças perigosas e censuradas, é capaz de expressá-las através de processos secundários, como a linguagem e o pensamento; ele é capaz de simbolizar através destes processos secundários.

O psicótico, ao ser confrontado com a falta do Outro, coloca-se como aquele que irá completá-la, colocando-se como o falo, e rejeitando a castração. O perverso, por sua vez, rejeita a realidade da falta e a castração do Outro através da diferença dos sexos, atribuindo um falo à mãe (Faria, 2001; Folberg & Maggi, 2002).

Como as marcas do Édipo não possibilitaram a castração e o recalçamento, o psicótico e o perverso apresentam dificuldade de simbolizar. Na medida em que o neurótico admite que o superego é o herdeiro do Complexo de Édipo, o psicótico não participa da dialética edípiana, rejeitando a realidade. O perverso, por sua vez, rejeita a castração, mantendo uma relação particular com a lei, manifestando gosto por comportamentos transgressivos e desafiadores. Nestas duas últimas estruturas clínicas, a castração e o recalçamento, provenientes do Complexo Edípico, não acontecem.

O recalçamento é, portanto estruturante na constituição do sujeito e instaurado apenas a partir da metáfora paterna, (significante que veio substituir o significante materno), momento em que o desejo da mãe é intermediado pela lei ou por um operador da cultura que tenha valor de representação (Faria, 2001).

Faria (2001) explica que de acordo com as diversas maneiras de o sujeito se posicionar em relação à castração, torna-se necessário diferenciar o que é absolutamente particular do sujeito, ou seja, a forma singular através da qual cada sujeito se relaciona com os significantes que o marcam, daquilo que aparece como estrutural e que pode estar relacionado a estruturas clínicas (neurose, perversão e psicose) como forma de resposta à castração

A respeito da neurose, Faria (2001) elucida a partir de Freud que um dos destinos possíveis do Complexo de Édipo seria o recalque. Ou um recalque completo e eficaz, através do qual se tem a destruição completa do Complexo, ou um recalque não eficaz, no qual o Édipo permanece no inconsciente do sujeito, se manifestando através do sintoma. Justamente quando o recalque não é completo, ou seja, quando a função paterna não opera de maneira significativa durante o Complexo de Édipo, temos então o surgimento de uma Neurose, através da qual os sintomas revelam, de forma simbólica, os efeitos patogênicos que existem no inconsciente.

Além do sintoma, Faria (2001) traz à tona que, para Lacan, o efeito da constatação da privação materna pela criança, também é determinante da Neurose. Será a partir da constatação da castração materna que a criança deixará de ocupar a posição de falo. A maneira particular pela qual a criança se posicionará diante do *ter* ou *ser* o falo, possibilitará situá-la nas posições de Histérica ou Obsessiva.

No caso da Neurose Obsessiva, a criança porta-se como sendo o falo materno, não aceitando, portanto a castração da mãe. A histérica, por sua vez, sentindo-se privada do falo, objeto do desejo edipiano, terá a sua dinâmica do desejo pautada ao nível do *ter* o falo, e não do *ser*, como no caso do obsessivo.

Já no caso de uma fobia, patologia encontrada principalmente em crianças, ela seria enxergada, conforme explicado pela autora, como sendo um sintoma. A fobia seria uma necessidade do sujeito, necessária a partir do momento em que falta o falo à mãe. Ao perceber inicialmente que lhe falta o falo, a criança busca encontrá-lo na mãe. Ao constatar que a mãe também não apresenta este falo, segue-se um apelo feito por ela, a um termo que sustente esta relação insustentável.

Conforme ressalta Faria (2001), não é a toa que a entrada do pai no Complexo de Édipo se faz no segundo tempo do Édipo, proposto por Lacan. Embora presente para a criança desde o começo através do discurso materno, o pai só entra em cena a partir desta necessidade da criança de dar significado à castração da mãe. É exatamente neste segundo tempo do Édipo que o pai adquire as características de um pai imaginário, portador das características de privação e onipotência.

No caso da fobia, o que acaba acontecendo é que não existe este elemento que sustente o lugar de intermediador nesta relação de dupla falta (falta do falo à criança, e falta do falo à mãe), sendo solicitada a aparição do objeto fóbico (imaginário) exatamente com o intuito de suprir a carência por este elemento terceiro, situando-se,

portanto, no lugar do pai. Entretanto, vale ressaltar que a fobia não está relacionada à carência do pai, e sim a carência do pai na sua passagem de pai imaginário para Pai simbólico, no terceiro tempo do Édipo. O que falta realmente na fobia, é o pai enquanto elemento simbólico.

Ao falar sobre a Perversão, a autora retoma os tempos do Édipo propostos por Lacan e explica que é na passagem do segundo ao terceiro tempo do Édipo que ocorre a entrada efetiva do pai no Complexo. O pai entraria ditando a Lei à mãe, demonstrando à criança, desta maneira, que a mãe encontra-se submetida à Lei do Outro, que não ela. É esperado que o pai entre como aquele a quem a criança faz a atribuição da privação materna.

No caso da Perversão, teríamos uma inversão na qual a mãe é quem ditaria a lei ao pai. O pai não apareceria como responsável pela privação da mãe, e sim a própria mãe é quem apareceria como detentora da lei, a partir da privação materna. Esta privação materna não leva a um apelo ao pai (um terceiro), como seria esperado na neurose. A mãe, que não tem o falo, dita a lei como quem o tem.

Conseqüentemente, a criança não sai de sua posição de identificação fálica, uma vez que ela encontra na própria mãe, o suporte que faz com que a crise da constatação da dupla falta (do falo na criança e na mãe), não ocorra. Não há envio ao pai como elemento terceiro, mas um retorno à própria mãe; retorno este que só é possível buscar naquele a quem falta um elemento, uma garantia, de que não falta (Faria, 2001).

Na Perversão temos uma negação da privação materna. Isto não quer dizer que a privação não ocorreu. O que aconteceu foi que houve a constatação da privação/castração materna; houve a constatação da falta do falo na mãe e esta constatação foi negada.

O retorno ao circuito fálico da relação com a mãe pode aparecer de várias maneiras, sendo elas: o fetichismo, o travestivismo (no caso do sexo masculino) e, em alguns casos, o homossexualismo (feminino e masculino). O fetiche seria o substituto que entra no lugar da suposição da presença do falo na mulher.

No caso do travestivismo, temos o sujeito identificado com uma mulher que tem um falo e é através da existência das roupas que se materializa o objeto. No caso do homossexualismo tanto feminino quanto masculino, Faria (2001) sugere que talvez fosse necessário atribuí-los a uma identificação com aquele que – pai ou mãe – se caracterize pela posse do falo enquanto objeto imaginário, através do qual a castração é afirmada e negada ao mesmo tempo.

Nas palavras de Faria (2001, p. 143),

A função do pai está ligada à hiância aberta na relação da criança com a mãe pelo desejo materno. Cabe ao pai ordenar esse desejo, situando-o em relação à lei. É por isso que, para Lacan, a verdadeira função do pai é unir (e não opor) um desejo à lei. A interdição paterna não é a proibição do desejo proferida pelo pai, mas um efeito da articulação do desejo – que a teoria do Édipo mostra ser, em primeiro lugar, o desejo materno – à lei. Cabe ao pai fazer esta ordenação do desejo, vetorizando-o no sentido da lei. Daí a necessidade de considerar o pai não como fundador da interdição, mas como seu representante.

Torna claro, desta maneira, a grande importância que o pai apresenta à constituição do psiquismo do sujeito, especialmente no que diz respeito à qualidade de seu desempenho no exercício da função paterna. Um desempenho ineficaz da Função Paterna ocasionaria, como observado com esta pesquisa, na constituição de patologias como Neurose, Psicose e Perversão, cada uma à sua maneira, dependendo ainda, da própria relação do sujeito com as particularidades determinantes de cada estrutura.

6.4. Outros

A quarta e última temática engloba dois artigos cujos temas não se assemelham entre si, nem às demais temáticas propostas. O primeiro artigo trabalha a Paternidade

relacionando-a a genealogia do feminino. O objetivo foi abranger as relações existentes entre os registros do feminino, a paternidade e o sentido do discurso psicanalítico, partindo da problemática do patriarcado e fazendo uso da Genealogia como perspectiva teórica e metodológica. A constituição do sujeito, a falha da função paterna e suas consequências ao sujeito moderno foram assuntos recorrentes neste estudo.

Retomando estudos de Lacan, Joel Birman (2006), autor da pesquisa, inicia seu artigo ressaltando o esvaziamento da metáfora paterna encontrado na contemporaneidade, explicando ser esta uma das grandes questões que vem inquietando psicanalistas.

Tornando o significante Nome-do-Pai e o falo aspectos centrais no Complexo de Édipo e na constituição do sujeito, Birman (2006) explica que Lacan considerava que o mal-estar da modernidade, marcado pela loucura e pela violência excessiva, seria consequência da fragilização da figura paterna referente a este contexto histórico. Uma vez enfraquecida a função do Pai – representante da Lei -, o imperativo da autoridade desaparecia e a relação entre os sexos seria marcada por rivalidade e luta por glória.

Birman (2006, p. 168) destaca que foi concedida ao significante Nome-do-Pai a “condição de exceção na cadeia de significantes, constitutiva do inconsciente e do desejo”. É esta condição de exceção atribuída a este significante, que indica que a diferença entre os sexos seria marcada não apenas pela distinção clara existente entre eles, ou pela diversidade entre as funções maternas e fraternas, mas principalmente pela hierarquia proporcionada às condições masculinas e femininas.

Partindo de que a teoria Lacaniana confere fundamento teórico para a lógica, ética e política do patriarcado, na qual o pai, como signo de exceção e representante da Lei, atribui um grau de superioridade hierárquica do homem em relação à mulher, Birman (2006) tece seus comentários e críticas relacionados à Psicanálise.

Este autor critica a teoria Lacaniana ao dizer que ela assume uma posição contrária às demandas de homossexuais e demais movimentos libertários associados às mesmas reivindicações políticas e sociais que o movimento gay. No mundo contemporâneo, onde o discurso feminista e o discurso homossexual romperam com os pressupostos do patriarcado (no qual o homem era visto e comparado à verdade absoluta e à perfeição e a mulher era subalterna e passiva), o discurso lacaniano fica sem reação, atribuindo marcas psicóticas aos comportamentos que não coincidem com o padrão da sociedade.

Birman (2006) fala ainda sobre a decadência do significante Nome-do-pai diante das novas formas de subjetivações que surgem na atualidade, explicando que os analistas encontram-se perdidos agora que a referência à metáfora paterna não funciona como antigamente.

Mais adiante, destaca que Freud, no diz respeito à teoria da sexualidade, conjugou os paradigmas do Sexo Único (o homem se constituía como verdade absoluta e como perfeição, enquanto que a mulher era submissa, passiva e subalterna) e da Diferença Sexual (influenciada pelo Iluminismo e pela Revolução Feminina, propunha igualdade de direito e a diferença entre os sexos passou a ser enxergada como algo natural), introduzindo neste, características do paradigma do Sexo único.

Birman explica que ao tornar o falo a pedra angular do inconsciente sexual proposto por Freud, a relação de identidade e diferença com o pênis, seria a marca permanente do sexo único no campo do discurso freudiano. E nesta articulação dos dois paradigmas promovidos pelo discurso freudiano, existiriam duas soluções:

A primeira, que perdurou durante este discurso de Freud, teria a figura do masculino sempre na origem da sexualidade – tanto para o menino quanto para a

menina- e exatamente este masculino representaria a perfeição, da mesma forma que as características do patriarcado. A inveja do pênis registraria a condição feminina.

A segunda solução, proposta por Freud posteriormente, inverteria a tradição do patriarcado e teria como Origem, a feminilidade. Neste discurso, a feminilidade representaria uma forma de sexo originário, diferindo do sexo masculino e do feminino exatamente por não ser marcado pelo falo.

Esta nova forma de interpretação do inconsciente e do sexual, explica Birman (2006), fez com que homens e mulheres pautados na lógica fálica rejeitassem a feminilidade. Este repúdio não é consequência apenas do biológico e do psíquico, mas sim proveniente de uma tradição simbólica que perdurou durante muito tempo na história política e social do patriarcado.

É neste novo discurso freudiano que Birman (2006) reporta à contemporaneidade, ressaltando que é necessário superar todo o poder atribuído ao falo como signo da tradição do patriarcado para que se torne possível adentrarmos em um recomeço pós-patriarcal no que diz respeito à relação entre os sexos.

O segundo artigo pertencente a esta temática, por sua vez, buscou discorrer sobre o processo de Preocupação Materna Primária de uma paciente durante o período da gravidez e pós-parto, considerando a importância do papel do pai durante este período (Granato e Aiello-Vaisberg, 2002).

Ao que diz respeito ao pai, figura central desta dissertação, foi possível averiguar quão importante é sua função de cuidador da relação mãe-bebê referida por Winnicott, tanto durante o período de gravidez quanto no pós-operatório, para que a mãe possa vivenciar a Preocupação Materna Primária de forma saudável e segura.

Verificou-se também a presença de um pai participativo e envolvido com a criança, apesar de não ter desempenhado a função de cuidador da relação mãe-bebê devido aos conflitos e separação dos cônjuges.

Afirmado preocupar-se apenas com a filha que estava por vir, o futuro pai se mostrou prestativo e cuidadoso durante as visitas à maternidade, apesar de não ter participado do parto porque segundo sua esposa, não agüentaria (Granato & Aiello-Vaisberg, 2002).

Ao não oferecer um ambiente suficientemente bom para sua filha e sua esposa, o marido da paciente falha em sua função de pai. Sua relação com a esposa continuou turbulenta. Ameaçando tomar para a si a guarda da criança caso a paciente falasse sobre as desavenças que aconteciam onde moravam, a esposa procurou se certificar de seus direitos perante à lei e esta foi a última vez que manteve contato com Granato e Aiello-Vaisberg.

Diante do que foi apurado com estas duas pesquisas, verifica-se que a Paternidade vem passando por transformações e que além de a Metáfora Paterna não atuar de forma eficaz como anteriormente, o pai se faz importantíssimo no que diz respeito a proteger a relação dual mãe-bebê e oferecer à criança um ambiente suficientemente bom, não deixando este lugar reservado exclusivamente à figura materna.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos objetivos propostos neste trabalho, foi possível identificar que a produção teórica referente à Paternidade na sociedade brasileira esteve ligada às mais variadas temáticas, sendo priorizada na maioria dos artigos, a importância que o papel do pai desempenha na constituição do sujeito, da coletividade e do social; qual representação a paternidade vem assumido na atualidade e a relação existente entre a função paterna e a constituição da saúde mental do sujeito. Vale ressaltar que em virtude desta pesquisa ter sido realizada apenas consultando bases de dados eletrônicos, talvez não tenha sido possível o acesso genuíno de todos os trabalhos produzidos sobre este tema em virtude das restrições quanto a disponibilidade dos mesmos (principalmente teses e dissertações) em bases de dados eletrônicos nas últimas três décadas.

Foi possível concluir com a análise dos artigos, teses e dissertações desta pesquisa que a Paternidade e sua respectiva importância na Psicanálise encontram-se ligadas à função que a figura paterna (função paterna/função simbólica/metáfora paterna) apresenta ao ser determinante na constituição do sujeito, do coletivo, na transmissão da cultura e também na constituição da saúde mental do indivíduo. As correntes psicanalíticas que prevaleceram nos artigos foram a Freudiana, a Lacaniana e a Winnicottiana.

O Complexo de Édipo e o Complexo de Castração foram pedra angular no decorrer das produções analisadas, sendo impossível desconsiderar seus respectivos papéis na construção da subjetividade e psiquismo do indivíduo, e principalmente a sua relação com a função Paterna de interditor, representante da Lei e possível objeto de identificação.

Corroboram-se estes dados com os propostos de Freud (1913/1996; 1930/1996) na medida em que o pai, além de protetor, carrega como principal função, a tarefa do interdito e proibição do incesto, que se originaram no totemismo. Inserindo o indivíduo na cultura através do desfecho edípico, a função do pai se faz essencial, na medida em que prepara o sujeito para conviver em sociedade.

Quanto aos pressupostos Lacanianos, “não existe a questão do Édipo quando não existe o pai, e, inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do pai” (Lacan, 1958, p.171). Os estudos confirmam as idéias de Lacan (1958), uma vez que ao abordar a função do pai, considera-se a função que este vem ocupar dentro do Complexo de Édipo enquanto função simbólica, função-pai.

A maioria dos autores das pesquisas encontradas parece concordar que atualmente na sociedade tem havido uma falha, um declínio daquilo que eles denominam de “função paterna”, proposta por Lacan (1958), responsável por fornecer ao indivíduo a noção de limites, transmitir a Lei, a cultura, a noção de coletividade e permitir ao sujeito se organizar enquanto sociedade.

Com a falha/declínio desta função paterna na sociedade contemporânea e a consequente fragilização do pacto social que esta falha acarreta, o sujeito moderno tem se configurado cada vez mais violento, desamparado, narcísico, individualista e intolerante às diferenças. A recorrência às transgressões e ao consumo de drogas por parte de alguns indivíduos parecem ser soluções que estes encontraram para se verem livres do desamparo e das angústias encontradas no mundo moderno, provenientes do declínio desta função simbólica.

Esta visão um tanto reacionária por parte de alguns autores, escolhe como pressuposto a família tradicional burguesa – família nuclear patriarcal – onde ao pai cabia todo o poder e autoridade, enxergando este modelo como o “modelo ideal” de

família a ser seguido. Vale lembrar que não podemos atribuir apenas ao Declínio da Função Paterna, e por tanto, também não podemos atribuir apenas ao Pai-homem, a figura “única-responsável” por todos os atos transgressivos encontrados em nossa sociedade. O Complexo de Édipo e a Psicanálise, sozinhos, não dão conta de explicarem por si sós, o momento de transição que tanto a sociedade quanto o sujeito pós-moderno estão vivenciando.

Os estudos de Dunker (1998), Teixeira (2002), Rebouças (2001), Silva (2001) e Ruffino (2004) revelam que no mundo contemporâneo em que vivemos, os indivíduos, através destes atos transgressivos, clamam por uma Função (Paterna), por um limite, por uma lei/Lei que há muito tempo não se faz presente na sociedade. Em virtude disto, a adolescência dos novos sujeitos que adentram as relações sociais é vivida como um momento de conflito, no qual são obrigados por si só, a construir uma Paternidade-Outra, que dê conta de todas as suas angústias.

A determinação da saúde mental do sujeito também apareceu ligada à figura e Função paterna, sendo o pai o responsável por marcar a separação do bebê com a mãe e apresentar a ela o mundo externo, sendo para a criança, sua primeira noção de relação social com um mundo que não a mãe. Este achado vai ao encontro do que Dor (1991), psicanalista lacaniano, nos revela sobre a falha da Função Paterna, uma vez que não surgindo o processo metafórico, compromete-se o acesso ao simbólico à criança, de forma que todo o registro da economia do desejo lhe é barrado. Permanecendo numa relação arcaica com a mãe, a criança continua se constituindo como único objeto de desejo da mãe; como seu falo.

A saúde mental, a constituição do psiquismo e a constituição da personalidade do sujeito demonstraram estar diretamente ligados ao desempenho da Função paterna, de modo que a falha desta função, como demonstrado por Freud e Lacan, implicaria em

uma neurose obsessiva, caso o pai não desenvolvesse o seu papel de separador da díade mãe-filho; no desenvolvimento de psicoses, caso o indivíduo ao ser confrontado com a falta do Outro, se colocasse como aquele que irá completá-la, atribuindo a si mesmo como o falo, e rejeitando a castração; e perverso, rejeitando a realidade da falta e a castração do Outro através da diferença dos sexos, atribuindo um falo à mãe.

O pai também se mostrou necessário no processo de separação-individação da criança e na aquisição de um modelo de identificação masculina. É impossível que um filho se separe de sua mãe sem que o pai interfira especificamente em todas as etapas do processo de separação-individação. Este resultado coincide com o que foi proposto por Winnicott (1983), uma vez que um dos papéis fundamentais do pai no estágio de Dependência Relativa é ajudar a mãe a sair do estado da Preocupação Materna Primária, lembrando-a de que além de mãe, ela também é esposa.

A paternidade também se fez fundamental durante o período de Preocupação Materna Primária, proposto por Winnicott. Foi possível averiguar que o pai desempenha um papel importantíssimo de “cuidador” da relação mãe-bebê, tanto no período de gravidez da mãe, quanto após o parto, para que a mãe seja capaz de vivenciar a Preocupação Materna Primária de forma saudável e segura.

Este resultado corrobora com a proposta de Rosa (2009), que explica que uma das funções paternas atribuída ao estágio de Dependência Absoluta consiste em o pai ser o principal “cuidador” da relação mãe-bebê. Por ser neste estágio que a Preocupação Materna Primária se faz presente, e por esta consistir no fato de a mãe estar identificada com seu bebê, o papel do pai seria justamente sustentar e proteger a mãe das interferências do mundo externo, para que ela possa se entregar totalmente e tranquilamente à Preocupação Materna Primária.

Também ficou evidente com este trabalho que apesar de todas as transformações ocorridas na sociedade ao longo dos tempos, ao pai ainda é atribuída a função de provedor e mantenedor do lar. Entretanto, a maioria dos artigos parece concordar que atualmente tem havido uma revisão dos papéis a serem desempenhados por cada cônjuge dentro do ambiente familiar. Os homens passaram a ser mais sensíveis e participativos no cuidado dos filhos, configurando um modelo familiar diferente do modelo da família nuclear burguesa.

Isto pode ser comprovado através dos estudos de Dantas, Jablonski & Féres-Carneiro (2004), onde verificaram que com a família contemporânea em processo de transformação, presencia-se um intercâmbio entre a função materna e paterna, uma vez que nos dias atuais, tanto homens quanto mulheres dividem seu tempo com o trabalho e com o cuidado dos filhos.

Tendo sido revelado estes diversos aspectos a respeito da Paternidade sob o olhar da Psicanálise nesta pesquisa, pode-se concluir que em virtude dos diferentes arranjos familiares encontrados em nossa sociedade, existe uma diversificação e indefinição a respeito do papel paterno dentro do ambiente familiar.

Indo ao encontro do que Nolasco (2001) elucida, atualmente espera-se destes homens comportamentos mais afetivos em relação aos seus filhos e esposa; ajuda nos cuidados e manutenção do lar, e participação no cotidiano das crianças, sendo todos estes, comportamentos que vão de encontro com o que estes pais estavam acostumados. Em virtude disto, tem-se a configuração de um sujeito moderno incerto quanto ao exercício de sua representação social e identidade masculina.

Para a Psicanálise, por outro lado, a paternidade é relacionada à função paterna, não estando necessariamente ligada à figura do pai/homem enquanto sexo masculino em si, mas sim à função simbólica do Nome-do-Pai, metáfora atuante na proibição do

incesto, instauração da Lei e da cultura no indivíduo, conforme proposto por Lacan (1958) e comprovado pela maioria das pesquisas encontradas.

Conforme apontado por Vieira (2011), não se pode mais pensar em modelos únicos de família, muito menos em modelos únicos de pai e mãe. Deve-se reconhecer que embora as referências não sejam mais fixas como no modelo patriarcal (onde cada um desempenhava seu papel rigidamente dentro da família), as referências parentais continuam sendo importantes como dispositivos que regulam algumas saídas necessárias à constituição do psiquismo e do sujeito.

O pai continua sendo o responsável por/em seu papel simbólico de interditar a relação incestuosa mãe-filho e inserir o indivíduo na cultura e sociedade. À mãe, por sua vez, ainda é esperado cuidados fundamentais em direção ao bebê para que posteriormente seja possível a ele criar seus primeiros laços com o outro e seu próprio espaço dentro do ambiente familiar. O pai, para a Psicanálise, é aquele a quem a mãe o nomeia, e não necessariamente aquele que participou na origem do filho.

Diante de tudo o que até aqui foi exposto, observa-se a grande importância do ambiente social e do ambiente familiar, enquanto estruturantes e responsáveis durante o processo de desenvolvimento do sujeito.

Fruto de todas as transformações que a configuração familiar sofreu ao longo dos tempos, a figura do pai se encontra hoje em processo de mudança. A família não é mais pautada e construída a partir da diferença entre os sexos. O pai não é mais enxergado necessariamente como o pai-homem ou pai-marido, podendo assumir diversas configurações dentro da família, fazendo-se presente através de um pai-tio, pai-avô, pai-mulher, etc.

Estando a Paternidade em processo de transição, os pais não sabem mais como responder e agir diante de tantas alterações impostas; encontram-se cada vez mais

aliados às mães, encontrando formas de reinventarem a paternidade, como uma das consequências das mudanças sofridas por nossa sociedade. Tudo parece caminhar para um modelo de pai mais próximo e nutridor, uma vez que a paternidade vem se configurando cada vez mais como um intercâmbio entre a função materna e paterna, fazendo-nos indagar a respeito de como o imaginário social pós-moderno se encontra em relação a Paternidade e a Maternidade.

8. REFERÊNCIAS

- Abrão, J. L. F. (2012). *As vicissitudes da clínica psicanalítica com crianças no século XXI: delimitação de parâmetros técnicos no contexto brasileiro*. Tese de Livre-docência, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- Abrão, J. L. F. (2004). *A tradição kleiniana no Brasil: uma investigação histórica sobre a difusão do pensamento kleiniano*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Abrão, J. L. F. (2001). *A história da Psicanálise de crianças no Brasil*. São Paulo: Escuta, 2001.
- Alves, J. E. D., & Cavenaghi, S. (2012). Novos arranjos familiares: o casal DINC no Brasil. *APARTE: Inclusão Social em Debate*, IE-UFRJ, Rio de Janeiro.
- Andrade, R. P., Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. Significações de Paternidade Adotiva: um estudo de caso. *Paidéia*, 16, 241-252.
- Ariès, P. (1978). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A.
- Badinter, E. (2005). *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Badinter, E. (1993). *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- Badinter, E. (1985). *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bauer, C. (2001). *Breve História da Mulher no Mundo Ocidental*. São Paulo: Xamã/Edições Pulsar.
- Birman, J. (2006). Genealogia do feminino e da paternidade em psicanálise. *Natureza Humana*, 8(1), 163-180.
- Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(69), 31-39.
- Brasileiro, R. F., Jablonski, B. B., & Feres-Carneiro, T. (2002). Papéis de gênero, transição para a paternidade e a questão da tradicionalização. *Psico*, 32(2), 289-310.
- Bruchini, M. C. A., & Ridenti, S. (1994). Família, casa e trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 88, 30-36.
- Bustamante, V. (2005). Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 393-402.

- Carvalho, L. A. (1989). *Reflexões sobre o pai*: um estudo sobre a construção da paternidade na história de vida e no desenvolvimento do sujeito. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Carvalho, M. L. M. (2003). Participação dos pais no nascimento em maternidade pública: dificuldades institucionais e motivações dos casais. *Caderno Saúde Pública*, 19(2), 389-398.
- Castro, T. E. (2010). *O Pai, a Psicanálise e a Mitologia*: um estudo sobre a função paterna e suas configurações no mundo contemporâneo. Tese de doutorado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- Cechi, P., & Hillesheim, B. (2006). Paternidade e mídia: representações sobre o pai na contemporaneidade. *Barbarói*, 28, 89-104.
- Corneau, G. (1991). *Pai ausente filho carente*. São Paulo: Brasiliense.
- Costa, G., & Katz, G. (1985). Considerações sobre a psicogênese da neurose e do caráter obsessivos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 19(69), 69-85.
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Dantas, C., Jablonski, B., & Feres-Carneiro, T. (2004). Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. *Paidéia*, 14(29), 347-357.
- Dias, M. B. (2003). A paternidade homoparental. In *Direito de Família e Psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Donzelot, J. (1986). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- Dor, J. (1991). *O pai e sua função em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Dupuis, J. (1989). *Em nome do Pai*: uma história da paternidade. São Paulo: Martins Fontes.
- Dunker, C. I. L. (1998). Autoridade a Alteridade. *Interações: estudos e pesquisas em Psicologia*, 3(6), 79-85.
- Elkind, D. (2004). *Sem tempo para ser criança*: A infância estressada. Porto Alegre: Artmed.
- Faria, D. L. (2003). *O pai possível*: conflitos da paternidade contemporânea. São Paulo: EDUC: FAPESP.
- Faria, M. R. (2001). *A criança e o complexo de Édipo*: do universal ao particular da clínica. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Fein, R. (1978). Research on fathering: social policy and emergent perspective. *Journal of Social Issues*, 34 (1), 122-135.

- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação & Sociedade*, 79, 257-272.
- Ferreira, M. C., & Aiello-Vasberg, T. M. (2006). O pai ‘suficientemente bom’: algumas considerações sobre o cuidado na psicanálise winnicottiana. *Mudanças: Psicologia da Saúde*, 14(2), 136-142.
- Folberg, M. N., & Maggi, N. R. (1996). Declínio da função paterna e dialética da simbolização. *Estilos da Clínica*, 1(1), 92-99.
- Freud, S. (1974). Totem e Tabu. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 13, pp. 13-163). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1976). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 19, pp. 15-80). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1923).
- Freud, S. (1976). A dissolução do Complexo de Édipo. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 19, pp. 190-199). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1924).
- Freud, S. (1985). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 10, pp. 13-133). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1909).
- Freud, S. (1987). Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 18, pp. 79-154). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1987). O mal-estar na civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, tra., Vol. 21, pp. 73-160). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1930).
- Garcia, E. L. (2002). O desejo paterno e a potencialidade polimorfa. *Psicanálise e Universidade*, 17, 73-89.
- Ghirardi, M. L. A. (2008). *A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: reedição de histórias de abandono*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Gomes, A. J. S., & Resende, V. R. (2004). O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 119-125.
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2002). O nome próprio da filha. *Mudanças: Psicologia da Saúde*, 10(2), 135-145.

- Lacan, J. (1958). *O seminário livro 5: As formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- Lamb, M. E., & Tamis-Lemonda, C. S. (2003). The Role of the Father: An introduction. In *The Role of the Father in Child Development*, (pp. 01-31). New Jersey: John Wiley & Sons.
- Lewi-Strauss, C. (1986). Prefacé. In *Histoire de la famille*. (pp. 10). Paris: GLF, 1994.
- Martinelli, V., & Lo Bianco, A. C. (2006). Viver bem no mal: a ética psicanalítica da paternidade. *Psicologia Clínica*, 18(2),143-159.
- Monteiro, A. M. (2001). Avanços no estudo da conjugalidade: os casais de dupla carreira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(3), 10-19.
- Montserrat, M. T. (2003). *O lugar do pai: subjetividade, clínica e contemporaneidade – Reflexões a partir de uma leitura freudiana*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Moraes, M. L. Q. (2011). A nova família e a ordem jurídica. *Caderno Pagu*, 37, 407-425.
- Naves, J. O. V. (2001). Cervantes, D. Quixote e a modernidade. *Cadernos de Psicanálise*, 17(20), 141-150.
- Nolasco, S. (2001). *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Perucchi, J., & Beirão, A. M. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, 19(2), 57-69.
- Piccinini, C. A. et al. (2009). Expectativas e sentimentos de pais em relação ao bebê durante a gestação. *Estudos de Psicologia*, 26(3), 373-382.
- Pinheiro, L., Galiza, M., & Fontoura, N. (2009). Novos arranjos familiares, velha convenções sociais de gênero: a licença- parental como política pública para lidar com essas tensões. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 851-859.
- Ramires, V. R. (1997). *O Exercício da Paternidade Hoje*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Rebouças, A. M. (2001). O ato toxicofílico e a ordem cultural: apelo à função paterna ou gozo transgressivo, vocação intemporal do homem, que não de dobre à organização fálica? *Cadernos de Psicanálise*, 17(20), 95-117.
- Romero-Rodriguez, A. C., & Vizzoto, M. M. (2006). Saúde mental e relações parentais: considerações sobre as funções materna e paterna. *Encontro: Revista de Psicologia*, 10(3), 83-94.

- Rosa, C. D. (2009). O Papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott. *Natureza Humana*, 11(2), 55-96.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em Desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Ruffino, R. (2004). *Latência e transmissão: uma abordagem psicanalítica da eficácia do ato educativo na infância – entendido como tarefa e dívida paterna – para a constituição do sujeito e para a maximização do êxito do trabalho da adolescência*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Scaglia, A. P. (2012). *Experiência paterna em diferentes configurações familiares e o desenvolvimento do self infantil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Silva, C. M. (1999). Tapas e Marcas. *Texto & Contexto Enfermagem*, 8(2), 107-113.
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <www.posarq.ufsc.br>
- Silva, M. R., & Piccinini, C. A. (2007). Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. *Estudos de Psicologia*, 24(4), 565-573.
- Souza, R.M. (1994). *Paternidade em transformação: o pai singular e sua família*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Teixeira, L. C. (2002). Função Paterna, fratria e violência: sobre a constituição do socius na psicanálise freudiana. *Psico*, 7 (2), 195-200.
- Thurler, A. L. (2006). Outros horizontes para a paternidade brasileira do século XXI? *Sociedade e Estado*, 21(3), 681-707.
- Trindade, Z. A.; & Menandro, M. C. S. (2002). Pais adolescentes: vivência e significação. *Estudos de Psicologia*, 7(1), 15-23.
- Vieira, R. S. (2011). *Homoparentalidade: estudo psicanalítico sobre papéis e funções parentais em casais homossexuais com filhos*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Vorcaro, A., Mazzini, C. A., & Monteiro, J. P. (2008). Ato infracional e metáfora paterna. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(2), 135-146.
- Winnicott, D. W. (1982). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC.
- Winnicott, D. W. (1966). A criança no grupo familiar. In *Tudo começa em casa*. (pp. 123-136). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Winnicott, D W. (1983). *O Ambiente e os Processos de Maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed.

Woodward, W. (1998). Rumo a uma historiografia crítica da psicologia. In *A historiografia da psicologia moderna: versão brasileira* (pp. 61-87). São Paulo: Loyola.